



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos- PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos - MPGA

RAPHAEL BAHIA DO CARMO

**PROPOSTA DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE
ARQUIVO DAS ATIVIDADES-FIM DO CENTRO DA MEMÓRIA DA
ELETRICIDADE NO BRASIL**

RIO DE JANEIRO

2020

RAPHAEL BAHIA DO CARMO

**PROPOSTA DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE
ARQUIVO DAS ATIVIDADES-FIM DO CENTRO DA MEMÓRIA DA
ELETRICIDADE NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística.

Orientador: Prof.^a. Dr.^a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

RIO DE JANEIRO

2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

BB151 Bahia do Carmo, Raphael
Proposta de Plano de Classificação dos Documentos
de Arquivo das Atividades-fim do Centro da Memória
da Eletricidade no Brasil / Raphael Bahia do Carmo.
-- Rio de Janeiro, 2020.
164

Orientadora: Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos, 2020.

1. Classificação de Documentos de Arquivo. 2.
Plano de Classificação das Atividades-fim. 3. Centro
da Memória da Eletricidade no Brasil. I. Moreira dos
Santos Schmidt, Clarissa, orient. II. Título.

RAPHAEL BAHIA DO CARMO

Proposta de Plano de Classificação dos Documentos de Arquivo das Atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: ___/___/_____

Banca Examinadora

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense – UFF

Examinador Interno:

Prof.^a. Dr.^a. Anna Carla Almeida Mariz
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Examinador Externo:

Prof.^o. Dr.^o. Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense – UFF

Examinador Externo:

Prof.^a. Dr.^a. Fernanda Costa Monteiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Examinador Interno
Suplente:

Prof.^a. Dr.^a. Mariana Lousada
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Examinador Externo
Suplente:

Prof.^a Dr.^a Natália Bolfarini Tognoli
Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao intangível, a energia que nos dá força para lutar, que desenvolve a fé na vida e nos leva por caminhos e lugares antes nunca imaginados;

À força emanada pelas pessoas que torcem verdadeiramente por mim, pois sem elas, teria sucumbido no meio do caminho;

Ao apoio da minha orientadora Clarissa Schmidt, que sempre me impulsionou e acreditou na minha capacidade mesmo nos momentos mais difíceis;

Minha esposa, meu filho e meus enteados por serem ao mesmo tempo a minha motivação e a minha base de sustentação;

Minha família, mãe, pai, irmãos, tios e tias, pois foram exemplo vivo de valores e referência para minha formação como pessoa;

Ao Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, a toda equipe do acervo, em especial, a Leila Lobo de Mendonça, minha coordenadora quando iniciei a dissertação;

Aos professores da graduação em arquivologia da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro por sempre me incentivarem a buscar conhecimento e aos professores do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos por compartilharem sua sabedoria;

Por fim, agradeço aos meus médicos, Dr.^o Rodrigo Ferreira e Dr.^o Vivalde Lobato, pois sem eles, hoje, eu não desfrutaria este momento de imensa alegria, e a minha fisioterapeuta Mirian Pimenta, tão importante em minha recuperação.

A minha alucinação
É suportar o dia-a-dia
E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais[...]
Amar e mudar as coisas
Amar e mudar as coisas
Me interessa mais.
(Belchior)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo elaborar uma proposta de plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Para tanto, se propõe a discutir acerca dos conceitos, teorias e metodologias da classificação arquivística por meio da pesquisa bibliográfica. Em um segundo momento, a partir de uma pesquisa que contextualiza o processo que culminou na fundação do Centro de Memória, dedica-se a descrever as alterações que ocorreram em seus objetivos institucionais e em sua estrutura ao longo do tempo, mapeando também as funções e as atividades desenvolvidas pela instituição, de modo a conhecer a sua produção documental, e a sua massa documental acumulada, no que diz respeito às suas atividades-fim.

Palavras-chave: Classificação de documentos de arquivo; Plano de classificação das atividades-fim; Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

ABSTRACT

The present work aims to elaborate a proposal for a classification plan for the archival documents of the core activities of the Electricity Memory Center in Brazil. To this end, it proposes to discuss about the concepts, theories and methodologies of archival classification through bibliographic research. In a second moment, based on a research that contextualizes the process that culminated in the foundation of the Memory Center, it is dedicated to describing the transformations that have occurred in its institutional objectives and in its structure over time, also mapping the functions and the activities developed by the institution, in order to get to know its documentary production and its accumulated documentary mass, with regard to its core activities.

Keywords: Classification of archival documents; Plan for the classification of core activities; Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeiro organograma da Memória da Eletricidade.....	35
Figura 2 – Arquivo administrativo da Memória da Eletricidade em 2013.....	38
Figura 3 – Organograma vigente na Memória da Eletricidade.....	55
Figura 4 – Gerência de Acervo e Pesquisa.....	56
Figura 5 – Material recebido pelo arquivo	58
Figura 6 – Contrato desenvolvido pela GEA	75
Figura 7 – Arquivo das atividades-fim do CMEB.....	78
Figura 8 – Arquivo das atividades-fim do CMEB após troca de caixas.....	79
Figura 9 – Dossiê da massa documental acumulada.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Ficha de identificação de documentos.....	28
Quadro 2 –	Diretrizes de preenchimento.....	29
Quadro 3 –	Matriz estrutural do plano de classificação.....	31
Quadro 4 –	Esquema codificação.....	32
Quadro 5 –	Arquivos da Memória da Eletricidade.....	42
Quadro 6 –	Estatutos da Memória da Eletricidade.....	48
Quadro 7 –	Diretrizes do plano estratégico da Memória da Eletricidade.....	52
Quadro 8 –	Plano de Classificação dos Documentos de Arquivo das Atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil....	86
Quadro 9 –	Estrutura metodológica.....	91
Quadro 10 –	Objetivos e procedimentos metodológicos.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCE – Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica

ABERJ – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

ACESA – Associação Nacional de Empresas Estaduais de Energia Elétrica

AEDENNE – Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte e Nordeste

AHEF – Associação para a História da Eletricidade na França

AMFORP – American e Foreign Power Company

ANDE – Administración Nacional de Eletricidad

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

ARQ – SP – Associação de Arquivistas de São Paulo

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CELG – Companhia Energética de Goiás

CEMIG – Companhia Energética de Minas Geras

CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica

CHESF – Companhia Hidro elétrica do São Francisco

CHEVAP – Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba

CMEB – Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

COAD – Coordenadoria de Administração

COCM – Coordenadoria de Comunicação

COCR – Coordenadoria do Centro de Referência

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

COPQ – Coordenadoria de Pesquisa

DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

DVD – Disco Digital Versátil

EDF – Electricité de France

ELETOBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil

ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil

ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas

FURNAS – Centrais Elétricas S.A

GCM – Gerência de Comunicação e Marketing

GEA – Gerência de Administração

GEAP – Gerência de Acervo e Pesquisa

GTE – Gerência de Treinamento e Eventos

ISO – Internacional Organization for Satandardization

LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A

PPGARQ – Programa de Pós Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

SAESP – Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo

TERMOCHAR – Termoelétrica de Charqueadas

UHE – Usina Hidroelétrica

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USELPA – Usinas Hidrelétricas do Paranapanema

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	OBJETIVOS.....	22
1.1.1	Objetivo Geral.....	22
1.1.2	Objetivos Específicos.....	22
1.2	JUSTIFICATIVA.....	23
1.3	METODOLOGIA.....	25
2.	MARCO EMPÍRICO.....	32
3.	MARCOS TEÓRICOS.....	59
3.1	A CLASSIFICAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA.....	59
4.	CONSTRUÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO DAS ATIVIDADES-FIM DO CMEB.....	70
4.1	PROPOSTA DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO DAS ATIVIDADES- FIM DO CMEB.....	81
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	98
	APÊNDICES.....	105
	ANEXOS.....	107

1. INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, incentivado pelo desenvolvimento de atividades industriais, surgiram as primeiras pequenas hidrelétricas no Brasil. Eram propriedades particulares que tinham o objetivo de gerar energia para as indústrias. Também no século XIX, em 1883, no município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, foi criado o primeiro serviço público de iluminação da América do Sul, com energia gerada por meio de uma termoelétrica.

A energia elétrica se mostrou como primordial para o desenvolvimento do Brasil do final do século XIX, assim como a agricultura, principalmente o cultivo de café, que teve um papel importante na urbanização e conseqüentemente no desenvolvimento do setor de energia elétrica.¹

O café foi, em síntese, o principal motor do processo de diversificação econômica em marcha no Brasil no final do século XIX, desempenhando, igualmente, papel fundamental na integração da economia brasileira ao conjunto da economia mundial. O avanço da urbanização, com o conseqüente aumento da demanda por serviços públicos, e o incremento das atividades industriais, observadas no sudeste do país, abriram boas perspectivas para investimentos no incipiente campo da energia elétrica. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006, p.37)

Este desenvolvimento e a perspectiva de mercado consumidor para energia elétrica resultou na construção da Usina Hidrelétrica Marmelos-0, no ano de 1889, na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, considerada a primeira usina hidrelétrica de maior porte instalada no Brasil. A usina tinha dois principais objetivos: gerar energia para a fábrica de tecidos do industrial mineiro Bernardo Mascarenhas, seu proprietário, e fornecer o excedente de energia elétrica para a iluminação pública da cidade de Juiz de Fora.

Neste mesmo período observa-se também a inserção, no mercado nacional de energia elétrica, de empresas estrangeiras, como a São Paulo Light and Power.

O objetivo da São Paulo Light and Power ia além da produção, da utilização e da venda de eletricidade, gerada por qualquer tipo de força

¹ As informações que reconstroem a trajetória do setor de energia elétrica se basearam no livro **Panorama do setor Elétrico Brasileiro**, publicado pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, no ano de 2006.

(vapor, gás, pneumática, mecânica e hidráulica), abrangendo igualmente o estabelecimento de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. A empresa pretendia ainda adquirir bens móveis e imóveis, que incluíam terras, lagos, açudes, rios, quedas e correntes d'água, necessários às suas atividades. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006, p. 46)

Em pouco tempo, o grupo Light foi ampliando as suas atividades, oferecendo seus serviços na então capital da República, Rio de Janeiro, construindo, entre os anos de 1905 e 1907, a usina hidrelétrica de Fontes, no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, que gerava energia elétrica para a capital. Neste primeiro momento, os investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica eram todos de capital privado, com uma forte presença de empresas estrangeiras, principalmente os canadenses, que eram proprietários das empresas, São Paulo Tramway, Light and Power; Rio de Janeiro Tramway, Light and Power e a São Paulo Electric. Entre as empresas brasileiras há de se destacar a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, que inaugurou em 1908 a sua primeira Usina Hidrelétrica, a Usina Hidrelétrica de Maurício, que atendia as cidades de Leopoldina, Cataguases, São João Nepomuceno e Rio Novo, localizadas na zona da mata de Minas Gerais. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006).

Neste período inicial, de 1889 até o ano de 1910, houve um crescimento médio de cerca de 30% tanto na produção quanto no consumo de energia elétrica, alcançando o Pico de 80% em 1910, quadro que não se manteve na década posterior, a qual obteve uma taxa média de crescimento de 8,4% (SZMRECSÀNÝL, 1986, p. 132).

Já na década de 1920 se acirrava a competição pelo mercado consumidor e, neste campo de disputa, as empresas estrangeiras atuavam de forma intensa para conseguir ampliar as suas áreas de atuação, como podemos perceber no trecho descrito abaixo:

Os quatro grupos de maior porte que atuavam no interior do estado de São Paulo passaram todos para o controle das grandes concessionárias estrangeiras: a Amforp e a Light. Enquanto a Light [...] incorporava as empresas do grupo Ataliba Vale-J.A. Fonseca Rodrigues Ramos de Azevedo, localizadas no vale do Paraíba, a Amforp, num processo praticamente simultâneo, absorvia a Companhia Paulista de Força e Luz, o grupo Armando Salles e o grupo da família Silva Prado. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006, p.85).

Esta forma mais “aberta” dos negócios relacionados à energia elétrica perdurou até o início da década de 1930. Com a ascensão de Getúlio Vargas, definiu-se um modelo de desenvolvimento econômico onde o setor de energia elétrica recebeu um tratamento diferenciado por parte do Estado, que na constituição de 1934 passou a prever a intervenção governamental em atividades consideradas importantes para o interesse nacional, como a exploração das minas e quedas d’água. Nesse sentido, um documento importante e que registra essa situação é o Código de Águas, promulgado pelo Decreto nº 26.234/34.

O Código de Águas estabelecia como postulado básico e inovador em nosso regime jurídico a distinção entre a propriedade do solo e a propriedade das quedas d’água e outras fontes de energia hidráulica para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Ao caracterizar as quedas d’água como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontram, o Código consagrou o regime das autorizações e concessões para os aproveitamentos hidrelétricos. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006, p.109)

O código de águas também normatizou a cobrança de tarifas sobre a energia elétrica, pois antes dele, as tarifas eram reajustadas de acordo com as flutuações das taxas cambiais, fazendo com que ajustes tarifários ocorressem, por vezes, mensalmente. Tal prática se baseava na “cláusula de ouro” das tarifas, a qual foi extinta pelo Código de Águas, que também impôs a limitação de 10% de lucro para as concessionárias, levando-se em consideração o capital investido. (SZMRECSÀNYYL, 1986, p. 133).

Em 1937, com a nova constituição, a atuação de empresas estrangeiras na exploração da energia hidrelétrica sofreu um grande baque.

A Carta de 1937 proibiu explicitamente qualquer novo aproveitamento hidráulico por companhias estrangeiras, ao determinar que o aproveitamento das águas só seria concedido a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006, p. 114).

Entretanto, em 1940, 70% da capacidade geral instalada se dividia entre duas empresas estrangeiras: a Light contava com uma fatia equivalente a 50% e a AMFORP detinha 20%. Os outros 30% restantes eram referentes às mais de 1300 pequenas empresas regionais e municipais (SZMRECSÀNYYL, 1986, p. 133).

Ainda no período do Estado Novo (1937 a 1945), foi constituída a Estatal Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), que tinha por objetivo fazer o aproveitamento energético da cachoeira de Paulo Afonso no Estado da Bahia. Neste contexto também foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), do governo do Rio Grande do Sul e a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), do governo de Minas Gerais.

Já durante o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) “as obras de ampliação de Paulo Afonso prosseguiram em ritmo acelerado. Também tiveram início os trabalhos de construção de duas hidrelétricas de grande porte, Furnas e Três Marias, ambas situadas em Minas Gerais”. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006, p.223).

Em junho de 1962, no mandato presidencial de João Goulart, foi constituída a Eletrobras, representando

um passo fundamental para a centralização da gestão governamental e o fortalecimento da presença do Estado no setor de energia elétrica. A empresa desempenharia um papel preponderante no modelo de organização estatal consolidado durante o regime militar e vigente até meados da década da 1990, acumulando as funções de holding de concessionárias federais, de principal agência de financiamento setorial e de entidade coordenadora dos programas de planejamento da expansão e operação dos sistemas elétricos do país. De imediato, a Eletrobras assumiu a gestão do Fundo Federal de Eletrificação e da carteira de aplicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) no setor elétrico. Como holding, a empresa surgiu ancorada em suas subsidiárias: a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), a Central Elétrica de Furnas (Furnas), a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (Chevap) e a Termoelétrica de Charqueadas (Termochar). (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006, p. 272)

Com a adoção do modelo estatal e a criação da Eletrobras houve uma mudança substancial no setor de energia elétrica, que por meio da Eletrobras contava com apoio político e econômico do governo da época (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 307).

Nas décadas de 1960 e 1970, o processo de expansão da Eletrobras teve grandes avanços. O governo brasileiro realizou a compra de dez subsidiárias da empresa americana - AMFORP, que passaram a integrar o grupo de subsidiárias da Eletrobras. Porém, em 1968, essas empresas foram, em sua maioria, incorporadas por empresas públicas estaduais. Também no ano 1968 foi criada as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A - Eletrosul, que incorporou diversas empresas federais

de pequeno porte na região sul do país, se tornando a terceira subsidiária de âmbito regional da Eletrobras. Já na década de 1970 foi constituída as Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte e a Itaipu Binacional, que era controlada pela Eletrobras em conjunto com a estatal paraguaia Administración Nacional de Eletricidad – ANDE, dividindo igualmente o comando da empresa. Em janeiro de 1979, a Eletrobras também adquiriu o controle acionário da Light no Rio de Janeiro. Esse conjunto de ações tornou o setor de energia elétrica brasileiro prioritariamente estatal (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2006).

Em 1986, com o setor público de energia elétrica fortalecido, a Eletrobras com o apoio de suas subsidiárias de âmbito regional (Eletrosul; Eletronorte; Chesf; e Furnas), de empresas públicas de âmbito estadual do setor de energia elétrica (Light e Escelsa) e de importantes associações do setor (ABCE; ACESA e AEDENNE), criou o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade, uma entidade cultural sem fins econômicos.

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - CMEB surge com o objetivo de:

criar um centro de referência documental de acervos históricos do setor de energia elétrica nacional, reunir uma coleção de máquinas e equipamentos que evidenciam a evolução tecnológica dos serviços de energia elétrica e suas múltiplas aplicações na vida cotidiana, apoiar a organização e preservação dos acervos históricos das empresas do setor de energia elétrica e promover pesquisas em torno da história da eletricidade no Brasil. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1986, p. 2).

Com o passar do tempo, a Memória da Eletricidade foi se moldando aos vários cenários administrativos e políticos que transcorreram em seus 33 anos de existência, e atualmente, se define, segundo sua apresentação institucional, como

um centro de memória criado em 1986 para pesquisar, preservar e disseminar a história da implantação e do desenvolvimento da energia elétrica no Brasil [...] tem por essência estudar, debater e divulgar todas as transformações proporcionadas pela história do setor elétrico, no Brasil e na vida das pessoas (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2019, p. 1).

A apresentação institucional da Memória da Eletricidade revela ainda que os esforços da instituição neste momento se dividem em três pilares:

1. **Gestão da Memória**, oferecendo serviços com vistas a criação e gestão de centros de memória e centros culturais, a elaboração de projetos de memória empresarial, bem como o desenvolvimento de projetos editoriais, eventos comemorativos, exposições e conferências;
2. **Gestão da Informação**, que compreende as atividades de consultoria, gestão e organização de bibliotecas, desenvolvimento de avaliações técnicas, diagnósticos, políticas de acervos e gestão de acervos históricos.
3. **Gestão do Conhecimento**, que abarca a realização de fóruns, congressos, workshops, cursos presenciais e online, prevê também o fomento a ideias inovadoras que promovam mais eficiência, consciência e sustentabilidade no setor de energia, bem como a parceria com universidades e escolas técnicas.²

Durante sua trajetória, a Memória da Eletricidade desenvolveu diversas exposições, um programa de história oral, e variadas pesquisas no campo da historiografia, que resultaram em mais de 100 publicações e 16 prêmios e menções de reconhecimento. Constituiu também um acervo arquivístico histórico com cerca de 38 mil documentos e 17 mil imagens, além de uma biblioteca com títulos de alto valor histórico (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2019, p. 4).

Desde sua fundação até abril de 2013, a Memória da Eletricidade não possuía em seu quadro de funcionários um arquivista, propiciando que a documentação produzida e acumulada pela instituição fosse organizada de uma forma que não era a mais adequada quando se pensa na aplicação de uma gestão de documentos. Isso fez com que a instituição acumulasse uma massa documental com mais de 90 metros lineares.

Neste mesmo ano e a partir deste cenário, foram elaborados um plano de classificação e uma tabela de temporalidade para os documentos das atividades-meio, ferramentas que norteiam até hoje a gestão de documentos na instituição. Porém, há uma lacuna na organização, controle e acesso aos documentos

² As definições de gestão da memória, gestão da informação e gestão do conhecimento foram apresentadas de acordo com o documento Apresentação Institucional da Memória da Eletricidade e refletem de forma fidedigna o entendimento do CMEB sobre o tema.

relacionados às atividades-fim no CMEB, pois estes não foram contemplados no plano, dificultando a recuperação dos documentos e informações, favorecendo a continuidade de uma massa documental acumulada relacionada aos documentos das atividades-fim da instituição. Além disso, documentos são diariamente produzidos sem serem classificados da forma correta.

Foi nesse cenário que teve início o meu contato com o marco empírico estudado, a Memória da Eletricidade, instituição em que exerci atividades laborais do ano de 2014 até dezembro de 2019, passando pelos cargos de estagiário, técnico em arquivo, arquivista e por último, coordenador de acervo e pesquisa. A partir de 2016 atuei como responsável pelo arquivo administrativo, o que me levou a perceber as deficiências do setor, principalmente no que diz respeito às atividades-fim.

Devemos ter claro que quando falamos de atividades-fim, estamos nos referindo aos documentos que registram o desenvolvimento das principais atividades da instituição, o seu motivo principal para existir. São aqueles que dão conta do cumprimento de seus objetivos e missão, diferentemente dos documentos das atividades-meio, que servem de apoio às ações administrativas..

Ao pensarmos na massa documental acumulada pela Memória da Eletricidade, temos que primeiramente compreender as transformações estruturais pelas quais a instituição passou. Essas mudanças foram registradas em 9 (nove) versões de estatuto e 4(quatro) de regimento interno, instrumentos que alteraram, por vezes, seus objetivos institucionais, as funções e as atividades desenvolvidas pela instituição.

Na versão de 2018 do estatuto observa-se que a Memória da Eletricidade ampliou de maneira substancial as suas funções. Essas mudanças se deram motivadas pela intenção da instituição em se tornar um centro cultural e pela perspectiva de um acordo com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a cessão, pelo período de 20 anos, da Biblioteca Parque Estadual, situada na Avenida Presidente Vargas nº 1261, no centro do município do Rio de Janeiro, incluindo as máquinas, equipamentos, mobiliários, custódia e gestão dos acervos bibliográficos e arquivísticos históricos do Estado, que se encontram dentro do edifício, acordo este que não chegou a ser concretizado.

Assim, nota-se que as maiores mudanças nas funções do Centro de Memória são expressas em seu estatuto por meio do artigo 2º, item V, letras b,c,d,e, que inclui entre os seus objetivos institucionais:

- b) Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades técnicas e culturais relacionadas às artes cênicas, audiovisual, música em geral, eventos literários, espetáculos e outras expressões artísticas e culturais; a elaboração e a implementação de projetos e gestão de espaços nas áreas de história, ciências sociais, arquivologia, museologia e biblioteconomia e educação;
- c) Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades relacionadas às bibliotecas e arquivos, às atividades de museus e planos museológicos, às expressões da cultura popular contendo elementos cênicos e elementos teatrais envolvendo roteiros, diálogos e recursos de expressão corporal e vocal;
- d) Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades relacionadas à realização de oficinas e treinamentos em geral associados a projetos educativos e à cadeia produtiva das artes visuais, manutenção e restauração de acervo audiovisual, videotecas e cinematecas, com ênfase no desenvolvimento tecnológico e na história da energia no país;
- e) Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades e à gestão de espaços para a realização de espetáculos relacionados ao segmento teatral de formas animadas, mamulengos, bonecos e congêneres. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2018, p. 01)

O caráter dinâmico das instituições, que se moldam através do tempo e de acordo com o espaço social que ocupam, é refletido sobremaneira na produção e acumulação de documentos. No caso da Memória da Eletricidade, a ausência de preocupação com a organização e o tratamento dos documentos por ela produzidos e acumulados, nos permite afirmar que podem dificultar o desenvolvimento das atividades inerentes à instituição.

Uma massa documental relativa às atividades-fim, acumulada por mais de 30 anos e sem um critério estabelecido, somado à produção de documentos no tempo presente, que continua e se acelera, acompanhando a ampliação dos objetivos da instituição, se configura em um desafio quanto a sua organização, principalmente no tocante a sua classificação.

Com o objetivo de dar conta deste desafio, nosso trabalho se inicia com a seguinte pergunta de partida: como classificar os documentos de arquivo das atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil?

Tal questionamento guiou a construção dessa pesquisa, que tem como principal objetivo elaborar uma proposta plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim do Centro de Memória.

Considerando que a falta de classificação desses documentos se tornou um problema de ordem prática, dificultando o controle do arquivo, o acesso dos usuários,

bem como a tomada de decisões estratégicas pela alta administração, nosso problema de pesquisa se materializa em como construir um plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim que se adeque às especificidades do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Nesse sentido, tomamos como base três pressupostos para a construção da nossa investigação:

o primeiro considera que os documentos produzidos e acumulados em função das atividades-fim da Memória da Eletricidade possuem alguma lógica de acumulação e organização;

o segundo leva em conta que a falta de um plano de classificação de documentos das atividades-fim influencia nas atividades diárias da instituição;

o terceiro considera que elaborar um plano de classificação para atividades-fim contribuirá para eficiência e eficácia dos serviços arquivísticos.

Também nos debruçamos na exploração do marco empírico, da fundação da instituição, no ano de 1986, até novembro de 2019, buscando perceber, durante esse processo, as ações que impactaram de alguma forma nos objetivos da instituição, bem como em suas funções e produção documental.

Por fim, percebemos que a classificação dos documentos arquivísticos das atividades-fim do CMEB contribui não só para a sua gestão de documentos, mas também para a formação de uma base que, no futuro, poderá subsidiar o desenvolvimento de um programa de gestão de documentos para a instituição, compreendendo os projetos pertinentes a uma gestão arquivística plena do Centro de Memória.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar uma proposta de plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir acerca da classificação arquivística;

- Mapear as funções e as atividades realizadas pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil;
- Conhecer a produção documental do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil;
- Identificar a massa documental acumulada pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

1.2 JUSTIFICATIVA

Inicialmente, é importante pontuar que este trabalho foi realizado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, e está vinculado a linha de pesquisa “Gestão da Informação Arquivística”. Têm como produto o desenvolvimento de uma proposta de plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim para o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Para poder elaborar a proposta de plano de classificação pretendida, foi fundamental reconhecer que durante mais de 25 anos houve uma dicotomia relacionada à organização de acervos na Memória da Eletricidade. Por um lado, a organização arquivística ocupava um *status* dentro da instituição, pois, por meio dela, eram injetados recursos para o CMEB, prova disso, foram os diversos trabalhos e consultorias relacionados à organização de arquivos correntes e históricos que o CMEB desenvolveu para as empresas do setor de energia elétrica, dentre as quais podemos citar a Eletrobras, Chesf, Eletronorte, Celg e ANEEL.

Durante a década de 1990, a maior cliente do CMEB foi a Eletrobras, que firmou diversos contratos como a instituição, no qual se destaca o ECE 876/97, que tinha como objeto executar a reestruturação, organização, recuperação, conservação e salvaguarda do acervo documental corrente e histórico dos arquivos da Eletrobras. Por outro lado, o acervo do CMEB, tanto o administrativo, por ela era produzido e acumulado, como o histórico, procedente de doações feitas por personalidades e empresas do setor de energia elétrica, não eram tratados de forma adequada.

Este cenário começa a mudar a partir 2011, com a entrada da diretora executiva Liliana Cordeiro de Melo que retirou da secretaria a responsabilidade pela organização dos documentos do arquivo administrativo e a delegou para a Coordenadoria do Centro de Referência – COCR, que em abril de 2013 contratou uma arquivista que

tinha como principal função a organização do arquivo administrativo. Neste período foi estruturado um plano de classificação e uma tabela de temporalidade referente às atividades-meio da instituição, sendo que em uma próxima etapa seria elaborado o plano de classificação das atividades-fim³.

Com o intuito de dar continuidade ao trabalho do arquivo do CMEB, nesta pesquisa desenvolvemos uma proposta de plano de classificação para os documentos de arquivo das atividades-fim da instituição. Enxergamos que a construção deste plano de classificação servirá não apenas para auxiliar à administração da instituição, mas também para contribuir com a preservação de sua memória institucional, criando bases para que se reconstrua a sua história por meio dos documentos que foram produzidos e acumulados ao longo do tempo, intervindo ainda, e através da gestão de documentos, no tratamento dos novos documentos que serão produzidos.

Nessa linha de pensamento e segundo Indolfo,

a construção da história ou a “invenção da memória” não podem ser aceitas como produtos dos conjuntos documentais que o tempo permitiu preservar, pois o acaso não vai existir no gerenciamento dos novos documentos arquivísticos e na superação dos novos problemas (INDOLFO, 2007, p.58).

E neste momento, em que se constrói o que será a realidade documental de uma empresa, o profissional arquivista deve se fazer presente, aplicando os seus conhecimentos e utilizando a sua *expertise* para que, após aplicado todo o conjunto de procedimentos da gestão de documentos, seja possível dar acesso aos usuários de forma eficiente e eficaz, preservar os documentos arquivísticos que forem identificados como de valor secundário, e eliminar os documentos de valor primário que cumpriram a sua função de criação e perderam a sua “validade” jurídica-administrativa.

³ Informações coletadas por meio de questionário aplicado no ano de 2019 à arquivista Fernanda Monteiro, responsável pelo desenvolvimento do plano de classificação e da tabela de temporalidade referentes às atividades-meio do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa teve como objetivo direcionar a construção de um produto técnico científico, isto é, a proposta de plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim do CMEB, que seja aplicável, consistente e capaz de refletir o funcionamento da instituição.

Do ponto de vista de sua natureza é uma pesquisa aplicada, pois se propõe, por meio de seu objeto de estudo, os documentos arquivísticos das atividades-fim do CMEB, desenvolver a solução para um problema de ordem prática, problema este que se materializa em como construir um plano de classificação das atividades-fim que se adeque às especificidades do CMEB. De acordo com Silva; Menezes (2005, p.20), uma pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimento para aplicação prática, dirigidos a solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Na perspectiva de Vergara também é enfatizada a “finalidade prática” da pesquisa aplicada, entendendo que esse tipo de pesquisa

é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos, ou não. Tem, portanto, finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada, sobretudo, no nível da especulação. (VERGARA, 1998, p.45).

Do ponto de vista da abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa, pois leva em consideração a relação subjetiva do marco empírico - CMEB, com o problema de pesquisa, usando o marco empírico como fonte para a coleta dos dados. Segundo Malhotra (2012, p.113) o método qualitativo: “proporciona melhor visão e compreensão do problema”.

Nesse sentido, Silva e Menezes, caracterizam que a pesquisa qualitativa

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2005, p.20).

De forma similar a Silva e Menezes, Marconi e Lakatos consideram o método qualitativo como aquele que

difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento. (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 269)

Em relação aos objetivos, nossa pesquisa é de cunho exploratório, uma vez que seu objeto de estudo - os documentos arquivísticos das atividades-fim do CMEB, possuem caminhos ainda não visitados, que podem ser entendidos por dois âmbitos diferentes. No primeiro âmbito o CMEB possui uma massa documental acumulada, com documentos que ainda não foram identificados. Já no segundo, encontram-se os documentos que são produzidos pela instituição, mas não são classificados. Explorar tais documentos, com objetivo de constatar quais funções e atividades eles representam, que ações registram e quais os tipos documentais que foram utilizados para a sua produção, foi fundamental para o alcance do principal objetivo deste trabalho, isto é, a construção de uma proposta de plano de classificação das atividades-fim do CMEB.

Ainda acerca da pesquisa exploratória, segundo Vergara (1998, p.45) pode ser entendida como, “uma pesquisa realizada em uma área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

Nessa linha de pensamento, para Gil

as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (GIL, 2008, P. 27)

Para este trabalho de exploração, utilizamos como técnica de coleta de dados o levantamento bibliográfico, o levantamento documental e a aplicação de questionário.

Assim, podemos considerar que a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental possuem semelhanças em sua aplicação e, neste trabalho, tiveram o mesmo objetivo, ou seja, a reunião de dados e informações sobre os marcos empírico e teórico, que compilados, ajudaram na investigação.

Ainda em relação à pesquisa documental, Fonseca justifica que esta

trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

Já o questionário foi aplicado após uma imersão no marco empírico e teve como objetivo aprofundar o estudo e a compreensão do CMEB, trazendo luz às questões que não puderam ser totalmente esclarecidas por meio da pesquisa documental e bibliográfica. Teve, também, o papel de preencher lacunas e melhorar o entendimento sobre questões relacionadas às transformações ocorridas no arquivo da instituição ao longo do tempo e que não foram documentadas.

De acordo com Gil (2010, p. 116), a elaboração de um questionário não possui uma norma rígida, entretanto, segundo a experiência do pesquisador, é possível definir algumas regras práticas a esse respeito. O questionário elaborado neste trabalho se inicia com instruções que esclarecem o seu propósito ao informante e visam facilitar o seu preenchimento, é composto por uma série de perguntas estruturadas, que foram respondidas por escrito. O referido questionário foi aplicado à Fernanda Monteiro, arquivista responsável pela construção do plano de classificação das atividades-meio da Memória da Eletricidade⁴. Podemos afirmar que a sua aplicação foi primordial, pois por meio dele foi possível recuperar narrativas e entender com maior embasamento o arquivo da Memória da Eletricidade.

⁴ Questionário aplicado no ano de 2019 e que se encontra disponível no apêndice A deste trabalho.

Dentro do processo de entendimento do arquivo, elaboramos uma ficha de identificação de documentos, cujo objetivo foi coletar dados para nos ajudar, em conjunto com os regimentos internos e estatutos do CMEB, a reconstruir a relação orgânica dos documentos da massa documental acumulada pela instituição, bem como identificar a qual gerência, função e atividade eles estavam vinculados. Por meio dessas informações foi possível “tecer uma colcha de retalhos” que auxiliou na construção da proposta do plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim.

A ficha de identificação de documentos foi aplicada tanto nos documentos das atividades-fim, que estão na massa documental acumulada, quanto na identificação dos que estão sendo gerados atualmente no CMEB.

Quadro 01 – Ficha de identificação de documentos

Ficha de Identificação de Documentos	
Nº de caixa	
Data	
Órgão de origem	
Função	
Subfunção	
Atividade	
Tipo documental	
Descrição	
Observação	

Fonte: elaboração nossa.

Os campos, ou ainda, metadados, da ficha, foram preenchidos de acordo com as seguintes diretrizes:

Quadro 2 – Diretrizes de preenchimento

Nº de caixa	Identifica a caixa em que estão armazenados os documentos
Órgão de origem	Identifica o setor produtor, isto é, o responsável pela criação do documento de arquivo.
Data limite	Diz respeito ao período inicial e final de produção dos documentos de um dossiê.
Função	Identifica o conjunto de ações desenvolvidas pela instituição para seu funcionamento.
Subfunção	Identifica quando uma grande função foi dividida em outras com atividades mais específicas.
Atividade	Identifica a ação, o encargo ou o serviço decorrente do exercício de uma função, manifestada por meio do documento de arquivo.
Tipo documental	Identifica no documento de arquivo a configuração que este assumiu de acordo com a atividade que o gerou.
Descrição	É o campo onde podem ser detalhadas informações sobre as atividades que geraram o documento de arquivo.
Observação	Campo onde são incluídas demais informações relevantes, tais como estado de preservação dos documentos, se ele é cópia, entre outros. ⁵

Fonte: elaboração nossa.

A aplicação da ficha de identificação de documentos se deu em duas fases. Na primeira a aplicamos aos documentos da massa documental acumulada, onde foram abertas as caixas e identificados os itens documentais. Na segunda fase, a ficha de

⁵As diretrizes de preenchimento da Ficha de Identificação de Documentos tomaram como base o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DIBRATE do Arquivo Nacional (2005) e o manual Como Elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: Atividades-Fim, do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (2008).

identificação de documentos foi aplicada, em conjunto com o gerente da área responsável pelas atividades-fim. Foram identificadas previamente as funções que estão dispostas no estatuto e regimento interno, cabendo ao gerente da área sinalizar subfunções, atividades e qual o tipo documental produzido para efetivar as ações, além de quais as atividades que existem no papel e não são executadas, e por este motivo, não produzem documentos.

A partir dos dados coletados, nos baseamos no manual “Como Elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: Atividades-Fim (2008)” do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, adaptando a metodologia proposta para a construção de nosso produto técnico científico.

Nessa perspectiva, é importante esclarecermos, que escolhemos como melhor estratégia⁶, a construção do plano de classificação das atividades-fim com base nas funções, conforme o manual observa:

O Plano de Classificação de Documentos deve buscar o critério funcional, ou seja, atrelar o documento à função/subfunção/atividade, e não ao setor ou departamento que o gerou. Entretanto, para chegar às atribuições e destas às funções/subfunções/atividades precisamos partir da estrutura. (SAESP, 2008, p.15)

Assim, estruturamos a metodologia para a construção do plano de classificação das atividades-fim do CMEB em duas etapas:

1. Coleta de dados, realizada por meio do estudo da estrutura administrativa e funcionamento do CMEB, detalhando as funções, subfunções e atividades de cada setor, bem como os tipos documentais utilizados para executar cada atividade. O que foi realizado por meio da análise dos estatutos, regimentos, atas de reunião, relatórios anuais, da ficha de identificação de documentos, dos planos estratégicos desenvolvidos pela instituição, entre outros;
- 2 Processamento dos dados, que deram origem a uma representação física da matriz estrutural do plano de classificação, representada conforme o quadro abaixo.

⁶ Ao longo do trabalho nos aprofundaremos nos motivos que nos levaram a escolher a metodologia emanada pelo SAESP como melhor estratégia.

Quadro 3 – Matriz estrutural do plano de classificação

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil				
Gerência	Função	Subfunção	Atividade	Documento

Fonte: elaboração nossa, a partir do manual Como Elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: Atividades-Fim (2008) e dos dados coletados.

Conforme os dados eram colhidos e processados, a planilha era preenchida, e ao final deste processo concebemos essa matriz estrutural, que nos forneceu a base do plano de classificação das atividades-fim do CMEB.

Ainda é importante frisar que, como o CMEB se divide em gerências, é a partir delas que identificamos quais são responsáveis pela execução das atividades-fim na instituição, bem como as suas funções, subfunções, atividades e documentos produzidos.

Entendemos como função o conjunto das atividades praticadas a fim de que se alcance um objetivo. Nessa linha de pensamento, concordamos com as diretrizes de elaboração de planos de classificação do SAESP, ou seja, *para conseguir analisar a produção documental devemos identificar para cada atividade-fim, para a qual cada órgão/entidade foi criado, alguns conjuntos de atribuições que representam suas grandes funções* (SAESP, 2008, p.35).

Estas grandes funções podem se subdividir em subfunções, sendo necessário, para que se observe as subfunções, identificar as afinidades das atividades que abarcam, isto é, *o agrupamento das atividades afins configura uma SUBFUNÇÃO*. (SAESP, 2008, 35).

Já em relação às atividades, podemos considerar que, necessariamente, estão atreladas a uma função/subfunção correspondente e se materializam por meio de uma ação que visa dar conta de cumprir um objetivo. O Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004, do Estado de São Paulo, dispõe que *a atividade pode ser considerada como a ação, o encargo ou o serviço decorrente do exercício de uma função*.

A partir das atividades conseguimos mapear os documentos que por ela são produzidos e estes documentos, agrupados pelo seu tipo documental, formam um conjunto que dá origem as séries documentais. Ainda o Decreto nº 48.898, em seu artigo 12, dispõe que *série documental: é o conjunto de documentos do mesmo tipo documental produzido por um mesmo órgão, em decorrência do exercício da mesma*

função, subfunção e atividade e que resultam de idêntica forma de produção e tramitação e obedecem à mesma temporalidade e destinação..

Após mapear a estrutura, funções, subfunções, atividades e documentos produzidos, partimos em direção à construção do plano de classificação das atividades-fim do CMEB. Nesse sentido, ressaltamos a importância do uso dos substantivos para dar nome as funções, subfunções e atividades, sendo recomendável o seu uso para indicar a ação que será realizada (SAESP, 2008).

Finalizando o percurso metodológico utilizado para a construção do plano de classificação das atividades-fim do CMEB, elaboramos os códigos de classificação, ou seja, a referência numérica que liga o documento ao seu contexto de produção.

A codificação utilizada pode ser representada conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 – Esquema de codificação

01.02.03.04.05	01 - Órgão produtor
	02 – Função
	03 – Subfunção
	04 – Atividade
	05 – Documento (tipo documental)

Fonte: elaboração nossa, a partir do manual *Como Elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: Atividades-Fim* (2008)

2. MARCO EMPÍRICO

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – CMEB é uma pessoa jurídica, de natureza cultural, sem fins econômicos. Foi criado no dia 16 de outubro de 1986, por um conjunto de empresas e instituições do setor de energia elétrica, que se reuniram em prol de sua criação. Essas empresas pretendiam que a Memória da Eletricidade estimulasse no setor elétrico, a consciência da importância de sua história para o desenvolvimento institucional e tecnológico, possibilitando também, que através das ações por ele executadas, a sociedade tivesse uma melhor compreensão do papel desempenhado pelo setor no crescimento e progresso do país⁷.

⁷Informações retiradas da ata de constituição do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, produzida em outubro de 1986 e que se encontra no arquivo administrativo da instituição.

Segundo Carvalho (2018, p.13), “A Memória da Eletricidade é um centro de memória constituído na década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país. Criado para ser um espaço de referência de fontes documentais e pesquisa”. A criação do Centro de Memória teve como inspiração a Associação para a História da Eletricidade na França (AHEF), criada pela Électricité de France (EDF) em 1982⁸.

Diferente do caso francês, o CMEB foi criado por um conjunto de empresas estatais e associações ligadas ao setor de energia elétrica, tendo destaque a Eletrobras, que por meio de seu presidente na época, Mário Bhering, articulou a criação do CMEB⁹. Bhering foi o idealizador e primeiro presidente da Memória da Eletricidade, era uma pessoa de influência e com longa trajetória no setor de energia elétrica. Em sua biografia, representada no guia de coleções pessoais da Memória da Eletricidade (2016, p.55), podemos destacar sua atuação na fundação das Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, onde exerceu as atividades de diretor comercial na década de 1950, e de presidente em dois momentos distintos, nos meses de julho a outubro de 1965 de forma interina, e nos anos de 1983 e 1984. Foi também presidente da Eletrobras, de 1965 a 1975, quando deixou o cargo para participar da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, retornando como presidente da estatal em 1985, permanecendo no cargo até 1990.

Como articulador na criação da Memória da Eletricidade, Bhering conseguiu reunir onze empresas, que se tornariam os seus membros instituidores, a saber:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; Centrais Elétricas do sul do Brasil – Eletrosul; Light Serviços de Eletricidade S.A.; Furnas Centrais Elétricas S.A. Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.; Espírito Santo Centrais Elétricas S.A, - ESCELSA; Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL; Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica – ABCE; Associação Nacional de Empresas Estaduais de Energia Elétrica – ACESA; e a Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte e Nordeste – AEDENNE¹⁰. Os membros instituidores teriam a obrigação de contribuir para a manutenção da Memória da Eletricidade, sendo que 60% do valor

⁸ Informações constam do Relatório Anual do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil do ano de 2014, disponível no arquivo administrativo da instituição.

⁹ Análise das informações contidas nas cartas do ano de 1986, no período que precedeu a criação do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, estando tais documentos disponíveis no arquivo da instituição.

¹⁰ Informações retiradas da ata de constituição do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, produzida em outubro de 1986, disponível no arquivo da instituição.

seria custeado pela Eletrobras e 40% pelas empresas que por ela eram controladas. Outros membros instituidores contribuiriam com uma anuidade a ser fixada pelo Conselho de Administração¹¹.

Nesse contexto, um grande incentivo para a criação do CMEB foi a lei nº 7505, de 02 de Julho de 1986, (conhecida como Lei Sarney), que dispõe sobre benefícios fiscais na área de imposto de renda concedida às operações de caráter cultural, o que tornou mais viável para as empresas do setor o investimento no Centro de Memória, tendo em vista que o dispositivo legal concedeu benefícios fiscais às pessoas físicas e jurídicas que promoviam doações, patrocínios e investimentos em favor de pessoa jurídica de natureza cultural. Essa lei considera:

Doação, a transferência definitiva de bens e numerários a favor de pessoas jurídicas de natureza cultural; patrocínio, a realização de despesas com promoção ou publicidade de atividades culturais sem proveito pecuniário ou patrimonial direto para o patrocinador; e investimento, a aplicação de bens e numerário com proveito pecuniário ou patrimonial para o investidor. (BRASIL, 1986, p.5).

De uma forma geral, a Memória da Eletricidade foi criada com os objetivos de incentivar e apoiar a preservação do patrimônio documental, tecnológico, arquitetônico e ambiental, de valor histórico, do setor de energia elétrica no Brasil, tornando-os acessíveis às empresas, às comunidades acadêmicas e ao público em geral. De acordo com sua ata de constituição, a Memória da Eletricidade nasce para ser um centro de referência, de modo a reunir informações sobre o acervo das empresas do setor de energia elétrica no Brasil. A ideia inicial era a sistematização das informações sobre os acervos custodiados nas empresas do setor de energia elétrica. Seriam levantados, no setor, os acervos relativos às máquinas e equipamentos e arquivístico histórico, que teriam o potencial de evidenciar a evolução tecnológica dos serviços de energia elétrica e das suas aplicações no cotidiano, além da promoção de pesquisas em torno da história da energia elétrica no Brasil¹².

Entretanto, quando aprovado o seu primeiro estatuto, percebe-se que os objetivos estipulados na assembleia de constituição foram ampliados, com destaque para os seguintes:

¹¹Informações captadas no primeiro regimento interno do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, produzido em outubro de 1986, disponível no arquivo da instituição.

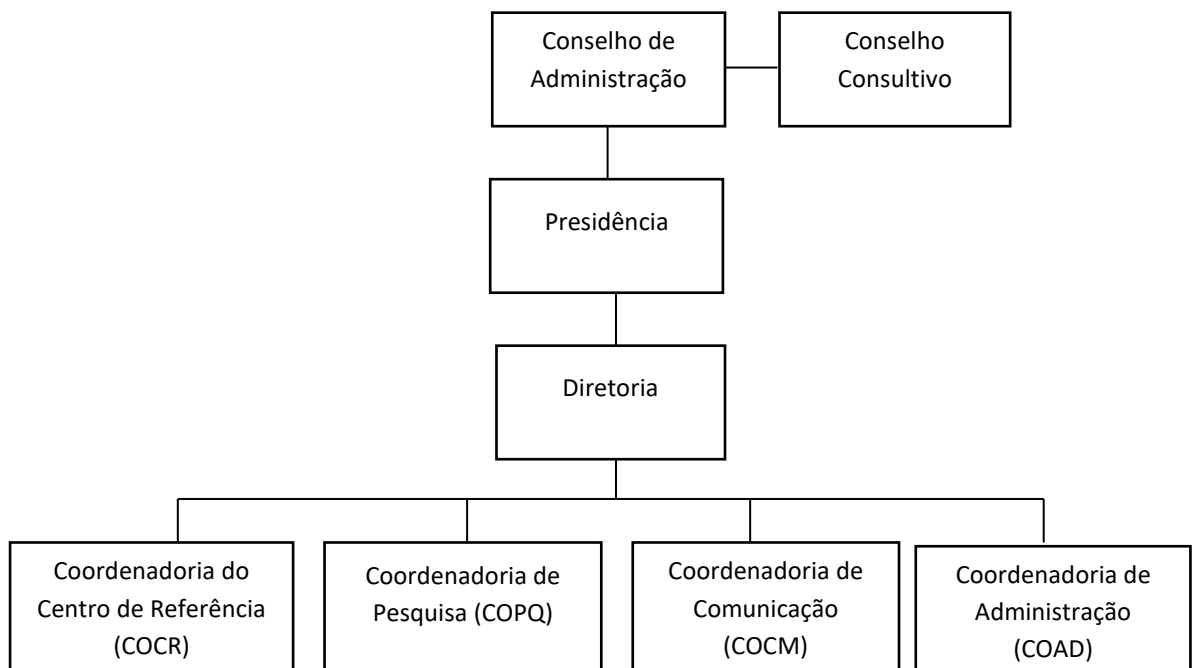
¹²Informações retiradas da ata de constituição do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, produzida em outubro de 1986, disponível no arquivo da instituição.

prestar serviços e integrar esforços de pessoas físicas e jurídicas que realizam trabalhos sobre a história da eletricidade do país [...] assessorando tecnicamente em atividades de preservação e recuperação da informação e do seu patrimônio relativo às áreas de arquivologia, museologia, biblioteconomia, arquitetura, meio-ambiente, técnicas de restauração e áreas correlatas [...] coletar objetos e peças de interesse para memória do setor elétrico, tratando direta ou indiretamente de sua preservação. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. 1986, p.1)

Como é possível observar, de acordo com o estatuto abre-se possibilidade para que a instituição constitua acervo, além de prestar assessoria e executar serviços para terceiros em atividades relacionadas à preservação e recuperação da informação em áreas como arquitetura, meio ambiente e técnicas de restauração, atividades que não estavam previstas inicialmente.

Nesta perspectiva, de modo a cumprir seus objetivos, a Memória da Eletricidade se organizou administrativamente conforme representado a seguir no organograma:

Figura 1 – Primeiro organograma da Memória da Eletricidade



Fonte: elaboração nossa, baseado no primeiro Regimento Interno do CMEB.

Segundo o primeiro Regimento Interno do CMEB, de 1986, sua estrutura se dividia em dois níveis, a administração superior e os órgãos de execução.

No primeiro nível, a administração superior era constituída por três órgãos:

1. Conselho de administração: tinha como integrantes o presidente do conselho e onze conselheiros, responsáveis por formular a política de ação da instituição e estabelecer as diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração;
2. Conselho Consultivo: era composto por um presidente e catorze conselheiros, responsáveis pela política de preservação de memória do setor de energia elétrica e sobre atividades culturais por ela desenvolvidas;
3. Diretoria: responsável pela execução e controle da política, diretrizes e normas baixadas pelo conselho de administração. Era composta por um presidente e um diretor que a ele se subordinava

No segundo nível, os órgãos de execução se subdividiam em quatro coordenadorias:

1. Coordenadoria do Centro de Referência - COCR: responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas com a recuperação e a preservação do patrimônio arquivístico, bibliográfico, tecnológico, arquitetônico e ambiental, que compõe o acervo histórico do setor de energia elétrica, e pela montagem de um sistema de referência das fontes para a história da eletricidade no Brasil;
2. Coordenadoria de Pesquisa - COPQ: responsável pelo planejamento coordenação e execução das linhas de pesquisa desenvolvidas pela Memória da Eletricidade e pela avaliação de projetos submetidos por outras instituições e pesquisadores, além do planejamento e execução de projetos de pesquisa histórica, de caráter multidisciplinar, gerando livros, monografias, artigos, e outros instrumentos de difusão do conhecimento científico em torno da eletricidade e do setor de energia elétrica no país, bem como do desenvolvimento do programa de história oral do CMEB;

3. Coordenadoria de Comunicação – COCM: responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas com a divulgação dos trabalhos científicos, técnicos, institucionais e culturais, desenvolvidos ou resgatados pela Memória da Eletricidade, bem como pelo planejamento e organização de mostras e exposições de seu acervo tecnológico, e a promoção e divulgação das atividades da Memória da Eletricidade junto aos seus membros, à comunidade científica e acadêmica, às entidades privadas e ao público em geral;
4. Coordenadoria de Administração – COAD: responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades administrativas e financeiras do CMEB, com atribuição de proceder ao planejamento e acompanhamento orçamentário, aos recebimentos, pagamentos, movimentação das contas bancárias, guarda de valores, controle, escrituração, demonstrativos, balancetes, balanços contábeis, registro e acompanhamento de contratos de seguros, obras, manutenção, restauração, limpeza, segurança patrimonial, e dos contratos de assessoria técnica do CMEB.

Desde sua constituição em 1986 até o ano de 2016, a Memória da Eletricidade não alterou a sua estrutura organizacional e trabalhou no sentido de cumprir os objetivos dispostos em seu estatuto. Porém, o foco inicial de se tornar um centro de referência às pesquisas relacionadas a energia elétrica, foi se transformando, e o CMEB é hoje uma instituição que constitui, acumula, processa e preserva acervo. Possui a custódia de acervos arquivísticos históricos, museológicos e bibliográficos, que são em sua maior parte oriundos de doações de personalidades e empresas do setor de energia elétrica.

Apesar de seu histórico na realização de trabalhos de consultoria em arquivos dentre as empresas do setor elétrico, orientando sobre as práticas de gestão e preservação de documentos, durante muito tempo o CMEB negligenciou os seus próprios arquivos. De 1986 até o ano de 2011, os responsáveis pelo arquivo administrativo da instituição eram as secretárias, que organizavam a documentação de forma cronológica em fichários, guardados dentro de caixas e identificados com folha de rosto que continham as informações referentes ao ano de produção e outras mais genéricas, tais como, cartas expedidas e cartas emitidas. Esta organização não

se preocupava com a organicidade do conjunto documental, o que tornou difícil a manutenção do vínculo entre os documentos e a sua recuperação, quando solicitados pelos usuários.

Figura 02 – Arquivo administrativo da Memória da Eletricidade em 2013



Fonte: acervo Memória da Eletricidade.

No ano de 2011, com a troca da Diretora Executiva do CMEB, foi designada para a COCR a responsabilidade sobre o arquivo administrativo da instituição, que neste momento era constituído por uma grande massa documental acumulada. Em 2013 se iniciaram as ações efetivas para que a massa documental, que estava dimensionada em 650 caixas, fosse organizada com os preceitos da arquivologia e, para tal, foi contratada pelo CMEB uma arquivista que desenvolveu a tabela de temporalidade e o plano de classificação das atividades-meio para a instituição.

De acordo com informações coletadas por meio do questionário aplicado à Fernanda Monteiro, arquivista responsável pela construção do plano de classificação das atividades-meio da Memória da Eletricidade, o processo de construção deste

instrumento teve início com a elaboração de um diagnóstico sobre a situação arquivística da instituição. Este diagnóstico tinha como propósito levantar os anos de produção indicados nas caixas e os assuntos e funções contidos nos documentos. Como o volume documental era muito grande, os assuntos eram indicados de forma bem resumida para que se pudesse reconhecer temas semelhantes e agrupá-los. Dentro deste processo também foram pesquisadas a trajetória da Memória da Eletricidade e definidas as prioridades e maiores necessidades da instituição no momento. A elaboração do plano de classificação foi um trabalho de longo prazo que demandou tempo para que se pesquisasse a instituição e os documentos que ela produzia. Neste sentido, foi dada prioridade as atividades-meio pois os documentos eram frequentemente requisitados pela área administrativa, com um alto volume de solicitações, tanto de consulta quanto de pedidos de arquivamento de novos documentos.

Fernanda Monteiro esclarece que num primeiro momento, de 2013 a 2015, foram realizadas diversas adaptações no plano de classificação das atividades-meio até que o instrumento tivesse a estrutura de suas classes funcionais definidas. Na construção do plano foi utilizada como modelo a Resolução nº 14 do CONARQ, escolhida à época por ser, de acordo com Fernanda Monteiro, um “plano de referência da administração pública”. A ideia era que na medida em que o trabalho fosse se desenvolvendo, houvesse adaptações, adequando o esboço inicial do plano às especificidades e realidade arquivística da Memória da Eletricidade.

O plano de classificação e tabela de temporalidade, depois de desenvolvidos, foram aplicados primeiro nos documentos produzidos no ano de sua criação, 2013, indo até o ano de 2008, pois os documentos destes períodos eram os que tinham maior demanda por acesso. Em um segundo momento estes instrumentos também foram aplicados ao restante da massa documental acumulada relativa as atividades-meio da instituição, restando a serem trabalhados os documentos pertencentes as suas atividades-fim, que não possuem plano classificação constituído, sendo a construção deste o objetivo principal neste trabalho.

Hoje, com um olhar voltado para os seus arquivos, pode-se perceber que o CMEB ainda possui grandes desafios à sua frente e que o plano de classificação das atividades-fim poderá ser um passo para que, no futuro, a instituição elabore uma política de gestão e preservação para o seu acervo, instrumento que contribuiria sobremaneira para as atividades arquivísticas no CMEB.

Já em relação ao acervo histórico custodiado pela Memória da Eletricidade, pode-se afirmar que inicialmente os documentos textuais eram separados dos demais gêneros, tanto fisicamente, pois eram dispostos em locais diferentes, quanto na sua organização intelectual, tendo em vista que eles não se conectavam de maneira alguma, mesmo quando doados por uma mesma pessoa ou família. Tais documentos eram subdivididos em gêneros e depois cadastrados no sistema Sophia Acervo. Entende-se por gênero a reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato (DIBRATE, 2005, p. 99). Tal tipo de organização criou neste primeiro momento as coleções: filmográfica, sonora e iconográfica. Já os documentos textuais eram subdivididos em coleções que levavam o nome do produtor/acumulador do conjunto de documentos, estes recebiam um tratamento arquivístico que consideravam a sua higienização, arranjo, descrição, inserção no sistema, disponibilização para o público e o desenvolvimento de um guia.

Em 2016, no contexto da publicação da primeira edição do Guia de Arquivos Pessoais da instituição, houve um esforço da equipe do arquivo histórico para que se identificasse as fotos que pertenciam as coleções abarcadas na publicação, o que mudou a lógica de organização da iconografia dentro do CMEB, passando as fotografias, quando constatado o seu vínculo com os demais documentos, a integrar as coleções. Nesta primeira edição foram contempladas 17 coleções de arquivos pessoais e a coleção documentos avulsos.¹³

Na segunda edição do Guia de Arquivos Pessoais, em 2019, houve uma mudança de conceito em relação aos conjuntos documentais. Na primeira edição do Guia, em 2016, os conjuntos documentais eram tratados como coleções, já na atual versão, foram separados em coleção e fundo, além dos documentos avulsos.

Para o CMEB essa mudança se justifica de acordo com a seguinte concepção

A separação da massa documental entre fundo e coleção foi utilizada nessa edição, ao contrário da anterior que definiu a terminologia “coleção” para todos os conjuntos documentais tratados. Isso se deu a partir de uma análise mais aprofundada da documentação, onde foi possível, em alguns casos, determinar uma lógica de produção e acumulação. Os conjuntos documentais nos quais não foi possível perceber uma relação direta com o produtor, mas que se reúnem em

¹³ A coleção Documentos Avulsos é composta por itens documentais que foram doados ao longo do tempo para a instituição, por diversos produtores, e que tratam de assuntos relacionados ao setor de energia elétrica. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2016, p. 96)

torno de temas e atividades específicas foram denominados como coleções. Já o capítulo destinado aos documentos avulsos foi fragmentado em duas partes: documentos avulsos do gênero iconográfico e documentos avulsos textuais, facilitando assim a compreensão do leitor (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2019, p. 8)

Podemos perceber que em nenhuma das duas edições foram incorporados às coleções/fundos os documentos filmográficos e sonoros que potencialmente poderiam integrar os conjuntos, estes ainda continuam organizados levando em consideração o seu gênero.

O acervo filmográfico é constituído por uma coleção de 110 (cento e dez) DVD's, 219 (duzentos e dezenove) fitas VHS, 23 (vinte e três) fitas U-matic, 7 (sete) rolos de 16 milímetros e 2 (dois) rolos de 35 milímetros.

Já o acervo sonoro é composto por (três) coleções, sendo elas: depoimentos, que correspondem aos áudios produzidos no Programa de História Oral e vinculados à projetos historiográficos; depoimentos avulsos, áudios também produzidos no Programa de História Oral, porém sem vínculo com projetos historiográficos, e coleção eventos; oriundos de palestras organizadas pela Memória da Eletricidade, sendo 307 (trezentos e sete) fitas K7 da coleção depoimentos, 9 (nove) fitas K7 da coleção depoimentos avulsos e 10 (dez) fitas K7 da coleção eventos, perfazendo um total de 624 (seiscentos e vinte e quatro) horas de gravação.

O acervo iconográfico foi subdividido pela instituição em: contato, cartão postal, diapositivo, gravura, negativo e fotografia. Destes, somente as fotografias foram incorporadas as coleções/fundos, os demais itens ainda constituem um acervo a parte. Todo o conjunto da iconografia do CMEB possui 17 (dezesete) mil imagens.

Por fim, o acervo textual e as fotografias se subdividem em 34 (trinta e quatro) fundos, 9 (nove) coleções pessoais, 25 (vinte e cinco) registros de documentos avulsos, 3 (três) conjuntos documentais em fase de organização e 5 (cinco) coleções institucionais, conforme pode se observar na tabela a seguir:¹⁴

¹⁴Informações retiradas do relatório anual do CMEB de 2017 e da apresentação institucional do CMEB de 2019, ambos disponíveis no arquivo administrativo da instituição.

Quadro 5 – Arquivos da Memória da Eletricidade

Fundos		Código de referência
01	Altino Ventura	BR.RJ.CMEB.AV
02	Alvarino de Araújo Pereira	BR.RJ.CMEB.AP
03	Antônio Carlos do Amaral Bastos	BR.RJ.CMEB.ACB
04	Antônio Dias Leite	BR.RJ.CMEB.ADL
05	Benedito Dutra	BR.RJ.CMEB.BD
06	Benedito Toledo dos Santos	BR.RJ.CMEB.BT
07	Carlos Alberto Pavão	BR.RJ.CMEB.CAP
08	Elias do Amaral Souza	BR.RJ.CMEB.EA
09	Flavio Henrique Lyra	BR.RJ.CMEB.FHL
10	Germano Sedl Vidal	BR.RJ.CMEB.GV
11	Henrique Brandão Cavalcanti	BR.RJ.CMEB.HBC
12	Henrique Couto Ferreira Mello	BR.RJ.CMEB.HM
13	John Reginald Cotrim	BR.RJ.CMEB.JRC
14	Jorge Oscar de Mello Flores	BR.RJ.CMEB.JMF
15	José Antônio Muniz Lopes	BR.RJ.CMEB.JAM
16	José Lourenço de Almeida Costa	BR.RJ.CMEB.JLC
17	José Marcondes Brito de Carvalho	BR.RJ.CMEB.JMB
18	Joubert Coscarelli Diniz	BR.RJ.CMEB.JD
19	Léo Amaral Penna	BR.RJ.CMEB.LAP
20	Lucas Lopes	BR.RJ.CMEB.LL
21	Luiz Carlos Menezes	BR.RJ.CMEB.LCM
22	Mario Brandi Pereira	BR.RJ.CMEB.MBP
23	Mario Mendes de Oliveira Castro	BR.RJ.CMEB.MOC
24	Mario Penna Bhering	BR.RJ.CMEB.MPB
25	Mauro Moreira	BR.RJ.CMEB.MM
26	Mauro Thibau	BR.RJ.CMEB.MT
27	Natércio Pereira	BR.RJ.CMEB.NP
28	Norberto Franco de Medeiros	BR.RJ.CMEB.NM
29	Octávio Marcondes Ferraz	BR.RJ.CMEB.OMF
30	Paulo Azevedo Romano	BR.RJ.CMEB.PR

31	Paulo Soares Vilhena Brandão	BR.RJ.CMEB.PB
32	Roberto Brochado	BR.RJ.CMEB.RB
33	Ronaldo Moreira da Rocha	BR.RJ.CMEB.RMR
34	Túlio Romano Cordeiro de Mello	BR.RJ.CMEB.TR
Coleções pessoais		Código de referência
01	Cesar Rabello	BR.RJ.CMEB.CR
02	Fortunato Peixoto Netto	BR.RJ.CMEB.FPN
03	José Pacheco da Veiga	BR.RJ.CMEB.JPV
04	Mário França Ennes	BR.RJ.CMEB.MFE
05	Milton Martins Carneiro	BR.RJ.CMEB.MC
06	Murillo Guimarães	BR.RJ.CMEB.MG
07	Paulo Richer	BR.RJ.CMEB.PRC
08	Paulo Silveira Martins	BR.RJ.CMEB.PSM
09	Rômulo de Moraes Andrade	BR.RJ.CMEB.RMA
Documentos Avulsos		Código de referência
01	Alberto Mario Cotrim Rodrigues	BR.RJ.CMEB.DA.IF.01
02	Norgest Wiest	BR.RJ.CMEB.DA.IF.02
03	Pedro Luiz Murgel Taveira	BR.RJ.CMEB.DA.IF.03
04	Sérgio Motta	BR.RJ.CMEB.DA.IF.04
05	Darcy Caggiano	BR.RJ.CMEB.DA.IF.05
06	Arthur Cohen	BR.RJ.CMEB.DA.IF.06
07	Alberto da Silva Cardoso	BR.RJ.CMEB.DA.IF.07
08	Gal. Moreira	BR.RJ.CMEB.DA.IF.08
09	Paulo Egídio Fogaça Neto	BR.RJ.CMEB.DA.IF.09
10	Desconhecido	BR.RJ.CMEB.DA.IF.10
11	Carlos Alberto Pádua Amarante	BR.RJ.CMEB.DA.IF.11
12	Antonio José Santoro Pinto Osório	BR.RJ.CMEB.DA.IF.12
13	Walter Tolentino Álvares	BR.RJ.CMEB.DA.IF.13
14	Pedro Mendes dos Santos	BR.RJ.CMEB.DA.IF.14
15	José Costa Cavalcanti	BR.RJ.CMEB.DA.IF.15
16	Oswaldo Baumgarten	BR.RJ.CMEB.DA.IF.16
17	Paulo Silva	BR.RJ.CMEB.DA.IF.17

18	Desconhecido	BR.RJ.CMEB.DA.IF.18
19	Carlos Berenhauser	BR.RJ.CMEB.DA.IF.19
20	Licínio Marcelo Seabra	BR.RJ.CMEB.DA.IF.20
21	Ennio Maurer	BR.RJ.CMEB.DA.IF.21
22	Sergio Santana	BR.RJ.CMEB.DA.IF.22
23	Desconhecido	BR.RJ.CMEB.DA.IF.23
24	Desconhecido	BR.RJ.CMEB.DA.IF.24
25	Desconhecido	BR.RJ.CMEB.DA.IF.25
Em Processo de Organização		
01	Fábio Teivelis	
02	Fernando Perrone	
03	Luiz Alberto Ordonez Daniel	
Coleções Institucionais		
01	Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB	
02	Eletronorte	
03	Light	
04	Enge Rio	
05	Eletrobras	

Fonte: elaboração nossa a partir da segunda edição Guia de Arquivos Pessoais do CMEB.

O CMEB ao longo de seus mais de trinta anos de existência foi o responsável pela realização de diversas exposições itinerantes e virtuais e mais de 100 (cem) publicações, dentre as quais podemos destacar:

- O Rio Tocantins no Olhar dos Viajantes, paisagem, território, energia elétrica, que recebeu dois prêmios da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJ) em 2014, o prêmio da fase regional norte/nordeste e o prêmio da etapa nacional, ambos na categoria Publicação Especial;
- A Eletrobras no Espelho da História (case 50 anos da Eletrobras), que recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

(ABERJ), em 2013, na categoria Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial, na fase regional Rio de Janeiro;

- Álbum Carioca 2: energia elétrica e cotidiano infante juvenil (1950 – 1979), que recebeu menção de altamente recomendável na Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil em 2006, na categoria Informativo.

Entretanto, no início do ano de 2014, o CMEB estava diante de um contexto externo e interno de elevada complexidade e bastante desafiador até mesmo para a sua continuidade como instituição nos termos então vigentes.

No contexto externo, a crise hídrica de 2013/2014 afetou diretamente o setor de energia elétrica. Segundo Galvão e Bermann (2014, p.56), “O menor volume útil verificado em 2014 foi de 19,51% (novembro) na UHE Capivara, evidenciando que o mês de novembro foi aquele em que a crise hídrica no período 2013-2014 foi mais sentida no Sistema Elétrico Brasileiro”. Conforme constata Bahia

com a diminuição da geração de energia hidrelétrica, mais barata de ser produzida e a necessidade em atender a demanda por energia elétrica, optou-se por utilizar as usinas termelétricas, que tem um custo maior para a produção, e este acréscimo do custo de produção, por opção do governo, não foi repassado integralmente para o consumidor final, o que fez com que o lucro das empresas do setor diminuísse, gerando cortes em diversas áreas, principalmente nas áreas que não influenciavam nas atividades-fim das empresas. (BAHIA, 2018, p. 12)

Essa diminuição no lucro do setor impactou nas contribuições feitas para a Memória da Eletricidade, que perdeu dois tradicionais mantenedores, a Light e a Cemig. Por outro lado, acentuaram-se problemas internos na instituição, especialmente em relação às questões financeiras e redução da equipe, com a aposentadoria de parte de seus membros e a posterior devolução de alguns funcionários cedidos pela Eletrobras.¹⁵

Para se definir como uma empresa mais atrativa para o mercado e se tornar menos dependente financeiramente das empresas parceiras que até então mantém a instituição, e tendo em vista a movimentação do mercado de energia elétrica, com a perspectiva de possíveis privatizações, a Memória da Eletricidade lançou o plano

¹⁵ Informações obtidas por meio das cartas ME DE 025 de 2015 e ME DE 047 2015, pertencentes ao arquivo da Memória da Eletricidade.

estratégico de 2014 – 2020, que posteriormente sofreu uma revisão abrangendo o período de 2017 – 2020. Ambos os planos objetivaram produzir uma série de medidas que tinham e tem ações com o potencial de proporcionar melhorias e avanços significativos, trazendo ideias que potencializam o portfólio de serviços da instituição e buscam atender necessidades que o setor elétrico e a sociedade demandam.¹⁶

A partir de meados de 2014, o CMEB começa a atuar segundo as grandes linhas estabelecidas no Plano Estratégico, desenvolvendo ou dando continuidade a projetos e serviços, tais como publicação de livros e *e-book*, da digitalização de parte do acervo, parceria com universidades, a elaboração de seminários, entre outros. Neste mesmo período, algumas publicações do CMEB receberam reconhecimento público, tendo sido agraciados com prêmios importantes.¹⁷

Em 2017, com a revisão do plano estratégico, foi proposta uma nova missão para o CMEB. Este novo plano prevê que, além da pesquisa histórica e preservação da memória do setor de energia elétrica, o CMEB torne-se um amplo e moderno centro de promoção e apoio à reflexão, debate, educação e capacitação em energia, nas suas diferentes dimensões tecnológica, institucional, empresarial, operacional, socioeconômica e cultural.

A principal motivação para a revisão do plano estratégico foi um acordo que estava sendo costurado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o CMEB, cujo objetivo era ceder para a Memória da Eletricidade, por 20 (vinte) anos, a gestão de todo o espaço que abriga a Biblioteca Parque Estadual, situada na Avenida Presidente Vargas nº 1261, no centro do Rio de Janeiro, incluindo as máquinas, equipamentos, mobiliários, além da custódia e gestão do acervo bibliográfico e arquivístico histórico do Estado, que se encontram no edifício¹⁸. Neste espaço a Memória da Eletricidade instalaria a sua sede e teria as condições estruturais necessárias para desenvolver outras atividades associadas a sua nova proposta, tais como, espaços lúdicos e recreativos ligados à eletricidade, exposições de arte e fotografias, e uma programação cultural em torno de cinema, teatro, música erudita e popular, danças e apresentações folclóricas.

¹⁶ Planos Estratégicos 2014 e 2017 da Memória da Eletricidade, disponíveis no arquivo do CMEB.

¹⁷ Relatório de anual da Memória da Eletricidade 2015, disponível no arquivo do CMEB.

¹⁸ Protocolo de intenções assinado entre o CMEB e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, disponível no arquivo do CMEB.

Ao longo do tempo o CMEB passou por diversas transformações que foram registradas em seu estatuto, principalmente se tratando das alterações de seus objetivos finalísticos. Para entender melhor a trajetória do CMEB como instituição e compreender com mais precisão onde o Centro de Memória pretende chegar em curto prazo, desenvolvemos um quadro comparativo com os 9 (nove) estatutos desenvolvidos pelo CMEB de sua criação em 1986, até o ano de 2018, focando nos seus objetivos institucionais e nas alterações que ocorreram ao longo do tempo.

Quadro 6 - Estatutos da Memória da Eletricidade

	Texto dos Estatutos	Observações
1º Estatuto (1986)	<p>1 – Promover uma ampla política de recuperação, conservação e salvaguarda de arquivos, objetos e sítios necessários à construção da história da eletricidade no país;</p> <p>2 – Montar um sistema de informações das fontes para a história da eletricidade no Brasil, com especial ênfase nos acervos existentes nas empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica;</p> <p>3 – Promover a ampliação do conjunto das fontes disponíveis para a história da eletricidade, através de referências sobre os acervos de órgãos governamentais, fabricantes de equipamentos, fornecedores, empreiteiros ligados ao setor elétrico, universidade e outras entidades técnicas.</p> <p>4 – Constituir e dinamizar o registro técnico, financeiro e administrativo das realizações brasileiras no campo de geração, transmissão e distribuição do setor de energia elétrica;</p> <p>5 – Promover a interação constante, com troca de informações e experiências, entre as empresas e instituições que se dedicam ao estudo do papel da energia elétrica no desenvolvimento científico, tecnológico, industrial, socioeconômico e cultural do país.</p> <p>6 – Estimular no âmbito do setor elétrico a conscientização da importância da sua história para o seu desenvolvimento institucional e tecnológico, bem como para ensejar uma melhor compreensão, pela sociedade, do papel desempenhado pelo setor no desenvolvimento do país;</p> <p>7 – Orientar e colaborar na busca de recursos financeiros, técnicos e científicos necessários às atividades de preservação da memória do setor de energia elétrica.</p> <p>8 – Prestar serviços e integrar os esforços das pessoas físicas e jurídicas que estejam realizando trabalhos sobre a história da eletricidade no país, tais como:</p> <p>A – Fomentando ações e apoiando técnica e cientificamente as iniciativas de preservação da memória da eletricidade;</p> <p>B – Assessorando tecnicamente as atividades de preservação e recuperação da informação, e do seu patrimônio relativo às áreas de arquivologia, museologia, biblioteconomia, iconografia, arquitetura, meio-ambiente, técnicas de restauração e áreas correlatas;</p> <p>C – Promovendo ações e elaborando projetos conjuntos no sentido de sistematizar modelos e definir metodologias para a organização dos acervos históricos, bem como pesquisas sobre desenvolvimento histórico da produção, transmissão, distribuição e utilização social da energia elétrica no país.</p> <p>9 – Suscitar iniciativas de pesquisa e de novas abordagens sobre a história da eletricidade, estudos do desenvolvimento científico, da industrialização, nos seus múltiplos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e institucionais e sua relação com outras áreas do conhecimento;</p> <p>10 – Coletar objetos e peças de interesse para a Memória do setor elétrico, tratando, direta ou indiretamente, de sua preservação;</p> <p>11 – Promover e incentivar o intercâmbio permanente entre os núcleos de preservação das concessionárias e estabelecer acordos ou convênios com entidades de direito público ou privado e participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico, cultural e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, voltadas para a atividade de pesquisa e preservação;</p>	

	<p>12 – Divulgar o papel da energia elétrica no país e as realizações da Memória da Eletricidade, dentro de uma visão atualizada e prospectiva, através de exposições permanente, temporárias e itinerantes, publicações, conferências, palestras, cursos, seminários e atividades complementares;</p> <p>13 – Editar e produzir, por conta própria ou mediante acordos e convênios, livros, revistas, vídeos, filmes e outras formas de publicação e reprodução relativas à Memória do setor elétrico.</p>	
2º Estatuto (1986)	Sem alterações nos objetivos.	
3º Estatuto (1995)	<p>1 – Promover uma ampla política de recuperação, conservação e salvaguarda de arquivos, objetos e sítios necessários à construção da história da eletricidade no país;</p> <p>2 – Montar um sistema de informações das fontes para a história da eletricidade no Brasil, com especial ênfase nos acervos existentes nas empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica;</p> <p>3 – Promover a ampliação do conjunto das fontes disponíveis para a história da eletricidade, através de referências sobre os acervos de órgãos governamentais, e de instituições ligadas direta ou indiretamente ao setor de energia elétrica.</p> <p>4 – Promover a interação constante, com troca de informações e experiências, entre as empresas e instituições que se dedicam ao estudo do papel da energia elétrica no desenvolvimento científico, tecnológico, industrial, socioeconômico e cultural do país.</p> <p>5 – Estimular no âmbito do setor elétrico a conscientização da importância da sua história para o seu desenvolvimento institucional e tecnológico, bem como para ensejar uma melhor compreensão, pela sociedade, do papel desempenhado pelo setor no desenvolvimento do país;</p> <p>6 – Orientar e colaborar na busca de recursos financeiros, técnicos e científicos necessários às atividades de preservação da memória do setor de energia elétrica.</p> <p>7 – Prestar serviços e integrar os esforços das pessoas físicas e jurídicas que estejam realizando trabalhos sobre a história da eletricidade no país, tais como:</p> <p>A – Fomentando ações e apoiando técnica e cientificamente as iniciativas de preservação da memória da eletricidade;</p> <p>B – Assessorando tecnicamente as atividades de preservação e recuperação da informação, e do seu patrimônio relativo às áreas de arquivologia, museologia, biblioteconomia, iconografia, arquitetura, meio-ambiente, técnicas de restauração e áreas correlatas;</p> <p>C – Promovendo ações e elaborando projetos conjuntos no sentido de sistematizar modelos e definir metodologias para a organização dos acervos históricos, bem como pesquisas sobre desenvolvimento histórico da produção, transmissão, distribuição e utilização social da energia elétrica no país.</p> <p>8 – Suscitar iniciativas de pesquisa e de novas abordagens sobre a história da eletricidade, estudos do desenvolvimento científico, da industrialização, nos seus múltiplos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e institucionais e sua relação com outras áreas do conhecimento;</p>	<p>Comparado ao 2º estatuto foi alterado um trecho do item 3 (três) que diz respeito aos “fabricantes de equipamentos, fornecedores, empreiteiros ligados ao setor elétrico, universidade e outras entidades técnicas”, e suprimidos o item 4, que dispõe sobre constituir e dinamizar os registros técnicos e o item 10, que dispõe sobre a coleta de peças com interesse para a Memória do setor elétrico.</p>

	<p>9 – Promover e incentivar o intercâmbio permanente entre os núcleos de preservação das concessionárias e estabelecer acordos ou convênios com entidades de direito público ou privado e participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico, cultural e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, voltadas para a atividade de pesquisa e preservação;</p> <p>10 – Divulgar o papel da energia elétrica no país e as realizações da Memória da Eletricidade, dentro de uma visão atualizada e prospectiva, através de exposições permanente, temporárias e itinerantes, publicações, conferências, palestras, cursos, seminários e atividades complementares;</p> <p>11 – Editar e produzir, por conta própria ou mediante acordos e convênios, livros, revistas, vídeos, filmes e outras formas de publicação e reprodução relativas a Memória do setor elétrico.</p>	
4º Estatuto (1998)	Sem alterações nos objetivos.	
5º Estatuto (2000)	<p>1 – Promover a recuperação, conservação e salvaguarda do patrimônio relacionado à preservação da história da energia elétrica no país;</p> <p>2 – Elaborar um sistema de informações sobre a história da eletricidade no Brasil, a partir dos acervos existentes nas empresas, órgãos e instituições relacionados com o setor de energia elétrica brasileiro;</p> <p>3 – Promover o intercâmbio de informações e experiências, nas empresas, órgãos e instituições dedicados à pesquisa da participação da energia elétrica no desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e socioeconômico brasileiro;</p> <p>4 – Estimular, no âmbito do setor de energia elétrica, a conscientização da importância da sua história ensejando melhor compreensão, pela sociedade, da contribuição do setor para o desenvolvimento nacional;</p> <p>5 – Cooperar com pessoas físicas e jurídicas na realização de trabalhos pertinentes a história da energia elétrica no país, na forma de:</p> <p>A – Fomentar de ações e apoio técnico, científico e financeiro às iniciativas de preservação da história da energia elétrica no país;</p> <p>B – Assessorar tecnicamente na elaboração e implementação de projetos nas áreas de história, ciências sociais, arquivologia, museologia e biblioteconomia, visando a preservação do patrimônio relacionado à história da energia elétrica no país;</p> <p>6 – Participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico, cultural e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, dedicadas à preservação do patrimônio relacionado à história da energia elétrica;</p> <p>7 – Difundir o papel da energia elétrica no país e as realizações da Memória da Eletricidade, através da organização de eventos e outros meios de comunicação.</p>	<p>Comparado ao 4º Estatuto houve grandes mudanças, a se ressaltar o a letra C do item 7 (sete) (que foi suprimida e dispõe sobre “a Promoção de ações e elaboração de projetos conjuntos para sistematizar modelos e definir metodologias para a organização dos acervos históricos, bem como pesquisas sobre desenvolvimento histórico da produção, transmissão, distribuição e utilização social da energia elétrica no país”, também o item 8 (oito) que diz respeito a suscitar iniciativas de pesquisa, o item 9 (nove) que dispõe sobre a promoção e incentivo do intercâmbio entre núcleos de preservação das concessionárias.</p>
6º Estatuto (2011)	Sem alterações nos objetivos.	
7º Estatuto (2014)	Sem alterações nos objetivos.	
8º Estatuto (2017)	Sem alterações nos objetivos.	

<p>9º Estatuto (2018)</p>	<p>1 - Promover ações de segurança para preservação, recuperação, conservação e salvaguarda de patrimônio material e imaterial, arquivos, privados e públicos e acervos relacionados ao setor de energia do país de valor histórico e cultural;</p> <p>2 – Elaborar um sistema de informações sobre a história da eletricidade no Brasil, a partir dos acervos existentes nas empresas, órgãos e instituições relacionados com o setor de energia elétrica brasileiro;</p> <p>3 – Promover o intercâmbio de informações e experiências, nas empresas, órgãos e instituições dedicados à pesquisa da participação da energia no desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e socioeconômico brasileiro;</p> <p>4 – Estimular, no âmbito do setor de energia, a conscientização da importância da sua história ensejando melhor compreensão, pela sociedade, da contribuição do setor para o desenvolvimento nacional;</p> <p>5 – Cooperar com pessoas físicas e jurídicas na realização de trabalhos pertinentes a história da energia elétrica no país, na forma de:</p> <p>A – Fomentar de ações e apoio técnico, científico e financeiro às iniciativas de preservação da história da energia elétrica no país;</p> <p>B – Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades técnicas e culturais relacionadas às artes cênicas, audiovisual, música em geral, eventos literários, espetáculos e outras expressões artísticas e culturais, a elaboração e implementação de projetos e gestão de espaços nas áreas de história, ciências sociais, arquivologia, museologia, biblioteconomia e educação.</p> <p>C – Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades relacionadas às atividades de bibliotecas e arquivos, às atividades de museu e planos museológicos, às expressões da cultura popular contendo elementos cênicos e elementos teatrais envolvendo roteiros, diálogos e recursos de expressão corporal e vocal;</p> <p>D – Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades relacionadas à realização de oficinas e treinamentos em geral associados a projetos educativos e à cadeia produtiva das artes visuais, manutenção e restauração de acervo audiovisual, videotecas e cinematecas, com ênfase no desenvolvimento tecnológico e na história da energia no país;</p> <p>E – Produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades e à gestão de espaços para a realização de espetáculos relacionados ao segmento teatral de formas animadas, mamulengos, bonecos e congêneres;</p> <p>6 – Participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico, cultural e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, dedicadas à preservação do patrimônio relacionado à história da energia elétrica;</p> <p>7 – Difundir o papel da energia elétrica no país e no exterior e as realizações da instituição, através da organização de eventos, festivais, feiras, congressos, exposições, festas, seminários, ações educativas de incentivo à leitura, relacionada aos conteúdos de valor artístico, literário, técnico, histórico e humanístico, e de outros meios de comunicação e relacionamento social;</p> <p>8 – Editar e produzir, por conta própria ou mediante acordos, contratos e convênios, livros, revistas, vídeos, filmes, periódicos e outras formas de publicação e reprodução relativas ao tema da energia de forma ampliada;</p> <p>9 – Orientar, colaborar, desenvolver e realizar atividades que visem à captação dos recursos, necessários à manutenção e à sustentabilidade financeira da instituição, às ações de documentação ou digitalização de acervos, arquivos, objetos e de sítios.</p>	<p>O 9º estatuto trouxe transformações importantes que alteram drasticamente os objetivos finalísticos da Memória, primeiramente, se deve ressaltar a retirada do termo “energia elétrica” para “energia”, ampliando o foco de trabalho da instituição. Além de inclusão de objetivos que dizem respeito a uma nova configuração do Centro de Memória, que têm como pretensão se tornar um Centro Cultural, tais como, “a produção de expressões da cultura popular contendo elementos cênicos e elementos teatrais envolvendo roteiros, diálogos e recursos de expressão corporal e vocal” e a “gestão de espaços para a realização de espetáculos relacionados ao segmento teatral de formas animadas, mamulengos, bonecos e congêneres”.</p>
---------------------------	---	---

Fonte: elaboração nossa, baseada nos estatutos do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

No dia 17 de janeiro de 2018, foi assinado um protocolo de intenções entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Memória da Eletricidade, oficializando as negociações que estavam sendo feitas ao longo do segundo semestre de 2017. Este protocolo de intenções ressaltou, segundo informações disponíveis no site da Memória da Eletricidade, três principais objetivos: reabrir a biblioteca, devolvendo a cidade do Rio de Janeiro um espaço fundamental para a sua vida cultural; prover à Memória da Eletricidade uma sede que permita não só manter os seus projetos de pesquisa, como também, levar aos seus diversos públicos conhecimento específico sobre a história, a evolução atual e o futuro da energia em nosso país, além de disponibilizar para a população do Rio de Janeiro uma programação cultural de alta qualidade.¹⁹

Porém, ao fim do processo de negociação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, ocorreram algumas divergências de ordem técnica e administrativa, fazendo que a Biblioteca Parque não fosse cedida à Memória da Eletricidade, sendo reaberta pelo próprio Governo do Estado no segundo semestre de 2018.

Desta feita, o novo plano estratégico da Memória da Eletricidade leva em consideração que o CMEB consiga adquirir um espaço que comporte a execução de suas novas funções e atividades, e com o declínio das negociações com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a instituição busca outros parceiros neste sentido. Este plano estratégico reformulou, entre outras coisas, a visão, missão e valores organizacionais, além de terem sido acrescentados novos negócios ao portfólio da instituição, reformulados os objetivos e estratégias e desenvolvidas novas linhas de ação.

Tais alterações podem ser observadas conforme o quadro a seguir:

Quadro 7 – Diretrizes do plano estratégico da Memória da Eletricidade

Missão, visão e valores	Negócios	Objetivos
<p>Missão</p> <p>Pesquisar e preservar a história e prospectar os desafios atuais e as tendências futuras da energia elétrica no país, segundo seus</p>	<p>Negócios atuais:</p> <p>Pesquisa histórica; Preservação de acervo; Gestão da informação; História oral.</p>	<p>1 - Promover a expansão e a diversificação do foco da missão</p>

¹⁹ Informações do site da Memória da Eletricidade, disponível em: <http://www.memoriadaeletricidade.com.br/memoria-da-eletricidade-e-governo-do-rio-assinam-protocolo-para-cessao-da-biblioteca-parque/> Acesso em: 22 de Mar 2019.

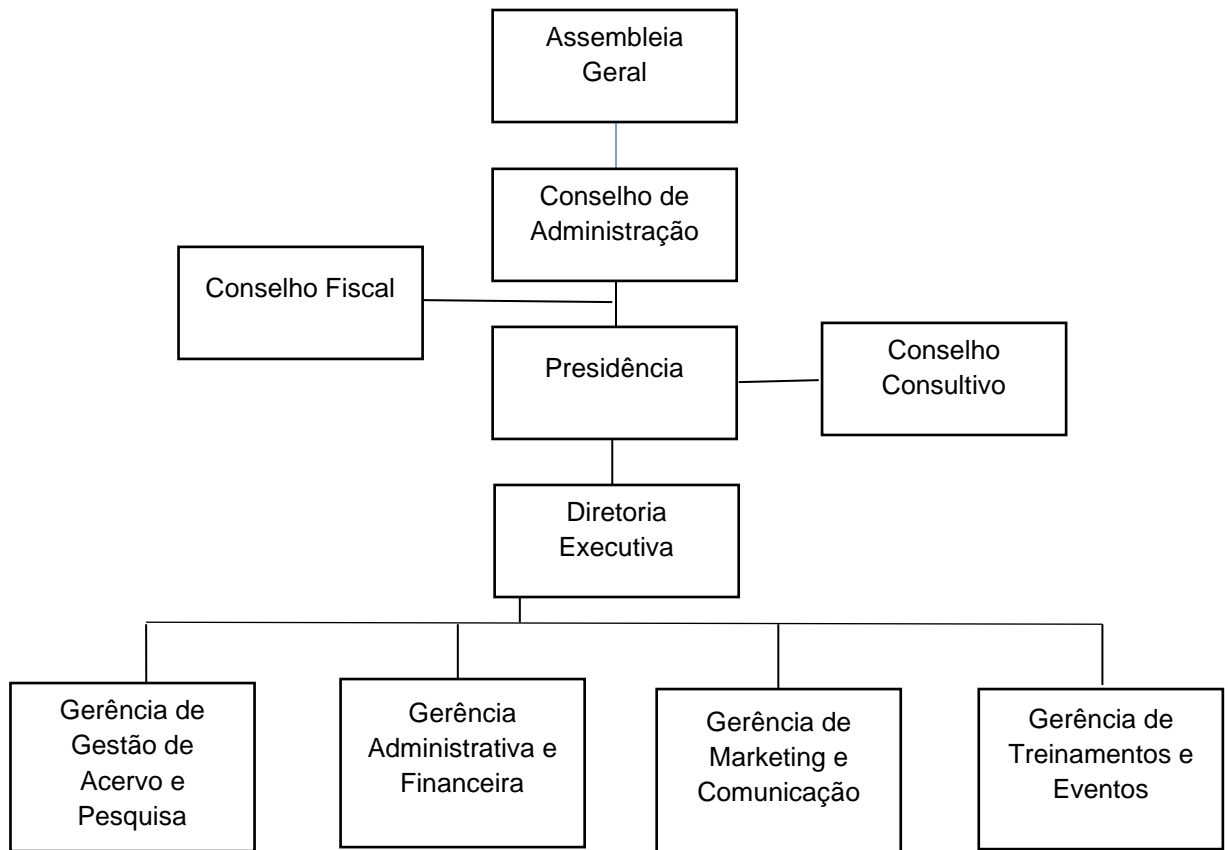
<p>diferentes usos, fontes e tecnologias, contribuindo para a compreensão do presente e das perspectivas da indústria de eletricidade no Brasil</p> <p>Visão</p> <p>Sociedade e agentes do setor informados e conscientes a respeito dos desafios e das inovações tecnológicas da energia elétrica e do seu poder de transformação empresarial, sócio econômica e cultural</p> <p>Valores</p> <p>Qualidade e isenção Excelência no atendimento Espírito empreendedor Profissionalismo e comprometimento Cooperação e trabalho em rede</p>	<p>Novos negócios</p> <p>Pesquisas e estudos prospectivos; Promoção de reflexão e debates; Exposições; Educação e formação; Recreação e lazer; Divulgação e intercâmbio.</p>	<p>2 - Diversificar as fontes de receita e reduzir a dependência financeira da Eletrobras</p> <p>3 - Aumentar a oferta de serviços</p> <p>4 - Elevar a visibilidade institucional e o reconhecimento pelos agentes profissionais do setor</p>
Estratégias	Estratégias de Transformação	Linhas de ação e medidas
<p>Para atender o objetivo 1</p> <p>O presente e o futuro como objeto de investigação; Debate sobre os desafios e perspectivas da energia elétrica; Perspectiva ampla da energia elétrica; Atuação para o setor elétrico; Disseminação da informação para toda a sociedade.</p> <p>Para atender o objetivo 2</p> <p>Fortalecer o engajamento dos membros instituidores e mantenedores; Ampliar e diversificar o número de empresas mantenedoras; Implantar condições para a captação de incentivos e doações.</p> <p>Para atender o objetivo 3</p> <p>Desenvolver portfólio de serviços; Mapear e monitorar clientes atuais e potenciais; Formular programas para o fortalecimento do marketing e da comercialização dos serviços; Formular estratégias de comunicação e programas de visitas aos clientes;</p>	<p>Implantação da sede própria:</p> <p>Instalação física no prédio da Biblioteca Parque; Design e modelo de negócio; Projeto executivo do Centro Cultural Energia.</p> <p>Expansão e diversificação do Centro da Memória da Eletricidade:</p> <p>Núcleo de reflexão e debate; Núcleo de educação e treinamento (CCE educação); Marketing, portfólio de serviços e marca; Captação de recursos e geração de receitas; Renovação da equipe permanente e da organização.</p>	<p>Sustentabilidade financeira:</p> <p>Implantação de gerência comercial; Recuperação da contribuição da Light e da Cemig; Busca de contribuições das empresas Eletrobras; Atração e adesão das SPE's Eletrobras; Busca de apoio das distribuidoras do setor elétrico.</p> <p>Venda de produtos e serviços:</p> <p>Implantação de gerência comercial; Formulação de estratégia comercial de venda de serviços; Criação de um portfólio de serviços; Programa de visitas às empresas do setor; Formulação de estratégias de rouanização dos programas; Formulação de estratégia de marketing e comunicação Digitalização e disponibilização do acervo.</p> <p>Adoção de nova identidade institucional:</p>

<p>Promover os ajustes organizacionais e competências técnicas para a comercialização; Divulgar a programação de eventos, exposições e seminários; Divulgar os projetos e atividades aos mantenedores e ao setor elétrico; Atuar junto às mídias e as redes sociais para a divulgação da programação de eventos; Manter sistema de intercâmbio com instituições similares nacionais e externas; Desenvolver web site institucional para consultas e discussões; Desenvolver portal de história oral utilizando plataforma digital.</p> <p>Para atender o objetivo 4</p> <p>Modernizar as práticas de gestão; Renovar e adequar à forma de trabalho; Revisar a estrutura e os mecanismos de coordenação o sistema e as políticas de recursos humanos.</p>		<p>Formulação de nova identidade institucional; Reposicionamento da marca; Lançamento da marca com campanha publicitária; Instalação de sede própria na Biblioteca Parque; Inauguração de sede em março de 2018 com exposição permanente, centro de documentação, fórum de reflexão e programas culturais e recreativos.</p> <p>Modernização da Gestão e Modernização do Pessoal:</p> <p>Criação do conselho consultivo; Implantação de uma nova estrutura organizacional; Adequação e modernização do sistema de recursos humanos; Formulação da política de recursos humanos; Implantação de quadro próprio de pessoal; Implantação de plano de cargos e salários; Adequação da política e quadro de pessoal ao novo contexto de trabalho.</p>
--	--	--

Fonte: Plano Estratégico da Memória da Eletricidade, 2017.

Com as mudanças registradas pelo novo plano estratégico houve a reestruturação do estatuto da instituição. Essas mudanças alteraram o seu organograma criando a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, houve também a integração das áreas de pesquisa e acervo, que passaram a integrar a “Gerência de Gestão de Acervo e Pesquisa”, a Coordenadoria de Administração passa a ser denominada “Gerência Administrativa e Financeira”, a Coordenadoria de Comunicação incorpora às suas atividades o trabalho de marketing, passando a se chamar “Gerência de Marketing e Comunicação”, e cria-se uma nova área, a “Gerência de Treinamento e Eventos”, objetivando a ampliação de serviços às empresas do setor. Segue abaixo o modelo de organograma proposto e apresentado na reunião, que é o vigente na Memória da Eletricidade:

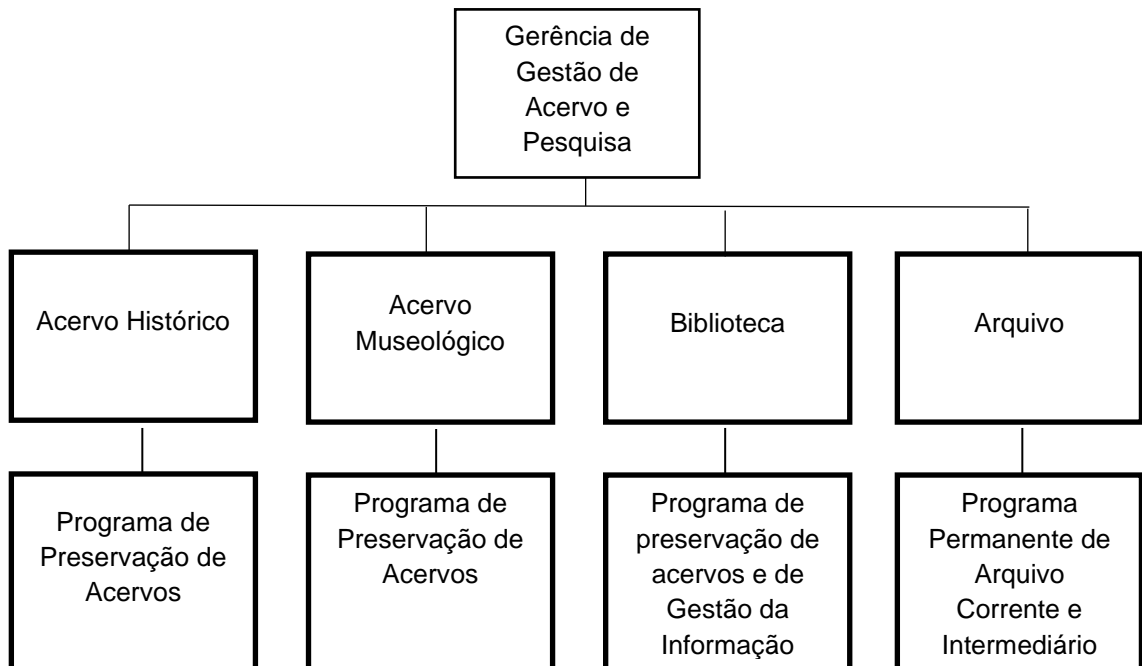
Figura 3 – Organograma vigente na Memória da Eletricidade



Fonte: elaboração nossa, baseada no Planejamento Estratégico de 2017.

Na estrutura atual da Memória da Eletricidade ainda não aparece o setor “Arquivo”, estando suas atividades ligadas à Gerência de Gestão de Acervo e Pesquisa, e se materializa por meio do Programa Permanente de Tratamento de Arquivos Correntes e Intermediários. Dentro deste programa são realizadas as atividades de protocolo, classificação, avaliação, inserção de dados em planilhas e arquivamento dos documentos produzidos e recebidos pelos diversos órgãos da instituição. Atualmente a produção documental dentro do CMEB não possui um mecanismo de controle, os documentos tramitam na instituição até cumprirem a sua função e depois são enviados ao arquivo.

Figura 4 – Gerência de Acervo e Pesquisa



Fonte: elaboração nossa, com base no Programa de Trabalho de 2019.

Outros setores que estão dentro da Gerência de Gestão de Acervos e Pesquisa não aparecem do organograma, caso do Acervo Histórico, do Acervo Museológico e da Biblioteca. Certamente isso diminui o potencial de alocar recursos direcionados para as atividades destas áreas.

Em relação ao Arquivo, além das atividades diárias, que são receber os documentos das gerências após eles cumprirem imediatamente suas razões de criação, efetuando a sua classificação, avaliação e o arquivamento, bem como o atendimento aos usuários internos, são absorvidas demandas que não estão previstas no Programa Permanente de Tratamento de Arquivos Correntes e Intermediários, que dizem respeito à construção de projetos de consultoria para empresas do setor de energia elétrica, e de projetos para a inserção em leis de incentivo cultural, tal como a Lei Rouanet,²⁰ na qual em 2019 o CMEB possuía dois projetos aprovados para captação, a saber: o projeto Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Implantação e Desenvolvimento, que tem por objetivo realizar a transferência, implantação e adequação de sua sede para o prédio da antiga Biblioteca Parque Estadual, que mesmo estando vigente para a captação, não está sendo trabalhado,

²⁰ A lei Rouanet atualmente é conhecida como lei de incentivo à cultura.

pois, conforme já mencionado, as negociações entre o CMEB e o Governo do Estado do Rio de Janeiro não foram adiante; e o projeto Digitalização do Acervo do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, que tem como finalidade a digitalização e conversão de documentos do acervo histórico custodiados pelo CMEB.

O setor de Arquivo absorve também demandas do acervo histórico, na conversão de mídias VHS de formato analógico para digital, auxiliando na negociação de doações de acervos históricos, bem como na sua formalização e em atividades do cotidiano, como o atendimento a usuários externos.

Para dar conta destas tarefas, o Arquivo no ano de 2019 contava com dois colaboradores, um arquivista e um assistente de administração, que divide seu tempo de trabalho auxiliando nas atividades do arquivo e da tecnologia da informação.

Com muitas atividades e poucos colaboradores, o Arquivo atualmente tem dificuldades em atender aos pedidos de consulta relacionados aos documentos das atividades-fim do CMEB, que não estão classificados e tampouco identificados, além de existir documentos que são produzidos e não são enviados ao Arquivo, principalmente aqueles relacionados a projetos, já que os colaboradores da instituição os guardam em seus armários e computadores.

Esta situação ficou mais clara no primeiro semestre de 2019, quando o CMEB mudou de sede, da Avenida Presidente Vargas, nº 583, 7º andar, para a mesma Avenida, nº 409, 13º andar, ambos os endereços localizados no centro do município do Rio de Janeiro. No processo de mudança foi solicitado aos colaboradores que fizessem uma triagem em seus arquivos e que identificassem o que poderia ser transferido para o Arquivo. A solicitação ressaltou inclusive que tal procedimento fosse aplicado aos documentos relativos aos projetos desenvolvidos pelo CMEB, àqueles que registram atividades de trabalho, além da comunicação da Memória com outras instituições, reforçando a importância da preservação destes para o Centro de Memória.

Essa iniciativa surtiu efeito, pois foram enviadas mais de 15 caixas para o Arquivo contendo, fundamentalmente, documentos sobre projetos que foram desenvolvidos, dados de pesquisa, processos de trabalhos, e demais registros que até o aquele momento só as pessoas que os guardavam tinham conhecimento da existência.

Figura 5 – Material recebido pelo arquivo



Fonte: acervo próprio.

Ao longo de sua existência, a Memória da Eletricidade desenvolveu e desenvolve diversos trabalhos que têm potencial de servir de referência para os seus novos projetos. Neste sentido, o Arquivo tem cada vez mais demandas de acesso aos documentos relativos às atividades-fim. Diante disso, é importante para o CMEB ter um olhar arquivístico sobre estes documentos e para os que são produzidos no tempo presente.

Neste sentido, elaborar e aplicar um plano de classificação para os documentos das atividades-fim no CMEB se tornou uma saída estratégica, pois por meio deste instrumento será possível controlar os documentos que foram e os que serão produzidos, preservando o seu vínculo orgânico e o seu contexto de produção, auxiliando também na recuperação destes de forma dinâmica, eficiente e eficaz.

3. MARCOS TEÓRICOS

3.1. A CLASSIFICAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

Classificar, segundo o DIBRATE (2005, p. 49), corresponde à “análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se lhes atribuir códigos”. Entretanto, quando o verbo classificar vem acompanhado do adjetivo “arquivístico” o seu sentido se altera, pois a classificação arquivística possui como fio condutor a organicidade e somente a partir dela se compreende o ato de classificar na Arquivologia.

Desse modo, podemos afirmar que a classificação é uma das principais funções da Arquivologia, e de acordo com Sousa, ela pode ser entendida como a

função/intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação. (SOUSA, 2003, p. 241).

Além disso, é possível considerar que a classificação é peça fundamental no processo de organização dos documentos de arquivo, configurando-se, de acordo com o (e-ARQ Brasil, 2011, p.28), “no ato ou efeito de analisar e identificar o conteúdo dos documentos arquivísticos e de selecionar a classe sob a qual serão recuperados”. Tem como objetivo, segundo Gonçalves (1998, p.12), “dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”.

Assim, inferimos que é a partir da classificação dos documentos de arquivo que se torna possível estabelecer os critérios que servirão para estruturar a organização dos conjuntos documentais, ou seja,

classificar é dividir em classes ou grupos, segundo as diferenças e semelhanças, um conjunto de conceitos, categorias, metodicamente distribuídos ou dispostos. É um processo mental, habitual, e porque não dizer “natural” do ser humano, pois automaticamente classifica as coisas, os lugares, os espaços, os seres, os fatos e as ideias a fim de compreendê-los melhor, orientando e ordenando o mundo a sua volta. (INDOLFO, 2007, p.48).

A materialização da classificação arquivística se dá por meio do plano de classificação, que é uma ferramenta primordial para a gestão de documentos. Segundo Sousa (2014, p. 06) “a classificação pode ser dividida em duas partes: uma intelectual e outra física”, Sousa (2014) ainda dispõe que a parte intelectual é o processo de criação mental onde se estabelecem classes a fim de construir esquemas para agrupar os documentos e a parte física é o arquivamento dos documentos orientado pela classificação e ordenação definida. A classificação é responsável por agrupar os documentos de arquivo relacionando-os ao órgão produtor, à função, subfunção e atividade, mantendo durante todo o processo o seu vínculo orgânico.

Neste mesmo sentido, o e-ARQ Brasil entende que:

O documento arquivístico se caracteriza pela organicidade, ou seja, pelas relações que mantém com os demais documentos do órgão ou entidade e que refletem suas funções e atividades. Os documentos arquivísticos não são coletados artificialmente, mas estão ligados uns aos outros por um elo que se materializa no plano de classificação, o qual os contextualiza no conjunto a que pertencem. Os documentos arquivísticos apresentam um conjunto de relações que devem ser mantidas. (e-ARQ Brasil, 2011, p. 21)

Uma das maneiras de gerir estes documentos de arquivo é a abordagem da gestão de documentos, a qual contempla a classificação arquivística.

No Brasil, a definição de gestão de documentos é conceituada pela Lei nº 8.159 de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Essa Lei considera como gestão de documentos o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimentos para guarda permanente”. (BRASIL, 1991, p. 1).

De acordo com Rhoads, a gestão de documentos pode ser representada em três fases:

1ª Fase - **Produção de documentos**: refere-se ao ato de elaborar documentos em razão das atividades específicas de um órgão ou setor. Nesta fase deve-se otimizar a criação de documentos, evitando-se a produção daqueles não essenciais, diminuindo o volume a ser manuseado, controlado, armazenado e eliminado, garantindo assim o uso adequado dos recursos de reprografia e de automação. Esta fase é composta pelos seguintes elementos: - elaboração e gestão de fichas, formulários e correspondência; - controle da produção e da

difusão de documentos de caráter normativo; - utilização de processadores de palavras e textos.

2ª Fase - **Utilização de documentos:** refere-se ao fluxo percorrido pelos documentos, necessário ao cumprimento de sua função administrativa, assim como sua guarda após cessar seu trâmite. Esta fase envolve métodos de controle relacionados às atividades de protocolo e às técnicas específicas para classificação, organização e elaboração de instrumentos de recuperação da informação. Desenvolve-se, também, a gestão de arquivos correntes e intermediários e a implantação de sistemas de arquivo e de recuperação da informação.

3ª Fase - **Destinação de documentos:** envolve as atividades de análise, seleção e fixação de prazos de guarda dos documentos, ou seja, implica decidir quais os documentos serão eliminados e quais serão preservados permanentemente. (RHOADS, 1989, p.2, grifos nossos)

Sobre o desenvolvimento de um programa de gestão de documentos, o e-ARQ Brasil (2011, p.20) dispõe que este deve ter como base “a política arquivística e a designação de responsabilidades definidas anteriormente, além do contexto jurídico-administrativo, de forma que esteja de acordo com a missão institucional e a legislação vigente”. Devendo, então, contemplar:

O ciclo de vida dos documentos; garantir a acessibilidade dos documentos; manter os documentos em ambiente seguro; reter os documentos somente pelo período estabelecido na tabela de temporalidade e destinação; implementar estratégias de preservação dos documentos desde sua produção e pelo tempo que for necessário; garantir as seguintes qualidades do documento arquivístico: organicidade, unicidade, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade. (e- ARQ Brasil, 2000, p 21).

O programa de gestão de documentos deve considerar toda a produção documental de uma instituição independente de seu gênero, suporte, espécie ou tipo. Todas as suas ações culminam para que se tenha o total controle dos processos relacionados à produção, uso, e destinação dos documentos de arquivo. Em sua análise, James Rhoads, estabelece os níveis de um programa de gestão de documentos de acordo com a sua aplicação, são quatro níveis que se dividem em:

Nível mínimo - não se pode dizer que governo tenha um programa de gestão de documentos, se não dispõe, no mínimo, de sistemas para elaborar programas de retenção e eliminação de documentos, com procedimentos para a eliminação oportuna dos documentos, em conformidade com o previsto no respectivo programa e com procedimentos para recolher, aos arquivos nacionais, os documentos que são considerados de valor permanente.

Nível mínimo ampliado - Este nível abarca os sistemas do “nível mínimo” complementados por um ou mais centros de arquivo, que os usa rotineiramente.

Nível intermediário - Este nível inclui os sistemas e serviços de "nível mínimo ampliado", bem como outros subprogramas básicos, que, geralmente, consistem na elaboração e gestão de formulários, gestão de correspondência e relatórios, elaboração de sistemas de arquivo e recuperação, gestão de arquivos, programas sobre os documentos essenciais, assim como o planejamento de sua proteção em caso de catástrofe.

Nível máximo - Este nível compreende os sistemas e serviços de nível intermediário, mais a gestão de diretrizes, de correspondência e telecomunicações, de máquinas copiadoras, sistemas de informação sobre a gestão, análise de sistemas e utilização de processamento de palavras e de textos na geração de correspondência, relatórios e diretrizes, bem como, para o preenchimento de formulários. Normalmente, os programas de gestão de documentos, neste nível, são caracterizados pela utilização de computadores e reprografia em diversas aplicações. (RHOADS, 1989, p. 16, grifos nossos).

Outro instrumento importante que preconiza sobre gestão de documentos é a norma 15.489 da International Organization for Standardization – ISO, que dispõe sobre normas internacionais para gestão de documentos. Esta norma ISO define conceitos e princípios a partir dos quais são desenvolvidas abordagens para produção, captura e gestão de documentos de arquivo. Sousa (2015, p.60) destaca que a norma ISO 15.489 tem um importante papel como marco regulatório, sendo formada por uma família de normas da ISO. A referida norma definiu a gestão de documentos como “campo de gestão responsável pelo controle eficiente e sistemático da criação, recebimento, manutenção, uso e disposição de documentos, incluindo processos para capturar e manter evidência e informação sobre atividades de negócios e transações na forma de documentos”. Sousa (2015, p.60, *apud*, ISO 15489, 2001).

Alguns procedimentos primordiais a gestão de documentos e relacionados na Lei de Arquivos se inserem no rol das atribuições do arquivista. Conforme outra Lei, a de número 6.546/1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, em seu artigo 2º, incisos VII e VIII, encontramos como atribuições dos arquivistas, “VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação”, o que representa para o arquivista a responsabilidade sobre procedimentos da gestão de documentos, onde ressaltamos a classificação e a avaliação.

A classificação precede a avaliação, servindo de base para o entendimento dos conjuntos documentais que serão avaliados. Nessa perspectiva, Souza (2007, p. 6) acredita que “a classificação é uma atividade matricial de todo fazer arquivístico, precedendo todas as outras funções, principalmente a avaliação e a descrição”. Já Indolfo (2007, p. 45) ressalta a importância de existir vinculação entre os procedimentos da classificação e da avaliação, que fundamentam a gestão de documentos, para, assim, garantir o controle dos fluxos informacionais, o acesso e a disponibilização da informação nas instituições.

Nesse sentido, o plano de classificação é uma importante ferramenta para a gestão de documentos e, de acordo com Rousseau e Couture (1998, p.22), a classificação está entre as sete funções arquivísticas, a saber: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e o acesso. Assim, a gestão de documentos se coloca com um potencial estratégico para a administração, pois controla todo o fluxo informacional de uma instituição, sendo o plano de classificação um mediador entre o usuário e o documento.

O plano de classificação é um instrumento que serve de norte para o desempenho das atividades em um arquivo, pois como diz Schellenberg (2006, p. 67), “Os arquivos, à medida em que aumentam em volume, tornam-se, também mais complexos”, e para dar conta desta complexidade é necessário desenvolver ferramentas que auxiliem o profissional arquivista dentro das instituições.

Na construção de um plano de classificação, os princípios da proveniência e o respeito à ordem original possuem um importante papel. O primeiro quando estabelece que os documentos produzidos pela mesma entidade coletiva, pessoas ou família não devem ser misturados aos de outras entidades produtoras, preservando assim o fundo como um conjunto de documentos da mesma proveniência, e o

segundo quando dispõe que a ordem de organização dada pelo produtor do conjunto documental deve ser preservada (DIBRATE, 136 – 137).

Para Pinto (2015, p. 38), “O princípio da proveniência e o de respeito à ordem original (entendido como o respeito à ordem de produção dos documentos no âmbito dos procedimentos administrativos), fundamentam a construção teórica da Classificação”. Portanto, o plano de classificação é uma das ferramentas protagonistas da gestão de documentos, já que simplifica, organiza e facilita o acesso aos documentos e informações, favorecendo os processos administrativos e a tomada de decisões, trazendo também transparência no acesso às informações.

Nesta perspectiva, reforçamos nosso entendimento e concordamos com Indolfo (2013) quando afirma que o plano de classificação desempenha um papel central na gestão de documentos. Este protagonismo pode ser percebido quando se considera a gestão de documentos como o “conjunto das operações técnicas e processos que governam todas as atividades dos arquivos correntes e intermediários (essencialmente a classificação e a avaliação), possibilitando o controle da produção, do uso e da destinação final dos documentos”. (INDOLFO, 2013, p.57).

A constituição de um plano de classificação é complexa e sua elaboração e desenvolvimento são influenciados por diversos fatores, como uma dada tradição arquivística, aspectos administrativos, contexto histórico e institucional, não sendo possível se aplicar na íntegra um modelo pré-fabricado, devido à necessidade de adaptação deste instrumento às necessidades individuais das instituições.

Desta maneira, podemos afirmar que o processo de criação de um plano de classificação se dá por meio de uma pesquisa densa, onde se faz necessária a imersão na estrutura, funções, subfunções e atividades de um organismo, bem como nos seus regimentos, estatutos, atas, organogramas, manuais, programas, entre outros documentos. Por meio da articulação dos dados coletados se torna possível materializar uma representação da realidade da produção documental de uma instituição, espelhada através do plano de classificação.

Para Schellenberg (2006, p. 83), “o arranjo dos documentos segundo um plano destinado a facilitar seu uso corrente”, dispõe de três elementos que devem ser observados para que a organização dos documentos de arquivo seja estruturada, a saber: “a ação a que os documentos se referem; a estrutura do órgão; e o assunto dos documentos”. O autor considera ainda três métodos de classificação, o funcional, que usa como base a/s funções e atividades do organismo produtor, o estrutural, que

usa como base a estrutura orgânica do produtor, e o por assunto, que toma como base a análise dos assuntos dos documentos. Ainda sobre classificação por assunto, aventada por Schellenberg, é importante ressaltar que o autor esclarece que essa possibilidade deve ser aplicada àqueles documentos que não os de arquivo.

Janice Gonçalves (1998, p.22) considera que na construção do plano de classificação, para cada opção de critério, existem aspectos negativos e positivos que devem ser considerados pelo profissional de arquivo, onde através de uma análise técnica poderá perceber a opção que mais se adéqua às especificidades do conjunto documental com o qual se está trabalhando. Ainda nesta linha de pensamento, para a autora a

classificação “estrutural” é, tradicionalmente, mais aceita e adotada. Apresenta, porém, inconvenientes - quando não há estruturas que digam respeito à totalidade das funções e atividades do organismo; quando, eventualmente, as estruturas existentes são confusas, misturando indevidamente funções; quando as estruturas sofrem alterações constantes. [...] de modo geral, e salvaguardadas as exceções de praxe, entendo que a opção pela classificação estritamente “funcional”, apesar de menos frequente e tecnicamente mais complexa, costuma atender melhor as exigências da classificação arquivística [...] questão da opção preferencial pela classificação funcional ou estrutural é polêmica e parece muito longe de qualquer consenso. Como elemento complicador, ambas as classificações são, com frequência, associadas à classificação “por assunto”. No âmbito arquivístico, o emprego do termo “assunto” gera inúmeras confusões, sendo ora entendido como “função”, ora como “tema”. Seria conveniente que o uso do termo “assunto” fosse evitado, pois se refere, mais propriamente, ao conteúdo estrito de um documento. (GONÇALVES, 1998, p.22-23).

No Brasil temos, no âmbito das administrações públicas, fundamentalmente dois métodos diferentes para elaboração de planos de classificação. O primeiro diz respeito àquele utilizado na construção do código de classificação elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, através da Resolução 14, que padronizou para toda a administração pública federal a classificação dos documentos de arquivo bem como a sua avaliação. Neste sentido e de acordo com Lopes e Blattmann, o

CONARQ adotou um modelo de classificação decimal, formalizado na Resolução N. 14 (2001), ou seja, cada conjunto numérico é dividido em dez classes. As classes representam as funções desempenhadas pela instituição e podem se subdividir em subclasses. Dentro do Plano de Classificação, existem numerações vazias que precisam ser preenchidas com novas funções e atividades que poderão ser criadas

no futuro. É interessante a preocupação que a equipe do CONARQ teve ao elaborar esse plano para que não fosse engessado. Ao mesmo tempo, sua organização possibilita, de forma clara e precisa, suas classes e subclasses, de acordo com os assuntos inerentes. (LOPES; BLATTMANN, 2017, p. 148).

O código de classificação proposto pela Resolução 14 do CONARQ tem por objetivo ser aplicado pela administração pública federal para os documentos oriundos de suas atividades-meio. Para os documentos produzidos por suas atividades-fim, o CONARQ orienta que cada órgão elabore seu instrumento a partir da mesma metodologia.

O segundo método é aquele utilizado no desenvolvimento do instrumento elaborado pelo Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, que teve o seu plano de atividades-meio oficializado pelo Decreto nº48.898, de 27 de agosto de 2004. Esse modelo de plano de classificação desenvolvido pelo SAESP toma como base as funções, subfunções, atividades e os tipos documentais.

Assim, conforme o disposto no site do Arquivo Público²¹ do Estado de São Paulo é importante ressaltar que o

[...] Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio foram elaborados e oficializados devido a necessidade urgente e recorrente dos órgãos da administração paulista em se definir critérios para reduzir ao essencial os documentos acumulados em seus arquivos, sem prejuízo da salvaguarda dos atos administrativos, constitutivos e extintivos de direitos, das informações indispensáveis ao processo decisório e à preservação da memória institucional. Foram construídos em conjunto com as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso, instituídas nos órgãos e entidades, e oficializados pelo Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004. (Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2019).

Ademais, é importante considerar que em relação à construção do instrumento de classificação das atividades-fim, o SAESP orienta aos órgãos do executivo estadual de São Paulo que se baseiem no manual “Como elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: Atividades-Fim” (2005), que formula diretrizes para formulação de um plano individual, feito pelos próprios organismos, contribuindo para que o plano de classificação se adapte às

²¹ Informações do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema/plano>. Acesso em: 26 de jul. 2019.

peculiaridades das instituições. Dentre as orientações do manual ressaltamos a que dispõe que

para conseguir analisar a produção documental devemos identificar para cada atividade-fim, para a qual cada órgão/entidade foi criado, alguns conjuntos de atribuições que representam suas grandes FUNÇÕES. Para a execução dessas FUNÇÕES os órgãos e entidades realizam uma série de atividades. Observando estas atividades podemos identificar afinidade entre algumas. O agrupamento das atividades afins configura uma SUBFUNÇÃO. Portanto, identificar o contexto de produção dos documentos significa ordenar as atribuições listadas em funções, subfunções e atividades no Plano de Classificação onde os documentos serão inseridos: FUNÇÃO SUBFUNÇÃO ATIVIDADE SÉRIE DOCUMENTAL Para tanto, o primeiro passo é agrupar as atribuições listadas por afinidade (SAESP, 2005 p. 35).

Por sua vez, o CMEB utilizou a metodologia do CONARQ para seu plano de classificação das atividades-meio, mas pode-se perceber que este não pode ser considerado um modelo efetivo uma vez que utiliza-se de funções, classes e subclasses que se articulam em razão de um determinado assunto, formando assim dossiês entendidos enquanto um “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento”. DIBRATE (2008, p. 80).

Todavia, é comum encontrarmos nesses dossiês diversas tipologias, o que na prática do dia-a-dia, caso mantida a organização baseada em assuntos, dificulta o atendimento aos usuários quando estes solicitam por um item documental específico. Deste modo, entendemos que a metodologia desenvolvida pelo SAESP, a qual identifica, a partir da estrutura, as funções, subfunções e atividades, e também se debruça sobre o item documental, chegando aos tipos documentais utilizados para efetivar as ações, que quando reunidos formam as séries²², pode ser o melhor caminho a ser adotado para a classificação dos documentos de arquivo.

Portanto, reconhecemos que a metodologia proposta pelo SAESP dá um “protagonismo” ao tipo documental, sendo ele como a ponta de um processo

²² Na perspectiva de Camargo e Belotto (1996), as séries são a “Seqüência de unidades de um mesmo tipo documental.”, compreensão que o DIBRATE amplia quando dispõe que as séries podem ser compreendidas como a “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto”. DIBRATE (2005, p. 153).

complexo, articulado e que facilita a recuperação dos itens documentais que compõem o arquivo.

Entretanto, independente da metodologia utilizada para a elaboração de um plano de classificação, é fundamental que este seja considerado como um elemento facilitador para a implantação de um programa de gestão de documentos.

De acordo com o Manual de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro, “Os instrumentos técnicos que sustentam a implantação de um programa de gestão de documentos são os manuais, sistemas de identificação de tipologia documental, planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos.” O manual ainda apresenta, baseado na realidade do estado do Rio de Janeiro, que um programa de gestão de documentos tem como objetivos:

Implementar normas e procedimentos de gestão documental no seu respectivo órgão ou entidade; Elaborar e manter atualizados, sob orientação do APERJ, seus instrumentos e gestão de documentos; Gerenciar os procedimentos de seleção e destinação de documentos, a partir das tabelas de temporalidade aprovadas pelo APERJ; Fiscalizar o seu respectivo órgão ou entidade em relação ao cumprimento de normas e procedimentos técnicos estabelecidos pelo SIARQ-RJ; Gerir e controlar o acesso aos documentos, no seu respectivo órgão ou entidade, com vistas ao atendimento dos ditames da Lei Federal Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto Estadual nº 43.597, de 16 de maio de 2012. (APERJ, 2011, p. 21).

Bernardes; Delatorre (2008, p. 07) percebem que a implantação de um programa de gestão de documentos tem como reflexo “o controle sobre as informações que se produz ou recebe, uma significativa economia de recursos com a redução da massa documental ao mínimo essencial, a otimização e racionalização dos espaços físicos de guarda de documentos e agilidade na recuperação das informações”.

Indo além nesta reflexão, as autoras preconizam que:

O programa de gestão documental deverá definir normas e procedimentos técnicos referentes à produção, tramitação, classificação, avaliação, uso e arquivamento dos documentos durante todo o seu ciclo de vida (idade corrente, idade intermediária e idade permanente), com a definição de seus prazos de guarda e de sua destinação final, requisitos necessários inclusive, para o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão de informações. (BERNARDES, 2008, p. 07)

Dentre estes procedimentos a classificação é a responsável por manter os vínculos orgânicos dos documentos, principal característica para que um documento seja considerado de arquivo. Refletindo acerca da classificação Sousa (2014) dispõe que esta, “possibilita o estabelecimento das relações entre os documentos individuais, que reunidos proporcionam uma representação contínua da atividade; a garantia de que os documentos mantenham sua denominação ao longo do tempo”. A “representação contínua da atividade” citada pelo autor é construída através de um estudo individualizado, levando em consideração a missão, visão e objetivos, bem como as funções e atividades desenvolvidas pela instituição, culminando na construção do plano de classificação. Ainda na concepção de Sousa, “acervos guardados sem qualquer classificação estão no limbo do universo do conhecimento, porque não é possível acessá-los ao conteúdo informacional existente” (SOUSA, 2003 p.241).

Portanto, podemos afirmar que a classificação de documentos de arquivo gera um impacto positivo para as instituições, pois permite que o contexto de produção documental seja compreendido, dando subsídios para que a recuperação destes documentos seja eficiente e eficaz. Contribui também para que os arquivos cumpram o seu papel social, dando luz às ações que são registradas em documentos e despertando memórias antes adormecidas, favorecendo assim que os documentos cumpram o papel de ser testemunho de fatos e ações, além de ser um dos pilares para implementação de um programa de gestão de documentos, perpassando pelas suas três fases, produção, uso e destinação.

4. CONSTRUÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO DAS ATIVIDADES-FIM DO CMEB.

A elaboração de uma proposta de plano de classificação para as atividades-fim do CMEB foi um grande desafio, demandou uma pesquisa intensa onde imergimos de forma profunda na consulta aos documentos administrativos do Centro de Memória, buscando entender o que é a instituição no seu cerne, seus objetivos, funções e atividades, bem como as transformações ocorridas ao longo do tempo. Compreender as peculiaridades do CMEB foi essencial, pois, afinal, mesmo utilizando dos conceitos teóricos e de metodologias dispostas em manuais, não existe um padrão para a formulação de planos de classificação de atividades-fim, tendo em vista que cada instituição possui atividades finalísticas específicas. Assim, para desenvolver um plano de classificação das atividades-fim é necessário compreender os objetivos institucionais e seus desdobramentos, tais como as funções e atividades envolvidas para que as ações sejam efetivadas. Estes objetivos são peculiares às instituições, tendo o plano de classificação das atividades-fim de se moldar às suas características.

Como já discutimos, a construção de um plano de classificação é imprescindível à gestão de documentos, pois como diz Sousa (2014, p. 01) “sem classificação é quase impossível trabalhar com avaliação e com a descrição, que juntas formam o coração das práticas arquivísticas”. Neste sentido, a construção de uma proposta de plano de classificação das atividades-fim do CMEB e a sua futura aplicação representam um grande avanço às práticas de gestão de documentos na instituição, ajudando a sanar problemas decorrentes da falta de classificação desses documentos, proporcionando a possibilidade em classificar a massa documental acumulada referente às atividades-fim, a classificação dos novos documentos que forem produzidos em razão das atividades-fim, e a facilitação da busca e recuperação desses documentos e informações, oferecendo assim subsídios para que o arquivo trabalhe como uma maior eficiência e eficácia na realização de seus serviços, otimizando o tempo de trabalho dos profissionais do arquivo que terão em mãos um instrumento para atender com maior agilidade aos usuários internos, contribuindo também para que as decisões estratégicas que dependem de consulta a esses documentos sejam tomadas de forma mais rápida.

Ressaltamos que com a aplicação do plano de classificação das atividades-fim pelo CMEB, além de todo o impacto previsto, é gerado, mesmo que de forma

indireta, um retorno a nível financeiro para a instituição, que ao otimizar processos poderá dispensar menos recursos para cumprir as suas atividades rotineiras.

Para subsidiar os estudos anteriores ao desenvolvimento do plano de classificação, foi demassiadamente importante a consulta aos manuais que dispõem sobre classificação e gestão de documentos e dentre eles podemos ressaltar o “Manual de Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro”, publicado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; “Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo”, de Janice Gonçalves, publicado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, e principalmente o manual “Como Elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: atividades-fim”, manual de treinamento do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Essas obras, em conjunto, serviram de trilho e trouxeram diretrizes que foram de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Munido do conhecimento absorvido dos manuais e dos autores que selecionamos para trabalhar, traçamos a nossa estratégia para a construção do plano de classificação das atividades-fim do CMEB, desenvolvendo a metodologia e o cronograma de ações, estabelecendo prazos e metas para o desenvolvimento das etapas.

Na primeira etapa, trabalhamos para identificar as funções e atividades-fim da Memória da Eletricidade, e para tal, nos debruçamos sobre os documentos administrativos da instituição, analisamos os documentos constitutivos, todas as atas, normas, políticas, estatutos e planos estratégicos produzidos durante os mais de 33 anos da instituição. Desta forma, conseguimos ter uma melhor compreensão das transformações que ocorreram ao longo do tempo no CMEB e que impactaram de alguma forma a produção de documentos.

Dentro deste processo é importante destacarmos a importância dos estatutos, por onde conseguimos pontuar os momentos em que ocorreram transformações no CMEB, permitindo-nos pontuar as alterações dos objetivos da instituição em sua trajetória. Destacamos também os planos estratégicos, pois nos demonstraram a perspectiva do CMEB sobre si e o que a instituição projeta para o seu futuro em um curto e médio período de tempo, vislumbrando, por exemplo, o espaço na sociedade que o Centro de Memória deseja ocupar e o que é necessário para que se alcancem as metas estabelecidas.

Na segunda etapa analisamos todos os órgãos do CMEB a fim de checarmos se o papel por eles desempenhado de alguma forma se conectava com as atividades-fim e se havia alguma produção de documentos neste sentido. Para tal, realizamos a análise seguindo a hierarquia disposta no organograma do CMEB.

Para tanto, recorreremos aos documentos que definem as funções, subfunções, e atividades na instituição, seu estatuto e regimento interno, e utilizamos também da aproximação do pesquisador com o marco empírico, importante para a percepção de ações que não possuem registro nos documentos ou que são nebulosas no seu entendimento.

Nossa investigação teve início pela mais alta instância da Memória da Eletricidade, a Assembleia dos Associados, órgão que foi criado em 2018 e que possui como principais funções deliberar sobre alterações do estatuto, analisar propostas da diretoria para a admissão, desligamento ou exclusão de membros, dispor sobre a destituição dos administradores da instituição, da remuneração do presidente, bem como a alienação e aquisição de bens. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2019, p. 3).

Desta forma, verificamos que as funções da Assembleia dos Associados dizem respeito às atividades-meio da instituição, pois se dedicam a questões de apoio administrativo. Assim, seguimos nossa investigação com o segundo órgão na estrutura do CMEB, o Conselho de Administração.

Em relação a este conselho, percebemos uma relação direta com as atividades-meio. De acordo com o regimento da instituição, o conselho de administração tem a prerrogativa de deliberar sobre políticas, dispor sobre o orçamento anual, recomendar a diretoria nomes para o conselho consultivo e recomendar audiências com este se necessário, também pode dispor sobre propostas enviadas pela diretoria para a aquisição e alienação de bens, bem como aprovar o relatório anual da instituição e a remuneração de seu presidente. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1998 p. 3).

Apesar dos documentos não vincularem o conselho de administração com às atividades-fim, pôde se perceber, por meio da vivência com o marco empírico, uma relação indireta do Conselho de Administração com as atividades-fim do CMEB. Nas reuniões do conselho é feita a apresentação do relatório anual para os conselheiros com as realizações que foram feitas no ano e a previsão de algumas ações que foram pensadas para o ano posterior, abrindo-se espaço para que algum conselheiro, se assim quiser, opinar sobre as ações. Entretanto, nas atas analisadas, não verificamos registros dessa interação.

Já o Conselho fiscal é recente na instituição, com conselheiros recém empossados e que ainda não se reuniram e não deliberaram sobre nenhum tema e, portanto, não produziram documentos. Tal conselho foi criado com o objetivo de acompanhar a estrutura de capital do CMEB, a manutenção de investimentos, o cumprimento das obrigações financeiras, o acompanhamento das aplicações de longo prazo, a análise dos procedimentos de compras, convênios e contratos, bem como, opinar sobre os demonstrativos financeiros e relatório anual (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2018, p. 9)

Passamos então a análise da Diretoria. No CMEB este órgão é composto pelo presidente e o diretor executivo, e por sua vez, também se dedica às questões administrativas relacionadas às atividades-meio, sendo suas principais atribuições relacionadas à gestão dos recursos humano, e a propor e submeter, ao conselho de administração, mudanças na estrutura da organização, aquisição e alienação de bens, bem como a elaboração e publicação do relatório anual. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2018, p. 7)

Por sua vez e vinculado a Diretoria, o CMEB possui o Conselho Consultivo. Porém, apesar de ter funções determinadas no estatuto, tais como manifestar-se a respeito de consultas e se reunir no mínimo uma vez por ano (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2018, p. 9), na prática só existe no papel, pois não tem nenhum conselheiro empossado e não se reúne a cerca de duas décadas.

Sendo assim, nos restou a investigação das quatro gerências da instituição²³, que são os órgãos responsáveis pela execução das atividades do dia-a-dia.

A Gerência de Acervo e Pesquisa – GEAP é o coração das atividades-fim do Centro de Memória e absorveu as atribuições que antes eram da Coordenadoria do Centro de referência – COCR e da Coordenadoria de Pesquisa – COPQ. É a responsável por coordenar, desenvolver projetos e prestar assessoramento técnico às atividades de preservação, organização e recuperação das informações contidas no acervo histórico das empresas do setor de energia elétrica, constituir um sistema de referência e uma lista de termos para recuperação da informação da memória técnica e do acervo histórico das empresas de energia elétrica, sob a forma de banco de dados, dar tratamento e organizar os fundos documentais oriundos de doações de pessoas físicas, jurídicas e outros órgãos governamentais ligados ao setor de energia

²³ As análises das gerências tomaram como base o 4º Regimento Interno do CMEB, do ano de 2011.

elétrica, que constituirão o acervo do CMEB, planejar e executar projetos de pesquisa histórica, de caráter multidisciplinar, gerando livros, monografias, artigos e outros instrumentos de difusão do conhecimento científico em torno da eletricidade e do setor elétrico no país, prestar assessoramento à implantação e desenvolvimento de projetos de pesquisa histórica nas empresas do setor de energia elétrica, entre outros.(MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1998, p. 3). A GEAP também é responsável pela gestão da biblioteca do Centro de Memória, do Arquivo Administrativo, do Arquivo Histórico, do Programa de História Oral, da produção de publicações e assessorias.

Já a Gerência de Treinamento e Eventos – GTE é a mais nova gerência da instituição e, apesar de até o término de nossa pesquisa suas atribuições não terem sido dispostas no regimento interno, ela nasce para ser responsável pela produção de eventos, seminários e congêneres. Na prática, essas funções são divididas com a Gerência de Acervo e Pesquisa – GEA. Na produção do principal evento do CMEB, o Preserva.ME, por exemplo, a GEA elabora o conteúdo e atua na busca de recursos financeiros, enquanto a GTE se responsabiliza pela montagem, estrutura e contratações de serviços terceirizados para o acontecimento dos eventos. Porém, todas as ações, no papel, são registradas como se tivessem sido executadas pela GEA, corroborando com a identificação, até o encerramento de nossa pesquisa, sobre a GTE não ter produzido documentos.

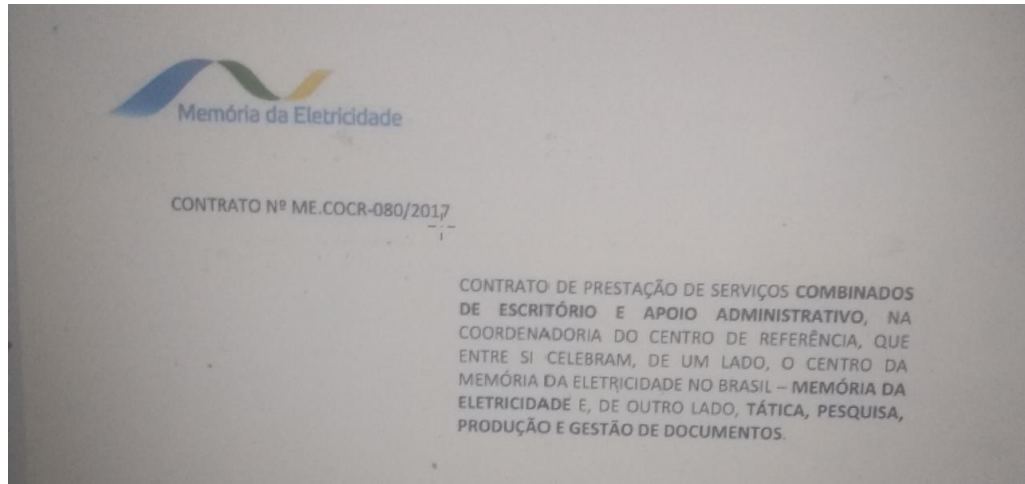
Em relação à Gerência de Comunicação e Marketing – GCM, o regimento interno do CMEB dispõe que é de sua atribuição a elaboração de exposições, cabendo a Coordenadoria do Centro de Referência – COCR, atual GEA, cooperar para a sua execução. Todavia, os documentos relacionados às exposições foram gerados pela COCR ou pela GEA, o que demonstra que o regimento não expressa na íntegra as práticas da instituição. Percebemos também uma interação da GCM com a GEA na divulgação de ações relacionadas às atividades-fim.

Já em relação a Gerência de Administração – GEA, observa-se que esta possui uma interação diferente com às atividades-fim. Alguns documentos produzidos para registrarem ações da GEAP são formulados pela GEA, o que a princípio dá uma falsa sensação que a GEA possa estar de alguma forma ligada aos processos referentes às atividades-fim, sendo que, em verdade, cumpre o papel de redator.

A GEA, como redator, desenvolve o assunto do documento e atribui a ele um número e a sigla da gerência responsável pela ação (autor). Após finalizada a

elaboração do documento pela GEA, essa os repassa para que as partes interessadas o assinem, efetivando assim a ação.

Figura 6 – Contrato desenvolvido pela GEA



Fonte: acervo próprio

Na imagem do documento exposto, a sigla COCR identifica o autor, que no caso é a Coordenadoria do Centro de Referência, atual GEAP, sendo que o teor do documento foi desenvolvido pela GEA a partir de uma solicitação de contratação de prestador de serviço para às atividades-fim.

Afora essa discussão acerca dos sujeitos produtores na instituição, no decorrer do processo de construção do plano de classificação de documentos das atividades-fim do CMEB, um fator externo foi determinante para a escolha de um caminho no desenvolvimento de nosso produto final. Com a impossibilidade de ter acesso aos documentos da massa documental acumulada relativa às atividades-fim, já que a partir de março de 2020 o CMEB suspendeu suas atividades presenciais por tempo indeterminado em virtude da pandemia de COVID – 19, decidimos desenvolver o plano de classificação voltado para a realidade atual da produção documental do CMEB, pois, para tal, possuíamos todos os dados coletados. Nesta altura, tínhamos conseguido identificar os documentos de um pouco mais de 60% das caixas, restando ainda uma parcela considerável a ser consultada, quantidade que a nosso ver, não nos permite ter dados consistentes para serem utilizados na construção do plano de classificação de documentos das atividades-fim, sem que aparecessem, no futuro, inconsistências relacionadas a essa documentação. A partir deste quadro, optamos por fazer uma lista com a identificação dos documentos das 54 caixas que já tinham

sido verificadas²⁴, de tal forma que a lista, neste momento, possa dar suporte ao Arquivo em suas atividades diárias, pois ela reflete de forma fiel o conteúdo das caixas

Além disso, o processo de construção do plano de classificação das atividades-fim também nos permitiu ter uma visão abrangente sobre os objetivos institucionais do CMEB e nos ajudou perceber que alguns desses objetivos, dispostos em seu 9º estatuto, até o final de nossa pesquisa não estavam sendo atingidos. Sobre isso, ressaltamos os seguintes pontos:

- promover ações de segurança para preservação, recuperação, conservação e salvaguarda de patrimônio imaterial;
- elaborar um sistema de informações sobre a história da eletricidade no Brasil, a partir dos acervos existentes nas empresas, órgãos e instituições relacionados com o setor de energia elétrica brasileiro;
- fomentar ações de apoio científico e financeiro às iniciativas de preservação da história da energia elétrica no país;
- produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades técnicas e culturais relacionadas às artes cênicas, audiovisual, música em geral, eventos literários, espetáculos e outras expressões artísticas e culturais;
- produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades relacionadas às expressões da cultura popular contendo elementos cênicos e elementos teatrais envolvendo roteiros, diálogos e recursos de expressão corporal e vocal;
- produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades relacionadas à realização de oficinas e treinamentos em geral associados a projetos educativos e à cadeia produtiva das artes visuais, manutenção e

²⁴ A lista da massa documental acumulada relativa as atividades-fim encontra-se no apêndice A deste trabalho.

restauração de acervo audiovisual, videotecas e cinematecas, com ênfase no desenvolvimento tecnológico e na história da energia no país;

produzir e assessorar tecnicamente o desenvolvimento de atividades e à gestão de espaços para a realização de espetáculos relacionados ao segmento teatral de formas animadas, mamulengos, bonecos e congêneres.

Na terceira etapa e a partir das informações adquiridas na etapa anterior, nos dedicamos a conhecer a produção documental do CMEB, e nesse sentido desenvolvemos e aplicamos uma ficha de identificação de documentos sobre a qual nos referimos na seção da metodologia. Após a imersão nos documentos da instituição e a experiência proveniente de minha aproximação com o marco empírico, no qual eu executei atividades laborais pelo período de cinco anos, ocupando os cargos de estagiário, técnico em arquivo, arquivista, e por último coordenador de acervo e pesquisa, e tendo em vista as versões vigentes do regimento interno e estatuto da instituição²⁵, se tornou claro que a Gerência de Acervo e Pesquisa é o coração das atividades-fim do CMEB.

Para a efetiva aplicação da ficha de identificação de documentos foram necessários dois momentos distintos. No primeiro privilegiamos identificar as informações que dizem respeito aos documentos produzidos atualmente pelo CMEB, onde a aplicação da ficha foi de forma presencial com a Gerente de Acervo e Pesquisa, nesta ocasião foram preenchidos os campos vagos das fichas, que já continham previamente preenchidas as informações que foram mapeadas na análise realizada na primeira etapa. Tais campos dizem respeito ao **órgão de origem**, que identifica o setor produtor, isto é, o responsável pela criação do documento de arquivo, **função**, responsável por identificar o conjunto de ações desenvolvidas pela instituição para seu funcionamento, **subfunção**, que identifica quando uma grande função foi dividida em outras, com atividades mais específicas, e **atividade**, que identifica a ação, o encargo ou o serviço decorrente do exercício de uma função, manifestada por meio do documento de arquivo, restando que fossem indicados o **tipo documental**, que identifica no documento de arquivo a configuração que este assumiu de acordo com a atividade que o gerou, e a **descrição**, que é o campo onde podem ser detalhadas informações sobre as atividades que geraram o documento de arquivo.

²⁵ O regimento interno vigente é o de número 4, que data do ano de 2011 e o estatuto o de número 9, que data do ano de 2018

Caso fosse necessário complementar as informações, essas poderiam ser dispostas no campo **observação**. Nesta etapa, os campos **nº de caixa** e **data limite** foram preenchidos com a frase “não se aplica”, pois estes campos foram utilizados somente na identificação da massa documental acumulada. Ao final da aplicação do questionário, foi aberto um espaço para que a Gerente do GEAP dispusesse sobre a inclusão de alguma função ou alguma atividade não mapeada anteriormente, o que acabou não sendo necessário²⁶.

Em um segundo momento, dedicamo-nos à aplicação do questionário nos documentos relativos à massa documental acumulada. Tais documentos se encontravam armazenados, na maioria das vezes, em caixas de papelão, algumas com informações em folha de rosto que nem sempre estavam de acordo com o seu conteúdo, e com uma numeração que já não fazia sentido para a atual organização do acervo, dando até mesmo a impressão, em alguns casos, das caixas terem sido reutilizadas, dado ao seu aspecto de conservação e o desencontro de informações nas folhas de rosto.

Figura 7 – Arquivo das atividades-fim do CMEB



Fonte: acervo próprio.

²⁶ Para as definições dos campos da Ficha de Identificação de Documentos foram utilizados o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE (2005) e o manual Como Elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: Atividades-Fim, do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (2008).

Ao começar a lidar com esta documentação, a primeira medida a ser tomada foi a troca das caixas de papelão por caixas de polipropileno, também conhecidas como caixas de polionda, material que oferece diversos benefícios para a guarda de documentos, tal como preconiza a apostila da oficina “como fazer confecção de embalagens para acondicionamento de acervo”²⁷, a qual dispõe que

as principais características do polipropileno são: excelente barreira à umidade, inerte, excelentes propriedades óticas (transparência e brilho), boa resistência mecânica, boa estabilidade dimensional, média barreira a gases, boa barreira ao vapor de água e permissão de selagem a quente. (BRITO, 2010, p.6)

A troca das caixas teve como objetivo prover uma maior sobrevida aos documentos de arquivos das atividades-fim, pois de nada adiantaria se preocupar com a sua classificação sem cumprir requisitos mínimos para a sua preservação. Após a troca das caixas foram atribuídos números e elaboradas folhas de rosto para cada uma delas, contendo a data limite e uma indicação dos documentos que nelas estavam armazenados. Em conjunto com essas tarefas preenchemos as Fichas de Identificação de Documentos.

Figura 8 – Arquivo das atividades-fim do CMEB após troca de caixas



Fonte: acervo próprio.

²⁷ A referida apostila encontra-se acessível on-line no endereço <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Confec%C3%A7%C3%A3o-de-Embalagem-Acondicionamento-de-Docmentos-AASP.pdf>, acesso em: maio de 2020

Há de se destacar que no decorrer dos trabalhos desta etapa, durante a manipulação dos documentos, percebemos por vezes, em meio aos documentos relativos às atividades-fim, alguns que pertenciam às atividades-meio e que em sua maioria já estavam passíveis de eliminação de acordo com a tabela de temporalidade das atividades-meio do CMEB.

Ademais, cumpre destacar que para a execução da parte prática desta etapa foram recrutados mais dois colaboradores do CMEB, tendo em vista que a construção deste trabalho acadêmico tem uma relação muito próxima às necessidades do Centro de Memória. Neste sentido, dois técnicos da instituição, sobre a coordenação do pesquisador responsável por este trabalho, participaram de forma efetiva na identificação e no acondicionamento dos documentos da massa documental acumulada, chegando ao número de 54 caixas identificadas das 86 que compõe o conjunto de documentos das atividades-fim do CMEB, representando pouco mais de 62 % das caixas. Tais números não foram ampliados em razão da seção das atividades da instituição em caráter temporário, motivado pela pandemia de Covid-19²⁸.

Desta forma, com todas as informações coletadas, analisadas e processadas, apresentamos o produto técnico-científico resultado desta dissertação, ou seja, a proposta de plano de classificação dos documentos das atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

²⁸ De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Informações disponíveis on-line no endereço: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>, acesso em: 14 de outubro de 2020

4.1. PROPOSTA DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS ATIVIDADES- FIM DO CMEB



Plano de Classificação dos Documentos de
Arquivo das Atividades-fim do
Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Rio de Janeiro

2020

Apresentação

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade é uma entidade cultural sem fins econômicos, instituída em 1986 por iniciativa da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, e nasceu com o objetivo de preservar a história da implantação e do desenvolvimento da indústria da eletricidade no país, além de evidenciar a importância da energia elétrica como fator de interferência nas áreas econômicas política e cultural e como marco no desenvolvimento.

Para tal, durante os seus mais de 33 anos de existência constituiu um relevante acervo histórico sobre o setor de energia elétrica com 37 (trinta e sete) fundos de arquivo, 9 (nove) coleções pessoais, 5 (cinco) coleções institucionais e 25 (vinte e cinco) documentos avulsos, além de uma biblioteca especializada com mais de 5 mil títulos, e da realização de diversas exposições permanentes, itinerantes e virtuais, e de mais de 100 (cem) publicações, entre as quais algumas premiadas, onde destacamos:

- ✓ O Rio Tocantins no Olhar dos Viajantes, paisagem, território, energia elétrica, que recebeu dois prêmios da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJ) em 2014, o prêmio da fase regional norte/nordeste e o prêmio da etapa nacional, ambos na categoria Publicação Especial;
- ✓ A Eletrobras no Espelho da História (case 50 anos da Eletrobras), que recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJ), em 2013, na categoria Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial, na fase regional Rio de Janeiro;
- ✓ Álbum Carioca 2: energia elétrica e cotidiano infante juvenil (1950 – 1979), que recebeu menção de altamente recomendável na Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil em 2006, na categoria Informativo.

Desde 2019, após um realinhamento estratégico, a Memória da Eletricidade tem desenvolvido as suas ações tendo como base três pilares:

Gestão da Memória, oferecendo serviços com vistas a criação e gestão de centros de memória e centros culturais, a elaboração de projetos de memória empresarial, bem como o desenvolvimento de projetos editoriais, eventos comemorativos, exposições e conferências;

Gestão da Informação, que compreende as atividades de consultoria, gestão e organização de bibliotecas, desenvolvimento de avaliações técnicas, diagnósticos, políticas de acervos e gestão de acervos históricos;

Gestão do Conhecimento, que abarca a realização de fóruns, congressos, workshops, cursos presenciais e online, prevê também o fomento a ideias inovadoras que promovam mais eficiência, consciência e sustentabilidade no setor de energia, bem como a parceria com universidades e escolas técnicas.

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, por meio das ações que desenvolve, se firmou como protagonista no que diz respeito a memória do setor de energia elétrica no Brasil, servindo de referência para diversas instituições congêneres, que se espelham na Memória da Eletricidade para planejar e desenvolver as suas atividades. Desta forma, quando o CMEB volta o seu olhar para a organização de seus documentos administrativos, em especial os vinculados às suas atividades-fim, neste instrumento representados, ele expõe a importância de cada documento como único, fonte primária e peça importante para o cumprimento das atividades administrativas e para a reconstrução de histórias e narrativas, que se tornam acessíveis às demandas da instituição e servem de fundamento para as mais diversas pesquisas.

Na “era da informação”, onde o mundo demanda respostas mais rápidas para as tomadas de decisão, devemos perceber o arquivo como o “tesouro” da empresa, pois ele contém respostas para diversas questões que já foram solucionadas ao longo do tempo, e, estando acessíveis, contribuirão sobremaneira nas atividades administrativas.

Introdução

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil vem, desde o ano de 2013, empreendendo esforços para a organização de seus documentos administrativos, buscando assim maior eficiência e eficácia nos serviços desempenhados pelo setor de arquivo, a otimização de processos e a diminuição de recursos dispensados para as atividades do cotidiano.

De sua fundação no ano de 1986 até o ano de 2013, a Memória da Eletricidade gerou uma massa documental acumulada que totalizou 90 metros lineares, as quais foram organizados de uma forma que não era a mais adequada quando se pensa na aplicação de uma gestão de documentos, isto é, sem considerar operações técnicas e processos matriciais e inerentes as atividades em arquivos correntes e intermediários, tais como a classificação e a avaliação de documentos de arquivo, o que impossibilitava o controle da produção, do uso e da destinação final dos documentos. (INDOLFO, 2013, p.57).

Em um primeiro momento foi desenvolvido pela instituição o plano de classificação e a tabela de temporalidade das atividades-meio. E para tal foi realizado um trabalho minucioso que demandou tempo para que se pesquisasse a instituição e os documentos que ela produzia. Neste sentido, foi dada prioridade às atividades-meio, uma vez que esses documentos tinham maior demanda de arquivamento e eram frequentemente consultados pela área administrativa. Para o desenvolvimento deste plano foi utilizada a metodologia emanada pelo Conselho Nacional de Arquivos que adota,

um modelo de classificação decimal, formalizado na Resolução N. 14 (2001), ou seja, cada conjunto numérico é dividido em dez classes. As classes representam as funções desempenhadas pela instituição e podem se subdividir em subclasses. Dentro do Plano de Classificação, existem numerações vazias que precisam ser preenchidas com novas funções e atividades que poderão ser criadas no futuro. É interessante a preocupação que a equipe do CONARQ teve ao elaborar esse plano para que não fosse engessado. Ao mesmo tempo, sua organização possibilita, de forma clara e precisa, suas classes e subclasses, de acordo com os assuntos inerentes. (LOPES; BLATTMANN, 2017, p. 148).

No ano de 2018 começou a ser desenvolvido, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ da Universidade

Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, uma proposta de Plano de Classificação das Atividades-fim para o CMEB e para tal foi realizada uma pesquisa profunda sobre a instituição, sua estrutura, funções, subfunções e atividades, bem como nos seus regimentos, estatutos, atas, organogramas, manuais, programas, entre outros documentos. Por meio da articulação dos dados coletados se tornou possível representar a realidade da produção documental do CMEB, materializada por meio do plano de classificação.

Assim, este Plano de Classificação das Atividades-fim foi desenvolvido com base no “Manual de Elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: atividades-fim”, do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, tornando possível a elaboração de um plano de classificação das atividades-fim que, diferente do das atividades-meio, teve como base o critério funcional, partindo da estrutura e atrelando o documento à função/subfunção/atividade. (SAESP, 2008, p.15).

Esta metodologia foi adotada em razão de uma solicitação da Coordenadoria do Centro de Referência – COCR, que era responsável pela gestão de documentos, acervo histórico, ações de museologia e biblioteca, atividades que atualmente foram incorporadas pela Gerência de Acervo e Pesquisa – GEAP. O Arquivo endossou a ideia ao perceber como principal ponto positivo desta metodologia a recuperação ágil do item documental, além da manutenção do vínculo orgânico do conjunto de documentos.

Esquema de Codificação do Plano de Classificação das Atividades-fim

O esquema de codificação é a referência numérica que sistematiza o plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, cria uma trilha que evidencia os contextos de produção, servindo ao mesmo tempo de um guia para o classificador e de legenda para o usuário, facilitando assim o seu entendimento. Tal código é composto pelas unidades de informação representadas abaixo:

01.02.03.04.05

01 – Órgão produtor

02 – Função

03 – Subfunção

04 – Atividade

05 – Documento (tipo documental)²⁹

Quadro 8 - Plano de Classificação dos Documentos de Arquivo das Atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

Gerência de Acervo e Pesquisa	01	
Função	01.01	Promoção de Pesquisas
Subfunção	01.01.01	Produção do programa de história oral
Atividade	01.01.01.01	Realização de Entrevistas
Documento	01.01.01.01.01	Convite de participação
	01.01.01.01.02	Relatório do entrevistado
	01.01.01.01.03	Roteiro de entrevista
	01.01.01.01.04	Finalização de entrevista (gravação e transcrição)

²⁹ elaboração nossa, a partir do manual *Como Elaborar Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos: Atividades-Fim* (2008).

	01.01.01.01.05	Termo de autorização de uso
Subfunção	01.01.02	Produção de livros e publicações
Atividade	01.01.02.01	Obtenção de patrocínio para elaboração e execução de pesquisas para a produção de livros e publicações.
Documento	01.01.02.01.01	Contrato de aquisição de quotas
	01.01.02.01.02	Contrato de patrocínio
Atividade	01.01.02.02	Realização de pesquisas
Documento	01.01.02.02.01	Contrato de prestação de serviço terceirizado de pesquisa
	01.01.02.02.02	Termo de autorização de uso de acervo iconográfico
	01.01.02.02.03	Termo de autorização de uso de acervo filmográfico
	01.01.02.02.04	Termo de autorização de uso de acervo sonoro
	01.01.02.02.05	Termo de autorização de uso de acervo textual
	01.01.02.02.06	Dossiê com dados de pesquisa
	01.01.02.02.07	Projeto de pesquisa
	01.01.02.02.08	Relatório de pesquisa
Atividade	01.01.02.03	Realização de processos de editoração
Documento	01.01.02.03.01	Orçamento para serviço de editoração
	01.01.02.03.02	Contrato de prestação de serviços terceirizados de editoração
	01.01.02.03.03	Projeto de editoração
Atividade	01.01.02.04	Impressão de livros e publicações
Documento	01.01.02.04.01	Orçamento para impressão de livro ou publicação
	01.01.02.04.02	Contrato de prestação de serviço terceirizado de impressão de livros e publicações
	01.01.02.04.03	Minutas para impressão
Função	01.02	Promoção de eventos, seminários e congêneres

Subfunção	01.02.01	Desenvolvimento de eventos, seminários e congêneres
Atividade	01.02.01.01	Realização de projeto de eventos, seminários e congêneres
Documento	01.02.01.01.01	Projeto de cerimônia (eventos, seminários e congêneres)
Atividade	01.02.01.02	Obtenção de patrocínio para eventos seminários e congêneres
Documento	01.02.01.02.01	Contrato de patrocínio
Função	01.03	Promoção de assessoramento em acervos
Subfunção	01.03.01	Desenvolvimento de tratamento de acervo
Atividade	01.03.01.01	Elaboração de projeto de tratamento de acervo
Documento	01.03.01.01.01	Relatório de desenvolvimento de projeto
	01.03.01.01.02	Contrato de prestação de serviço
Função	01.04	Gestão de acervo arquivístico, bibliográfico e museológico
Subfunção	01.04.01	Controle de acervo arquivístico
Atividade	01.04.01.01	Organização de acervo arquivístico
Documento	01.04.01.01.01	Inventário de acervo
	01.04.01.01.02	Quadro de arranjo
	01.04.01.01.03	Biografia do titular
	01.04.01.01.04	Relatório de atividades
Atividade	01.04.01.02	Aquisição de acervo arquivístico
Documento	01.04.01.02.01	Termo de doação de acervo arquivístico
	01.04.01.02.02	Contrato de doação de acervo arquivístico
	01.04.01.02.03	Contrato de compra de acervo arquivístico
Atividade	01.04.01.03	Empréstimo de acervo arquivístico
Documento	01.04.01.03.01	Termo de autorização de uso de acervo arquivístico
	01.04.01.03.02	Ficha de cadastro de usuário

Subfunção	01.04.02	Controle de acervo bibliográfico
Atividade	01.04.02.01	Organização de acervo bibliográfico
Documento	01.04.02.01.01	Relatório de atividades
Atividade	01.04.02.02	Aquisição de acervo bibliográfico
Documento	01.04.02.02.01	Nota fiscal de compra de acervo bibliográfico
	01.04.02.02.02	Termo de doação de acervo bibliográfico
Atividade	01.04.02.03	Empréstimo de acervo bibliográfico
Documento	01.04.02.03.01	Ficha de cadastro de usuário
	01.04.02.03.02	Registro de empréstimo
Subfunção	01.04.03	Controle de acervo museológico
Atividade	01.04.03.01	Organização de acervo museológico
Documento	01.04.03.01.01	Relatório de atividades
Atividade	01.04.03.02	Aquisição de acervo museológico
Documento	01.04.03.02.01	Contrato de compra de acervo museológico
	01.04.03.02.02	Termo de doação de Acervos
Atividade	01.04.03.03	Empréstimo de acervo museológico
Documento	01.04.03.03.01	Ficha de Cadastro de usuário
	01.04.03.03.02	Termo de Autorização de uso de acervo
Função	01.05	Promoção de exposições
Subfunção	01.05.01	Desenvolvimento de projeto de exposição
Atividade	01.05.01.01	Execução de exposição
Documento	01.05.01.01.01	Projeto de exposição
	01.05.01.01.02	Relatório de atividades
	01.05.01.01.03	Cotação de preços

	01.05.01.01.04	Contrato de prestação de serviços terceirizados
Atividade	01.05.01.02	Obtenção de Patrocínio
Documento	01.05.01.02.01	Contrato de patrocínio
Gerência de Comunicação e Marketing	02	
Função	02.01	Divulgação de produtos e eventos
Atividade	02.01.01	Produção de material de divulgação
Documento	02.01.01.01	Folder de divulgação
	02.01.01.02	Banner de divulgação
	02.01.01.03	Vídeo de divulgação
	02.01.01.04	Roteiro de vídeo de divulgação
	02.01.01.05	Convite de evento
	02.01.01.06	Projeto gráfico

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho analisamos e aplicamos uma metodologia para classificação de documentos de arquivos, a qual foi baseada na perspectiva funcional que chega no tipo documental. Para tanto, estabelecemos os seguintes níveis de pesquisa,

Quadro 9 – Estrutura Metodológica

Níveis de pesquisa	Descrição
Pesquisa aplicada	Busca a solução para um problema de ordem prática, como construir um plano de classificação das atividades-fim que se adeque às especificidades do CMEB.
Pesquisa qualitativa	Leva em consideração uma relação subjetiva do marco empírico, CMEB, com o problema de pesquisa, usando o marco empírico como fonte para a coleta dos dados
Pesquisa exploratória	Uma vez que seu o objeto de estudo, os documentos arquivísticos das atividades-fim do CMEB, possuem caminhos ainda não visitados
Pesquisa Documental, bibliográfica e aplicação de questionários e de fichas	Técnicas de coleta de dados e permitiram a reunião de informações sobre os marcos empírico e teórico.

Fonte: elaboração nossa, a partir da compilação de ideias dos autores utilizados na construção do marco teórico.

Dessa forma foi possível estabelecemos o trilha metodológico a ser percorrido em todo o trabalho, o que foi primordial para que desde o início do processo de pesquisa tivéssemos uma maior compreensão da forma na qual abordaríamos o nosso objeto de estudo, sempre tendo em vista nosso objetivo principal, qual seja a construção de uma proposta de plano de classificação aos documentos oriundos das atividades-fim do CMEB.

A partir de uma visão macro da pesquisa compreendemos que para alcançar o nosso objetivo principal era necessário o cumprimento de diversas etapas que foram representadas no trabalho como os objetivos específicos. Trabalhamos tais objetivos de forma particular, afim de ter o subsídio necessário para o alcançarmos êxito em nosso objetivo principal. Para desenvolvimento de cada um dos objetivos específicos atribuímos procedimentos metodológicos distintos, que estão dispostos conforme o quadro abaixo:

Quadro 10 – Objetivos e procedimentos metodológicos

Objetivos de pesquisa	Procedimentos metodológicos
Discutir acerca da classificação arquivística	Pesquisar na literatura da área diversos conceitos e metodologias que irão compor um diálogo e fundamentar teoricamente o trabalho
Mapear as funções e as atividades realizadas pelo Cento da Memória da Eletricidade no Brasil	Analisar os documentos administrativos da Instituição, estatutos, regimentos, normas e políticas.
Conhecer a produção documental do Cento da Memória da Eletricidade no Brasil	Aplicar questionário a coordenadorias relativas as atividades-fim, levantando os tipos documentais utilizados para cada ação.
Identificar a massa documental acumulada pelo Cento da Memória da Eletricidade no Brasil	Analisar os documentos da massa documental acumulada, colhendo informações, que irão ajudar a entender as ações que os documentos registram e a qual função eles estão associados.

Fonte: elaboração nossa

Conforme finalizávamos cada um dos objetivos específicos vislumbrávamos cada “peça de um quebra cabeça”, que se materializava em dados que em conjunto e articulados contribuíram sobremaneira na construção da proposta de plano de classificação das atividades-fim do CMEB.

Ao trazer a discussão acerca da classificação arquivística buscamos conduzir o leitor a ter contato com o trabalho dos autores que iriam sustentar teoricamente nossa dissertação. Tais autores trouxeram elementos teóricos e práticos, dentre os quais podemos destacar os principais aspectos da classificação de documentos de arquivo, bem como a importância da organicidade para o processo classificatório, a gestão de documentos, suas fases e níveis de aplicação, e fundamentalmente o papel de destaque que a classificação de documentos de arquivo possui em uma instituição. Destacamos também a utilização dos manuais, que trouxeram além de elementos teóricos, a base prática, do como fazer, e o que pode ser adaptado às necessidades de nosso trabalho.

Já ao mapear as funções e as atividades realizadas pelo CMEB, conseguimos entender em profundidade as relações entre as gerências e a realização de funções, atividades e a produção de documentos. Para compreender a realidade administrativa do CMEB, foi essencial recorrer aos documentos de arquivo que formalizam a estrutura da instituição e determinam as funções e atividades de suas gerências, porém, para complementar essas informações, foi muito importante o contato próximo com o marco empírico, observando que nem sempre o que constava nas atribuições condiziam com o que era praticado.

Com as informações coletadas, partimos para a próxima etapa, a de conhecer a produção documental do CMEB. Para tanto, elaboramos uma ficha para a identificação dos documentos de modo a evidenciar o tipo documental utilizado para efetivar cada ação proveniente das funções, subfunções e atividades relacionadas às atividades-fim. Para o seu preenchimento utilizamos como base o estatuto e regimento interno da instituição.

A aplicação da ficha de identificação de documentos para conhecer a produção documental do CMEB teve um importante papel. Ao aplicarmos tal ficha nos deparamos com funções e atividades documentadas no regimento interno e que não estavam sendo desenvolvidas pela instituição, como por exemplo a seguinte atribuição do GEAP, “constituir um sistema de referência e uma lista de termos para recuperação da informação da memória técnica e do acervo histórico das empresas de energia elétrica”, e também outras atribuições que eram desenvolvidas por gerências distintas do que era documentado, caso da GCM, que pelo regimento interno é o órgão responsável pelas exposições, que, em verdade, são desenvolvidas

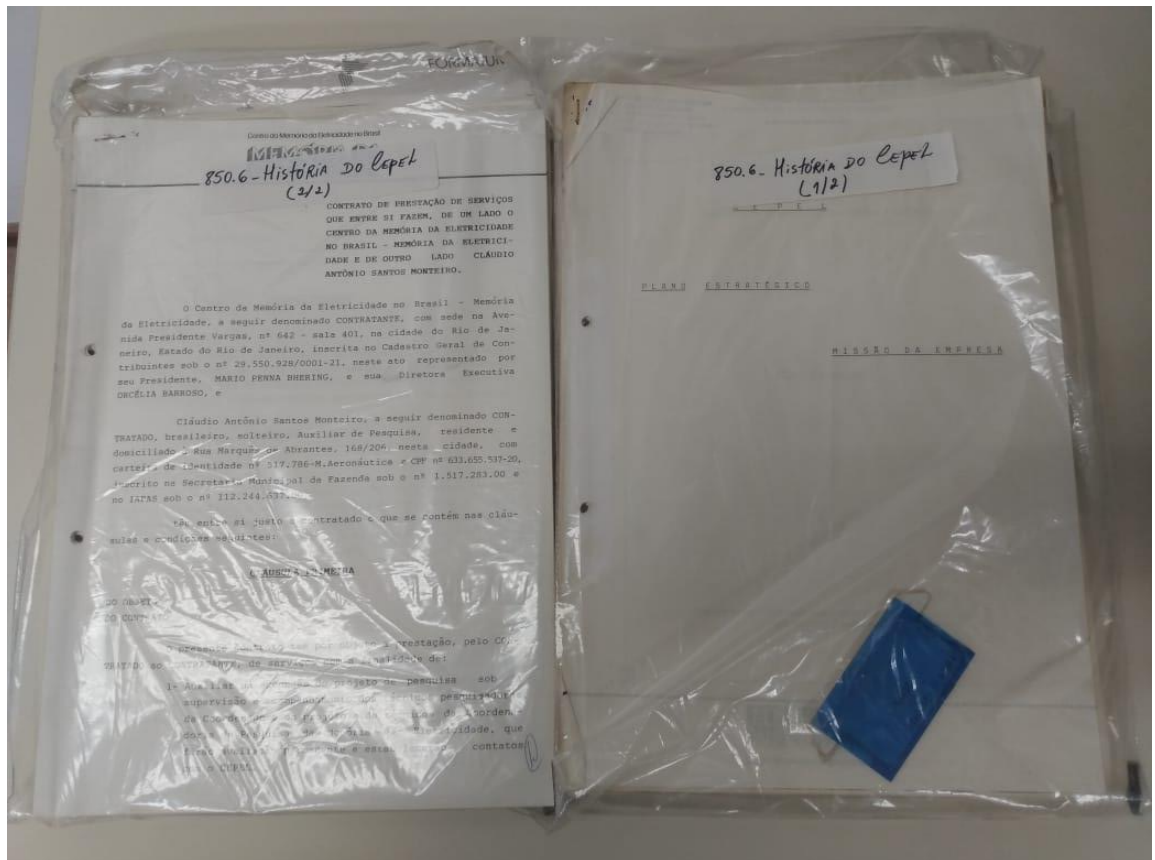
pela GEAP. Tais constatações foram muito importantes para entender distorções e produzir um plano de classificação de documentos das atividades-fim mais assertivo.

Por fim, como último dos objetivos propostos, fizemos uma imersão na massa documental acumulada pela instituição, recolhendo dados que nos ajudaram a perceber como se deu sua produção documental no passado. Tais dados serviram de base para o preenchimento da ficha de identificação de documentos. Preenchemos a ficha a fim de desvendar todo o processo de sua criação dos documentos, buscando identificar desde o órgão responsável pela sua produção, até o tipo documental utilizado para efetivar as ações.

Contudo, cumpre registrar que quando realizamos uma investigação estamos expostos à fatores externos que fogem ao nosso controle e que podem de alguma forma impactar na pesquisa, fazendo com que alternativas sejam desenvolvidas para ao final do processo de trabalho se tenha resultados consistentes e confiáveis. Em relação ao CMEB, nosso marco empírico, houve a partir de março de 2020 a impossibilidade na consulta aos seus documentos, em particular os da massa documental acumulada referente às atividades-fim, os quais ainda estávamos coletando dados. Tal fato foi motivado em virtude da pandemia de Covid-19, que afetou sobremaneira o funcionamento da instituição.

O processo de pesquisa deste objetivo nos ajudou também a responder um de nossos pressupostos, isto é, que os documentos produzidos e acumulados em função da atividade fim da Memória da Eletricidade possuem alguma lógica de acumulação e organização. No contato direto com a documentação percebemos que não havia uma organização arquivística, os documentos estavam dispostos em caixas com uma folha de rosto que por diversas vezes não condiziam com o seu interior e os documentos não possuíam uma estrutura de organização que levasse em consideração o vínculo orgânico do conjunto documental. Entretanto, percebemos em parte dos documentos uma lógica de organização, que não a arquivística. Os documentos encontram-se organizados em dossiês que tem como título o nome do projeto ao qual se diz respeito, porém, não existia nenhum tipo de identificação dos itens documentais que compõe os dossiês. Como exemplo desta “organização”, apresentamos a imagem a seguir:

Figura 9 – Dossiê da massa documental acumulada



Fonte: elaboração nossa

Essa dificuldade em ter acesso aos itens documentais nos leva a uma questão que vai diretamente de encontro a o nosso segundo pressuposto, que propõe que a falta de um plano de classificação de documentos das atividade-fim influência nas atividades diárias da instituição. A forma de organização que encontramos dificulta sobremaneira a recuperação dos documentos e a falta de uma organização que no mínimo identifique o item documental e a localização física onde os documentos de arquivo estão armazenados faz com que o atendimento ao usuário seja uma “caça ao tesouro”, sendo necessário abrir diversas caixas até achar o dossiê e dentro do dossiê olhar documento a documento até encontrar o que foi requisitado. Por fim, nosso terceiro e último pressuposto dispõe que elaborar um plano de classificação para atividade-fim contribuirá para a eficácia dos serviços arquivísticos. Deste modo tendo em vista a situação encontrada no arquivo relativo às atividades-fim, a elaboração e aplicação de um plano de classificação auxiliaria nas atividades diárias do arquivo, evidenciando os vínculos orgânicos existentes entre os documentos e facilitando por

meio da classificação, codificação e arquivamento destes a sua localização precisa dentro do arquivo.

Após alcançarmos os nossos objetivos específicos conseguimos reunir dados e informações suficientes para materializar, por meio de um plano de classificação de documentos das atividades-fim, a forma como se organiza as funções no CMEB, ficando claras as responsabilidades de cada gerência e os tipos documentais utilizados para a efetivação de suas ações. Além disso, ainda produzimos uma lista com a identificação dos documentos da massa documental relativos às atividades-fim do CMEB

Ressaltamos que foi muito importante para o trabalho explorar o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, compreendendo assim o contexto de criação Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, que nasce, diferente de outros centros de memória, com o objetivo de dar conta da preservação da memória não só de uma instituição, mas sim de todo o setor de energia elétrica brasileiro, que desde da época de sua criação era complexo, não só pelo tamanho continental do Brasil, mas também pela longevidade da história que deveria ser preservada, que em tal época já era centenária. Desafio que só aumentou ao passar do tempo, com a ampliação do setor e a inserção de empresas de capital privado.

Após pontuar o contexto de criação do CMEB e onde ele se encaixa no setor de energia elétrica, realizamos uma imersão na realidade administrativa da instituição, onde destacam-se os documentos de arquivo, fontes primárias que nos permitiram ter uma visão ampla de sua trajetória, que pode ser melhor representada por meio de suas realizações ao longo do tempo. Neste contexto, destacamos os diversos projetos executados, tais como exposições, projetos relacionados à prestação de serviços para a organização de arquivos administrativos e históricos, a elaboração de mais de 100 publicações, um programa de história oral, a constituição, preservação, organização e disponibilização para o público de acervos históricos e a constituição de uma biblioteca especializada no setor de energia elétrica.

Além disso, foi de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho perceber as realizações da instituição em sua trajetória e fazer o *link* com os seus objetivos formais dispostos em seu estatuto, pois desta forma conseguimos perceber se o que consta no papel foi ou está de fato sendo desenvolvido pela instituição, ficando claro quando ocorrem desvios, tanto no cumprimento dos objetivos institucionais, quanto nas competências de cada gerência, onde por meio do

regimento interno, que define as suas funções, conseguimos constatar se o que é recomendado está de fato sendo executado.

Por fim, percebemos que a maior dificuldade em se construir um plano de classificação de documentos, é ter a sensibilidade para fazer a convergência entre o que é preconizado pela teoria e as necessidades práticas da instituição, pois um plano de classificação, para atingir de forma mais precisa o seu objetivo, que é prestar o acesso aos documentos do arquivo e servir de base para a gestão de documentos, deve ser de fácil compreensão a todos, sendo importante que tanto o usuário, quanto o classificador dos documentos, tenham uma fácil compreensão deste instrumento.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Portaria AN/MJ 92, 2011**. Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/legislacao-e-normas/legislacao-portarias/337-portaria-an-mj-n-92-de-23-de-setembro-de-2011>. Acesso em: 25 set. 2019

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BAHIA, Raphael. **A Importância Estratégica da Informação Arquivística: a análise do arquivo do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil**. Monografia (Pós-graduação em Gestão Estratégica e Qualidade) – Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2018.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como elaborar plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos: atividades-fim**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura / Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, 2005. (Manual de Treinamento SAESP). Disponível em: <http://transparencia.fundacaocasa.sp.gov.br/CADA/manuais/Manual%20-%20Plano%20e%20TTD%20Atividade%20Fim.pdf> Acesso em: 20 jul. 2019.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo / Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n.4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública. **Diário Oficial**. Brasília, 8 de fevereiro de 2002.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934**. Decreta o Código de Águas. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 04 de Julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 10 set. 2019

BRASIL. **Lei nº 7505, de 02 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 01 set. 2019.

BRITO, Fernanda. **Confecção de Embalagens para Acondicionamento de Documentos**. São Paulo: ARQ-SP, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARVALHO, Amanda. **Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: diagnóstico do acervo de arquivos pessoais e proposta de uma política de aquisição**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Apresentação Institucional**. [S.l: s.n], 2019. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Ata de Constituição**. [S.l: s.n, 1986. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **contrato ECE 876/97**, [S.l: s.n], 1997. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **1º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 1986. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **2º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 1986. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **3º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 1995. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **4º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 1998. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **5º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2000. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **6º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2011. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **7º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2014. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **8º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2017. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **9º Estatuto**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2018. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Guia de Coleções Pessoais**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2016.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Guia de Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2019.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2006.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Plano Estratégico 2014 - 2020**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2014. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Plano Estratégico 2017 - 2020**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2017.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **1º Regimento Interno**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1986. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **2º Regimento Interno**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1987. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **3º Regimento Interno**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1996. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **4º Regimento Interno**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2011. O documento pertence ao Arquivo Administrativo da Memória da Eletricidade.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Relatório Anual 2014**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2015.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Relatório Anual 2015**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2016.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Relatório Anual 2016**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2017.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Relatório Anual 2017**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2018.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Relatório Anual 2018**. Rio de Janeiro: [S.l: s.n], 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. **e-ARQ Brasil**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004**. Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-meio. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48898-27.08.2004.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

FONSECA, João. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALVÃO, Jucilene; BERMANN, Sérgio. Crise hídrica e energia: conflitos no uso múltiplo das águas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 29, n. 84, 2015. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200043. Acesso em: 22 set.2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, João Paulo Pombeiro; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. O Campo da Energia Elétrica no Brasil de 1880 a 2002. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 43, n 2, p. 295-321, mar./abr. 2009.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 15489**. Information and documentation — Records management — Part 1: Concepts and principles. Geneve, 2016.

LOPES, Thiago Roberto; BLATTMANN, Úrsula. Planos de Classificação em Arquivos: estudo comparativo de planos de classificação no cenário brasileiro, espanhol e português. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande v. 31, n. 1, p. 141-161, jan./jun. 2017.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing**. Bookiman. Porto Alegre, 2012.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, Fernanda Bouth. **Plano de classificação por assunto ou funcional: análise de metodologias e equivalências para classificação de documentos de arquivo no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fundação Oswaldo Cruz**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de Documento Arquivístico Frente à Realidade Digital: uma revisitação necessária.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RHOADS, James. **La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información:** 103stúdiodel RAMP. París: Unesco, 1989. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000084735_spa. Acesso em: 09 de jul. 2019.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivísticas.** Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações.** São Paulo: Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2012. Acesso em: 16 ago. 2015.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4.ed. Santa Catarina: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends.** Marília, v. 8, nº ½, 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4246/3085>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A gestão de documentos como o pilar principal da gestão da informação. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello. (Org.). **Gestão de Documentos e acesso à Informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 59-76.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os Princípios Arquivísticos e o Conceito de Classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, v. 2, p. 240-269, 2003.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios da teoria classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Arq. &Adm.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

SZMRECSÁNYL, Tamás. **Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939.** Revista de Economia Política, V. 6, n.1, janeiro-abril. 1986

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Este questionário foi formulado no âmbito do Programa de Pós Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, pelo mestrando Raphael Bahia do Carmo, com orientação da Profª Drª Clarissa Schmidt, e contribuirá para a construção de sua dissertação, que tem como o assunto a classificação, no tema, classificação das atividades-fim, e possui como marco empírico o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. O presente questionário tem como objetivo recolher informações que servirão, em conjunto com outras fontes, como base para a reconstrução do processo de implantação do plano de classificação das atividades-meio no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, ajudando a melhor entender o arquivo e sua transformação ao longo do tempo dentro da Instituição. Desta maneira, solicitamos sua colaboração por entender que será de extrema importância para o desenvolvimento de nossa pesquisa, tendo em vista sua participação no processo de elaboração do plano de classificação atividades-meio do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Este questionário será aplicado à Profª Drª Fernanda Monteiro, ex-arquivista do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Perguntas:

- 1- Qual o ano do início de suas atividades como Arquivista na Memória da Eletricidade?
- 2- Qual foi o objetivo da Memória da Eletricidade com sua contratação, tendo em vista que, antes de sua chegada, a Instituição não possuía arquivista em seu quadro de colaboradores? Como se deu esse processo de conscientização pela instituição? E o seu processo de contratação, como foi?

- 3- Qual foi a sua primeira impressão ao analisar o arquivo institucional da Memória da Eletricidade?
- 4- Foi elaborado algum diagnóstico da situação arquivística à época?
- 5- Como se deu o seu processo elaboração do plano de classificação das atividades-meio da Memória da Eletricidade? E porque ele ficou restrito às atividades-meio?
- 6- O plano de classificação das atividades-meio da Memória da Eletricidade teve como referência a metodologia do plano de classificação das atividades-meio, elaborado pelo CONARQ e divulgado através da Resolução 14. Qual a motivação para a escolha desta metodologia?
- 7- Como era feita a organização dos arquivos antes do plano?
- 8- Houve alguma resistência por parte dos setores da Instituição na implantação do plano da classificação das atividades-meio?
- 9- Há alguma questão que você julgue relevante e queira relatar, referente ao processo de formulação e implantação do plano de classificação da atividade-meio da Memória da Eletricidade?
- 10- Tem alguma sugestão, orientação, para a elaboração do plano de classificação das atividades-fim?

ANEXOS

ANEXO 1 – MASSA DOCUMENTAL ACUMULADA ATIVIDADES-FIM

Lista de Documentos – Atividades-fim	
Caixa 1	
Número	Dossiês/Documentos
1	Panorama Nº 2 – (1/3) (2/3) (3/3)
2	Memória Técnica Nº 3
3	Programa de História Oral da Memória da Eletricidade, catalogo de depoimentos
4	Catálogo História Oral
5	História do CEPEL (2/2)
6	História Oral (1/2)
Caixa 2	
Número	Dossiês/Documentos
1	Levantamento bibliográfico
2	Levantamento Sistema de Informação de Inf. Microfilme E Periódicos Brasileiros
3	Manejo dos Grandes Rios Brasileiros
4	Petrobras/220 Convênio CENPES (1/3)
5	Meio Século do Código de Água
6	Quadro pessoal contratado pela Memória da Eletricidade e os projetos em que trabalhavam (1989)
7	Controle Orçamentário (1990)
8	Projeto de Vídeo: Energia e República: 100 anos de Progresso
9	Roteiro “Cem anos da Eletricidade”
10	Tradução do Livro? “Mitbestimmung in Der Bundesrepublik Deutschland”

11	Coordenadoria de Pesquisa: Contrato com o Centro de Memória Social Brasileira
Caixa 3	
Número	Dossiês/Documentos
1	Custo das Publicações da Memória da Eletricidade
2	Custo dos Eventos da Memória da Eletricidade (1/2) (2/2)
3	Custo dos Boletins da Memória da Eletricidade
4	Custo dos Eventos da Memória da Eletricidade (1/3) (2/3) (3/3)
Caixa 4	
Número	Dossiês/Documentos
1	Projeto DNAEE
2	Atividades desenvolvidas pela Memória da Eletricidade em 1988
Caixa 5	
Número	Dossiês/Documentos
1	Intercambio da Memória da Eletricidade com CERJ
2	Projeto "História da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ"
3	História da Vida de Marcondes Ferraz e Lucas Lopes (1/3) (2/3) (3/3)
4	Núcleo de Informação Tecnológica
5	FADE
6	Fundação Banco do Brasil
7	Arquivo Nacional
8	Registro Histórico de Concreto em Massa
9	Perfil do Usuário da Memória da Eletricidade
Caixa 6	
Número	Dossiês/Documentos
1	Dossiê dispendo sobre a Fundação Real Grandeza, projeto GCOI e projeto Linha Norte-Sul

2	CIGRE – 2004
3	Ciclo de Palestra “A Eletrobras e a História do Setor de Energia Elétrica no Brasil”
4	Dr. Luiz Fernando Motta Nascimento: Projeto Livro
5	PRC
6	Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas – MIHBH
7	Dossiê com os projetos: Séries Econômico-financeiras – DFE, Depoimento Henrique Mello – DP, Potencial de Cogeração – DPM (GCPS)
8	Pensando a Energia – Procel
9	DADB
10	Tratamento dos Arquivos Setoriais da Eletrobras
11	Relatório à Diretoria Executiva
12	Projeto: 2º Tratamento do Acervo Arquivístico da Eletrobras

Caixa 7

Número	Dossiês/Documentos
1	Debates
2	Procel (1/2) (1/2) (2/2) (3/3) (1/3) (2/2)

Caixa 8

Número	Dossiês/Documentos
1	Projeto Eletrobras (1/5) (2/5) (3/5) (4/5) (5/5)
2	Relatório Estatístico do Setor de Energia Elétrica (1970-1984)
3	Boletim Trimestral (junho/setembro – 1988)
4	Projeto Eletronorte
5	Projeto CERJ (2/2)
6	Convênio Light

Caixa 9

Número	Dossiês/Documentos
--------	--------------------

1	Evento – Memória da Eletricidade (2/2); Administração de equipes criativas para marketing cultural 30/08 a 02/09/1988
2	Gallez Romero e Associados – Perspectivas de Marketing em Atividades Culturais Não Lucrativas (Eduardo Gallez Romero – dividido em três pastas)
3	“Energia e Desenvolvimento no Brasil” Professor Arnaldo Barbalho (Originais)
Caixa 10	
Número	Dossiês/Documentos
1	Instituto Brasileiro de Concreto. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens – Comitê Técnico do Concreto em Massa: Práticas Recomendadas para Projetos, Execuções e Controle de Obras de Concreto em Massa.
2	Memória Técnica do Concreto – Massa no Brasil (Memorandos)
3	Memória do Concreto – Massa 7ª Parte
Caixa 11	
Número	Dossiês/Documentos
1	Documentos do Ciclo de Palestra da Memória da Eletricidade (08/93)
2	Processos de Tomada de Preço COCM
3	Boletim Trimestral (Síntese de 198-)
4	Reflexos da Cidade
5	Projeto Álbum Carioca
6	Projeto Invenções e Descobertas
Caixa 12	
Número	Dossiês/Documentos
1	Documentos biblioteca Léo Amaral Penna
Caixa 13	
Número	Dossiês/Documentos
1	Contrato Itaipu – DT
2	Espaço Memória

3	Chesf 50 Anos (1/2) (2/2)
Caixa 14	
Número	Dossiês/Documentos
1	Cem Anos da Vida Republicana
2	Energia e República:100 anos de Progresso, Roteiro
3	Vídeo “Energia e República: 100 anos de Progresso” pasta 5
4	Vídeo “Energia e República: 100 anos de Progresso” pasta 4
Caixa 15	
Número	Dossiês/Documentos
1	Seminário de Microfilmagem
2	Microfilmagem de Documentação
3	Seminário Memória Brasília
4	I Seminário de Documentação e Preservação de Memória do Setor Elétrico (fotos, recortes de jornais e impressos)
5	Ciclo de Palestras Dr. Aspray
6	II Seminário de Documentação e Preservação de Memória do Setor Elétrico (2/3)
7	Procel (2/2) Plano de Projeto
Caixa 16	
Número	Dossiês/Documentos
1	FINEP – Memória Pré-Operacional (1/2) (2/2)
2	CNEC
3	Clube de Engenharia/ Fund. Pró-Leit. / Biblioteca Nacional
4	FINEP – 1985/1986 (1/2) (2/2)
5	FINEP – 1986/1987 (1/2) (2/2)
Caixa 17	
Número	Dossiês/Documentos
1	Lista de Presença Exposições

2	Exposição Marmelos – 0
3	Diretrizes e Metas para 1990
4	Dossiê com os projetos: Memória Eletrobras: À Luz da História, Energia e Memória: 100 anos de Progresso, Marmelos Zero: A Usina Pioneira.
Caixa 18	
Número	Dossiês/Documentos
1	Manual de Identificação Visual – Memorial Paulo Afonso – CHESF
2	Proposta de Estatuto e Regimento Interno – Memorial Paulo Afonso – CHESF
3	Proposta para a impressão do Boletim nº 9 Memória da Eletricidade
4	Projeto Eletronorte 40 anos
5	Convênio Light S.A – Acervo Bibliográfico (1º Aditivo)
6	CEAL 50 Anos – Projeto Cancelado (Pasta 2 e Pasta 1)
7	“Livros” do GCOI
8	Eletronorte 25 Anos
Caixa 19	
Número	Dossiês/Documentos
1	História Itaipu
2	Plano de Trabalho 1987
Caixa 20	
Número	Dossiês/Documentos
1	CTPL
2	João Barbosa Rodrigues
3	Paulo Afonso: Luiz Fernando Motta Nascimento
4	Trabalhadores Pioneiros (Projeto Cancelado)
5	História da Engenharia no Brasil
6	Contrato ECE – 1029/98 – OS 01/98 – DADB digitalização de imagens de documentos

7	Memória da Eletricidade – Plano de Ação Eletrobras 1993/1994
8	Documentos sobre resolução Eletrobras sobre contrato com a Memória da Eletricidade
9	MME 50 Anos – 2010 (Cancelado)
10	História do GCOI – OS.2

Caixa 21

Número	Dossiês/Documentos
1	Panorama do Setor de Energia Elétrica (Originais)
2	Exposição Memória da Eletricidade - Piabanha - 80 anos (1/3) (2/3) (3/3)

Caixa 22

Número	Dossiês/Documentos
1	Memória Técnica de Usinas Núcleo-elétricas: Roteiro Básico Definitivo (Original)
2	Roteiro Básico para Memória Técnica de Usinas Termoelétricas (Originais)
3	Custo de publicações
4	Eventos Memória da Eletricidade/ Encontro de Documentalistas – 25 e 26/07/1988
5	Exposição Memória da Eletricidade/ Rios Prisioneiros, Energia em Liberdade
6	Exposição do Dínamo ao Supercondutor
7	Poraquê – (1/4) (2/4) (3/4) (4/4)
8	Projeto MASP – Exposições

Caixa 23

Número	Dossiês/Documentos
1	Operação Interligada no Brasil
2	Levantamento cronológico da história do setor de energia elétrica no Brasil
3	Iconografia da Eletricidade no Brasil (FUNARTE)

4	GCOI
5	Energia Elétrica Urbanização Brasileira (2/2)
6	Projeto CCOI – 1991/1992
Caixa 24	
Número	Dossiês/Documentos
1	Dossiê: Charges/ CEMEC – Hidrelétrica/ Globo-vídeo/ Informe DCO/ Kearns Mancini Collection/ Memória Técnica
2	Association Pour L' Histoire de L'Electricite en France – AHEF (1/2) (2/2)
3	Memorando sobre patrocínio cultural (18/08/1997)
4	Instituições Estrangeiras (1/2) (2/2)
5	SG MME
6	Museu da República
Caixa 25	
Número	Dossiês/Documentos
1	Documentação História do Setor de Energia Elétrica/Light 1 (1/2) (2/2)
2	Pró-memória – Light
3	SPHAN/ Pró-memória
4	Projeto: A Luz e a Arte (Museu de Belas Artes)
5	Mudança de Frequência
6	Documentação História do Setor de Energia Elétrica/Light 2
Caixa 26	
Número	Dossiês/Documentos
1	Guia de Fundos
2	Inventário de Acervos
3	Polo Turístico Piabanha
4	Estado e Energia Elétrica na Primeira República
5	Estrutura Organizacional da Eletrobras- Projeto

6	Energia Elétrica na Indústria do Nordeste
7	Brasil-França
8	Autoprodutores: Um Estudo Analítico
9	Energia Elétrica na Indústria Brasileira
Caixa 27	
Número	Dossiês/Documentos
1	CEMIG
2	Itaipu Binacional
3	CERJ
4	CERJ (1/2) (2/2)
5	CAELB (1/2) (2/2)
6	CPFL
7	CEEE
Caixa 28	
Número	Dossiês/Documentos
1	Energia Eólica – Ronaldo Custódio
2	André Balança (2010/2011) – Projeto Concluído
3	Memória CEEE (2012) – Projeto Concluído
4	André Jules Balança – CHESF
5	Projetos de Furnas/ CHESF/ Acervo e Arquivo Eletrobras/ Itaipu/ O Processo Legislativo
Caixa 29	
Número	Dossiês/Documentos
1	Projeto CHESF 50 Anos – Memorial CHESF Paulo Afonso
2	Exposição 15 anos/ Cotidiano/ 1890 a 1930
3	Panfleto Itaparica
4	Panfleto Mudar Pra Melhor

5	2 Plantas
6	Cotidiano da Energia Elétrica no Brasil: Exposição e Publicação
7	Itaparica Reservatório
8	Parecer técnico sobre a transformação em instituição cultural da antiga Usina Termelétrica Capivari das Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A Gerasul
9	Memorial Paulo Afonso – Proposta de estatuto e regimento interno
10	Memorial Paulo Afonso – Manual de identidade visual
11	Memorial Paulo Afonso – Manual de recomendações museológicas para a exposição permanente
12	CHESF
13	Xingó EcoFestival: Música, Esportes e Natureza
14	Relatório Técnico do Projeto: “Espaço Cultural Itaparica”
15	Proposta e relatório para criação do Espaço Cultural Itaparica
16	Recomendações técnicas sobre as condições do espaço físico nas salas de exposições (permanentes e temporárias/intermediárias)
17	Anteprojeto: (Centro) Espaço Cultural Itaparica: Proposta Museológica (3)
18	Projeto 50 Anos da CHESF
19	CHESF: Programa de viagem definitivo
20	Proposta para a participação da Memória da Eletricidade no Projeto CHESF 50 Anos (2)
21	Agenda do projeto participação da Memória da Eletricidade no Projeto CHESF 50 Anos
22	Planta da área de convivência
23	Resolução CHESF
24	Pasta Azul: CHESF
25	2 Pastas (Amarelas): Projeto CHESF 50 Anos Memorial Chesf Paulo Afonso

Caixa 30

Número	Dossiês/Documentos
--------	--------------------

1	Energia Elétrica (1976/1979) Eletrobras – Publicações
2	Roteiro Básico para Memória Técnica de Usinas Hidrelétricas – Originais
3	Memória da Eletricidade – Relatórios – Eletron – 86
4	Catálogo de História Oral (Originais)
Caixa 31	
Número	Dossiês/Documentos
1	Visitas Técnicas
2	História das Operações Interligadas
3	Exposição Memória da Eletricidade – Energia e Memória no Traço do Humor (1/5) (2/5) (3/5) (4/5) (5/5)
Caixa 32	
Número	Dossiês/Documentos
1	Panorama Número 1 (1/2) (2/2)
2	Memória Técnica Nº 1 e 2
3	Caderno Técnico nº 3 – Memória e Museus
4	A Luz da Pintura no Brasil
5	Debates Parlamentares sobre Energia na 1ª República: O Processo Legislativo
6	Caderno Técnico nº 2 – Preservação de Acervos Documentais
7	Memória Técnica nº 4
8	Caderno Técnico nº 1 – Memória e Cultura
Caixa 33	
Número	Dossiês/Documentos
1	Projeto: Eletrificação Rural No Brasil (3/3) (2/3)
2	Roteiro Básico para Sistema de Transmissão
3	Memória da Eletricidade (1/2) (2/2)
Caixa 34	
Número	Dossiês/Documentos

1	Vídeo “100 anos de Energia Elétrica”
2	Roteiro do Vídeo “100 anos de Energia Elétrica” 9º/10º - Versão Final
3	Vídeo “Cem anos de Eletricidade” Pasta nº 2 – Fev/Abr 89
4	100 anos de Energia Elétrica
Caixa 35	
Número	Dossiês/Documentos
1	Memória da Eletricidade – Cadastro de Projeto de Atividade
2	Memória da Eletricidade – Histórico de Programa de Trabalho
3	Plano de Trabalho Eletrobras – 1993/1994
Caixa 36	
Número	Dossiês/Documentos
	Decupagem – 100 anos de Progresso (1/2) (2/2)
	Nova Andradina – UTE
	RDS
	Fazenda do Carmo
	Eletrobras – SESI
	Palestras: Fabinne Cardot/ Mario Bhering/ Orcélia Barroso/ (1/2)
	2º Seminário de Documentação e Preservação da Memória do Setor de Energia Elétrica (3/3)
	Energia Elétrica na Urbanização Brasileira
Caixa 37	
Número	Dossiês/Documentos
1	Concreto Massa
Caixa 38	
Número	Dossiês/Documentos
	Fichamento de pesquisas sobre o tema de energia elétrica
	Referências textuais sobre a história do Brasil para os fundos da Memória da Eletricidade

Caixa 39	
Número	Dossiês/Documentos
1	Projeto Recuperação de Acervos Jean Mazon
2	Cópias de cartas sobre a construção da Usina Paulo Afonso
3	Cópia de resolução sobre a produção do livro e CD-ROM do GCPS, três vias do contrato
4	Termo de convênio celebrado entre a Memória da Eletricidade, a Eletrosul e a Fundação Educacional Barriga Verde
5	Processo licitatório para a impressão de 2500 boletins (09/10/95)
6	Charles A. Capelle – Minuta de contrato (08/01/86)
7	Projeto “Depoimentos de Ex-Empregados Eletrobras” (2)
8	Exploração e Estudos do Vale do Amazonas
9	Projeto “Racionamento de Energia Elétrica no Brasil – Maio/95
10	Contrato do projeto (resolução): avaliação dos arquivos setoriais da Eletrobras
11	Bilhetes sobre boletins informativos
12	Resolução: Programa de Comemoração dos 30 anos Eletrobras
13	Preservação do Acervo Documental do DNAEE
14	Edição da Revista da Eletricidade pela Memória da Eletricidade (Memorando)
15	Relatório de Atividades
Caixa 40	
Número	Dossiês/Documentos
1	Sugestão da COCM para ilustração do Relatório Memória da Eletricidade relativo ao ano de 1987
2	Bilhete sobre a editoração do Guia de Fundos
3	Folha de informação pedindo para copiar em folhas o logo da Memória da Eletricidade e orçamento
4	Artigo de John Cotrin para o boletim 2 da Memória de tema: Saudades do Setor Elétrico do Meu Tempo

5	Carta CEEE sobre o envio de fotografias de usinas para a Memória da Eletricidade
6	Relatório sobre o núcleo de Memória Odebrecht
7	Relatório da visita técnica a feira Eletroeletrônica e Contatos para Exposições
8	Relatório inventário do acervo na Eletropaulo e outros contatos
9	Carta da Memória da Eletricidade para a CPFL sobre a autorização de bibliotecárias poder representar a empresa junto à instituição na discussão de padronização da guarda dos documentos do setor elétrico.
10	Fax para marcar reunião para o acompanhamento do projeto da Procel (18/08/88)
11	Carta da Memória da Eletricidade para o DNAEE sobre o retorno da Marilza Brito para continuidade do Projeto de 50 anos da empresa
12	Documentos sobre o inventário do acervo de natureza não arquivística do setor elétrico
13	Cartas da Memória da Eletricidade informando para as empresas que emprestaram fotografias a devolução das mesmas
14	Artigo como o passado do setor elétrico brasileiro ensina como entendê-lo nos dias de hoje, de Jorge Prado Leite, que pediu para o mesmo sair no boletim da Memória da Eletricidade
15	Carta da Energipe sobre a prorrogação do tempo de colaboração da documentalista Solange Balbi, com o “Projeto Memória da Empresa”
16	Carta Dermachi sobre o custo para a produção da publicação: Política de Governo e de Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código de Água a Crise dos Anos 80 (1934-1984)
17	Carta CEEE informando o envio de fotografias como empréstimo para a Memória da Eletricidade
18	Carta Copel enviando fotografias para ilustrar o texto que a mesma enviou para o boletim da Memória da Eletricidade
19	Carta da Eletrosul com texto para o boletim da Memória da Eletricidade
20	Carta CESP com material sobre o trabalho Memória CESP para o Boletim Memória da Eletricidade
21	Cartas da Eletrobras para a Memória acusando o recebimento das atividades do “2º Tratamento Técnico do Acervo Arquivístico Eletrobras”

22	Carta Lucas Lopes aceitando o convite da Memória para ser um dos palestrantes do Programa em Desenvolvimento para a Memória
23	Carta Memória para a Eletrobras pedindo que ela avalie o serviço que a Memória vem desenvolvendo no arquivo não corrente
24	Carta Memória para Coelba sobre a visita técnica feita pela Memória na empresa e orientação de como deve ser feita a guarda de documentos iconográficos
25	Bilhete da chefia da COCR para o diretor executivo sobre o projeto Mauro Thibau
26	Carta Eletronorte para a Memória agradecendo o apoio da mesma no projeto Memória Eletronorte
27	Carta CHESF para Memória informando o acervo iconográfico da empresa
28	Carta Eletrobras pedindo a liberação das gravações de palestras feitas pela Memória da Eletricidade, informando que o ônus pelas cópias ficaria para a própria Eletrobras
29	Carta CHESF para Memória sobre versão preliminar do projeto “Memória CHESF – Acervo Especiais”
30	Carta Eletrobras sobre o Projeto Tratamento Técnico Arquivístico Eletrobras
31	Proposta de editoração: “Política de Governo e de Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código de Água a Crise dos Anos 80 (1934-1984)”
32	Carta sobre a impressão de Livros
33	Fax com textos para painéis e exposição (Eletrosul)
34	Fax sobre Guia de Referências
35	Fax editoração de livro
36	Conjunto de 7 faxes sobre projetos e livros da Memória
37	Ciclo de Palestras (Memória da Eletricidade)
38	Relatório Memória da Eletricidade 1988
39	Carta Memória da Eletricidade para Eletrobras sobre o custo de editoração, transcrição e distribuição dos Registros das palestras do ciclo de palestras “A Eletrobras e a História do Setor de Energia Elétrica no Brasil”

40	Cartas de propostas de produção dos fotolitos e impressão do relatório anual de 1995
41	Carta sobre o contrato e custo de pessoal para a produção do Guia de Referências Documentais (Itaipu Binacional)
42	Carta Memória para Eletrobras sobre o Ciclo de Palestras “A Eletrobras e a História do Setor Elétrico”
43	Carta informando a nota de débito do ressarcimento dos custos da 2ª e 3ª parcelas do projeto 25 Anos Eletros
44	Carta se desculpando por erro de matéria publicada
45	Carta confirmando o patrocínio da Memória da Eletricidade para os trabalhos de filmagem do “Fórum Internacional IEEE de Regulamentação e Reestruturação no Setor de Energia Elétrica”, organizado Pela CEMIG
46	Carta a COELCE informando que o pedido de parceria dela com a Memória foi indeferido (03/2007)
47	Carta da Companhia Energética de Roraima – CER informando que não poderá patrocinar a publicação da Memória
48	Carta Sulgipe confirmando patrocínio para publicação da Memória
49	Carta Companhia Energética do Piauí negando patrocínio
50	Dossiê contendo cartas em resposta ao patrocínio solicitado pela Memória para publicação de livro.
51	Bilhete sobre orçamento de livro
52	Bilhete sobre matéria para informativo
53	Nota de débito do convênio com a Light
54	Carta da Light para Memória autorizando a reprodução de fotografia
55	Agradecimento à Memória pelo serviço prestado na exposição sobre a Eletrobras na sede ABI
56	Carta sobre a nota de débito da 7 parcela do contrato Light
57	Carta Itaipu aprovando relatório de atividades
58	Carta Cepel devolvendo originais da publicação sobre os 20 anos Cepel preparado pela Memória
59	Carta da Memória da Eletricidade Para Celesc com cópias dos convênios feitos pela Memória para a apreciação da empresa

60	Carta sobre nota de débito do pagamento do projeto “Tratamento Técnico do Segmento Monográfico do Acervo Bibliográfico da Light Serviços de Eletricidade S.A”
61	Carta enviada à Eletrobras sobre ordens de serviços do contrato de projeto
62	Resolução Eletrobras sobre contrato entre Memória da Eletricidade e a Eletrobras
63	Carta da Rede de Empresas Distribuidoras de Energia, sobre o empréstimo de fotografias de usinas
64	Carta da ACCE sobre o Envio de Artigo Intitulado “Pioneiros da Infraestrutura Nacional”
65	Carta Memória para o DNAEE sobre o projeto “Tratamento Técnico do Acervo Arquivístico DNAEE”
66	Cartas relativas a empréstimos de fotografias feitos pela Memória
67	Carta Memória oferecendo serviço de acessória para Eletropaulo
68	Carta do Banco Real sobre não poder patrocinar o evento “Rio, Cidade Luz” da Memória
69	Carta ACCE sobre reunião de representantes da empresa e da Memória para que seja discutido o patrocínio de ambas no projeto “Usinas de Energia Elétrica no Brasil - 1880 a 1930”
70	Bilhete Eletrobras para o diretor da Memória sobre a edição do livro de Dr. José Luís Lima
71	Carta do Conselho Mundial de Energia – Comitê Brasileiro sobre o envio de 500 Exemplares sobre “A História de Furnas” de J.R. Cotrin
72	Documentos História Eletros
73	Carta Memória pedindo empréstimo de fotografias para o MAM
74	Carta Memória enviando proposta de editoração e edição de publicação
75	Cartas divulgando a chamada para o envio de propostas de impressão de publicação
76	Pasta de processos de licitatórios COCM (2009)
77	Carta Memória sobre o livro comemorativo de 35 anos CEPTEL
78	E-mails pedindo dados de pesquisas para a Memória

79	Carta CONARQ solicitando a permanência da Marilza, diretora executiva da Memória da Eletricidade para mais 2 anos de mandato como conselheira
80	Carta Memória para Telmo Thompson Flores pedindo depoimento para o projeto "Eletrosul 40 anos"
81	Carta Memória para Eletrobras com os originais da capa da publicação "O meio ambiente e o setor de energia elétrica" e pedindo o parecer do mesmo
82	Carta Eletrobras para Memória encaminhando nota fiscal emitida referente ao projeto de organização do arquivo
83	E-mails Memória convidando para o lançamento do livro sobre Paulo Afonso
84	Carta Memória para Eletrobras sobre patrocínio para o projeto "Henrique Mello: uma história de vida"
85	Documento referente a contratações para a elaboração do livro comemorativo de 40 anos Eletrosul
86	Carta Memória para o IPHAN sobre o envio de cópias de entrevistas solicitadas pelo instituto
87	Carta Memória pra Eletronorte com recibo referente a cota de 100 livros "Caminhos da modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro (1879-2007)
88	Documentos sobre Depósito Legal na Biblioteca Nacional
89	E-mails sobre pesquisas feitas à Memória
90	Carta Memória explicando o projeto CEPEL 35 anos e convidando personalidades para dá depoimento para o mesmo.
91	Carta Memória à Eletrobras solicitando patrocínio para o projeto Henrique Mello
92	Carta Memória ao gerente do Banco do Brasil para a abertura de conta com objetivo de receber patrocínio da Eletrobras para o projeto Henrique Mello
93	Carta-convite para participação como palestrante no III Engedl
94	Carta Eletrosul enviando o contrato relativo à produção do livro comemorativo de 40 anos Eletrosul
95	Petrobras
96	Convênio Cenpes (2/3) (3/3)

97	Saelpa
98	Cepel (1/2) (2/2)
99	Cerj (1/2)
100	Celpe
101	Furnas
Caixa 41	
Número	Dossiês/Documentos
1	Carta Memória pedindo ao Arquivo Público do Distrito Federal fotografias emprestadas
2	Memorando Eletrobras solicitando cópia do depoimento prestado pelo assessor do DP Henrique Mello para a Memória
3	Memorando Eletrobras para a Memória sobre o projeto "Livros GCOI"
4	Memorando Eletrobras para a Memória sobre contratos
5	Memorando Eletrobras sobre a contratação de serviços da Memória
6	Fax recebido pela Memória sobre o projeto de 50 anos CHESF
7	Fax Memória sobre a cota da DNAEE de 500 exemplares do CD-ROM do Manual dos Estudos de Inventário Hidrelétrico
8	Fax Memória para falar sobre pesquisas levantadas
9	Fax com mapa sobre o sistema CHESF
10	Fax sobre tomada de preço para impressão do livro da Memória da Eletricidade
11	Fax da Memória agradecendo o convite para participar de um evento
12	Fax da Memória para a prefeitura de Caçapava do Sul solicitando informações e fotografias sobre Usina de Caçapava do Sul
13	Fax da Memória para o engenheiro Adilson sobre o envio de material de pesquisa levantado pela instituição sobre as usinas que pertencem a Companhia de Luz e Força
14	Fax sobre pesquisa de extensão da capacidade de produção de energia elétrica instalada nos governos Dutra e JK
15	Fax pedindo a cessão do direito de imagem para a publicação do livro de comemoração da Eletronorte

16	Erratas sobre projeto referente a Revista de 50 anos da CHESF
17	Fax Memória da Eletricidade agradecendo imagens para o Banco de Imagens
18	Fax pedindo imagens para o banco de imagem
19	Fax sobre investimento no setor elétrico
20	Fax Memória da Eletricidade sobre projeto Furnas
21	Fax Memoteca Fink para a Memória da Eletricidade sobre o projeto Escelsa
22	Fax sobre Editoração do livro Eletronorte
23	Fax informando a entrega dos livros pela empresa Digit Gráfica e Editora, para a Memória da Eletricidade - Livro 25 anos Eletronorte
24	Fax aprovando as condições para o CD R OM Caminhos da Modernidade
25	Fax sobre Editoração do texto “Estimativa do potencial de Congregação no Brasil”
26	Fax Memória da Eletricidade para Suelly (ISBN) sobre projeto realizado pela Memória
27	Fax Itaipu sobre a continuação do projeto desenvolvido pela Memória da Eletricidade
28	Fax da Cia Paraense de Energia – Copel, para a aquisição de publicações da Memória da Eletricidade
29	Fax Memória da Eletricidade para a Eletro informando o andamento do projeto
30	Fax Memória da Eletricidade enviando cópia das portarias do DNAEE, nºs 125 de agosto de 1984 e 019 de 04 de fevereiro de 1985
31	Fax da Itaipu sobre os custos da editoração do livro sobre a empresa de autoria de John Reginald Cotrin
32	Fax sobre os custos de edição e impressão da revista “25 Anos Eletros”
33	Carta informando a devolução de 20 fotografias para a Rede de Empresas de Energia Elétrica
34	Fax Memória da Eletricidade informando que ela assumiria os custos da produção dos três primeiros capítulos e a Itaipu arcaria com o restante
35	Fax da Memória da Eletricidade informando que foi pedido para as empresas uma cota para impressão do Boletim da Memória

36	Fax da Memória da Eletricidade autorizando o uso dos vídeos “Energia e República: 100 anos de progresso” e “Energia Elétrica na urbanização brasileira” no programa Olho d’água da Fundação Marinho
37	Carta informando a finalização da pesquisa realizada pela Memória da Eletricidade para Itaipu
38	Carta informando o valor gasto pela Memória da Eletricidade para a produção dos 3 primeiros capítulos do livro sobre Itaipu
39	Fax com a lista de publicações da Memória da Eletricidade
40	Fax informando a liberação de recursos para a Memória da Eletricidade pela Itaipu para a produção dos capítulos do livro
41	Fax com as relações dos museus de Energia Elétrica no Brasil
42	Fax enviando algumas páginas do livro editado pela Memória da Eletricidade para Redação do Jornal “O Estado de São Paulo”
43	Propostas orçamentárias para a digitalização das publicações “Manual de micro centrais hidroelétricas” de fevereiro de 1982 e “Manual de micro centrais hidroelétricas” de junho de 1985
44	Faxes pedindo patrocínio para o preparo de CD ROM
45	Faxes sobre a “Memória Técnica Tucuruí”
46	Memorando da Eletrobras solicitando para Memória da Eletricidade material sobre Itaipu
47	Fax Cepel para Memória da Eletricidade consultando a forma em que se deveria ser feito um lançamento de livro
48	Fax Itaipu para Memória da Eletricidade sobre projeto de edição de livro
49	Fax Rede para memória informando o envio de imagens para o banco de dados
50	Faxe de Itaipu para a Memória da Eletricidade sobre os primeiros capítulos “História Itaipu”
51	Fax Itaipu para Memória da Eletricidade sobre o pagamento dos trabalhos prestados
52	Fax Fundação Marinho para Memória da Eletricidade solicitando o uso de vídeos em um programa daquela Fundação que estava sendo produzido
53	Fax Cepel para Memória da Eletricidade sobre publicações da Cepel
54	Fax Memória para o Ministério das Relações Exteriores sobre o livro de Itaipu

55	Energia Elétrica na Urbanização Brasileira (1/3)(2/3)(3/3)
56	Energia Elétrica na Urbanização Brasileira (1/2)
57	Arquivo e Microfilmagem
58	Carta Eletronorte para Memória da Eletricidade sobre o funcionamento do Arquivo da Eletronorte
59	Documentos Memória da Eletricidade sobre a aquisição de livros e slides da Pantel – Filmes/Pantel
Caixa 42	
Número	Dossiês/Documentos
1	Carta da gráfica IMPINTA para Memória da Eletricidade com o orçamento de convites a serem produzidos
2	Carta da gráfica Ultra-Set para Memória da Eletricidade com o orçamento de convites a serem produzidos
3	Carta Eletronorte convidando o diretor executivo da Memória da Eletricidade e um técnico para uma visita a empresa a fim de discutir trabalhos a serem realizados
4	Carta Enersul encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
5	Carta CEEE encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
6	Carta Centrais Elétricas de Roraima - CER encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
7	Carta Eletronorte encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
8	Carta da VG Promoções Culturais para a Memória da Eletricidade contendo orçamento para a produção de livros e fotolitos
9	Carta Eletronorte solicitando a mudança de representante cadastrado na comissão elaboradora MEMÓRIA TÉCNICA DE USINAS HIDROELETRICAS

10	Carta CEMAR – Companhia Energética do Maranhão encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
11	Carta Furnas encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
12	Carta Companhia Elétrica do Amapá – CEA encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
13	Carta da CEMAR enviando dados e fotografias sobre as 4 principais fases do setor elétrico no maranhão
14	Carta CELB encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
15	Carta CEAL encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
16	Carta CERJ encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
17	Carta CONSERN encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
18	Carta CEAM encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
19	Carta CHESF encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
20	Carta CEA encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
21	Carta CELESC encaminhando o questionário do Guia de Fundos Documentais do Setor Elétrico: Dados de Fundos e Dados Institucionais para a Memória da Eletricidade
22	Carta Memória da Eletricidade encaminhando para a CHESF o relatório com o diagnóstico dos acervos especiais

23	Carta da Memória da Eletricidade agradecendo a doação de documentos feitas por Germano Seidl Vidal
24	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Sergio Cisneiros, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
25	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Roberto Heig, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
26	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Renato Viegas London, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
27	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Milton Mandelli, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
28	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Mauro Guilherme Jardim Arce, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
29	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Arlindo Gonçalves Araújo, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
30	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Xisto Vieira Filho, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
31	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Armando Ribeiro de Araújo, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
32	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Arthur Cohen, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
33	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Celso Ferreira, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
34	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Eduardo Márcio Teixeira Nery, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
35	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Guilherme Jorge de Moraes Velho, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
36	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Guy Maria Villela Paschoal, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação

37	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Izidoro Lechuga Martin, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
38	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com José Marcondes Brito de Carvalho, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
39	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com José Carlos Brito Lopes, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
40	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Juracy Rezende Castro Andrade, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
41	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Leo Kameyama, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
42	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Leonardo Lins De Albuquerque, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
43	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Maurício de Abreu Soares, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
44	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Mário Fernando Melo Santos, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
45	Carta Memória da Eletricidade enviando cópia transcrita da entrevista com Lindolfo Ernesto Paixão, para o conhecimento do mesmo e a sua aprovação
46	Carta do Estúdio Moura – Reproduções LTDA para a Eletrobras sobre orçamento de convite a ser produzido
47	Carta Memória da Eletricidade para a Maria Marta de Moura Reis, chefe da Divisão de Biblioteca e Arquivo da Eletrobras, informando a seleção de pessoal para a composição de equipe para o projeto “Avaliação dos Arquivos Setoriais da Eletrobras”
48	Carta Memória da Eletricidade pedindo patrocínio para o livro “A Luz da Pintura no Brasil” para a Suzano e Siemens
49	Carta Memória da Eletricidade para a CELPE sobre o projeto de reconstituição da história da CELPE

50	Carta Memória da Eletricidade informando o envio do relatório de atividades 2º desenvolvidas do Projeto 2º tratamento Técnico do Acervo Arquivístico da Eletrobras
51	Carta Memória da Eletricidade indicando o nome da Museóloga Leila Lobo para integrar o grupo encarregado pelo projeto conceitual do Museu Dinâmico C&T
52	Carta da Memória da Eletricidade autorizando a publicação do livro “Panorama do Setor Elétrico” em capítulos na revista “Energia e Automação”
53	Carta Memória da Eletricidade informando a aprovação do projeto sobre a História da Companhia Paulista de Energia Elétrica
54	Carta Memória pedindo a colaboração da Light com a edição do livro “A energia elétrica na urbanização do Rio de Janeiro
55	Sistema de Arquivo e microfilmagem
56	Lista de abreviaturas
57	Documentos referente a pesquisa de autoprodutores
58	Documentos referentes a Exposição de motivos – Situação atual dos trabalhos da COCR
59	Carta Eletronorte para Memória da Eletricidade sobre o projeto Memória Eletronorte
60	Carta EMBASA enviando à Memória da Eletricidade o anteprojeto para a apreciação e aprovação
61	Carta CEPEL para a Memória da Eletricidade para consultar sobre o descarte de documentos contábeis microfilmados
62	Carta Fausto Henrique dos Santos para Orcélia Barroso com a proposta de trabalho do mesmo para o ano de 1989
63	Carta Universidade Federal do Rio de Janeiro para a Memória da Eletricidade sobre “Exposição Energia e Memória no traço do Humor” (Agradecimento)
64	Folha de Informação sobre Manuais do Banco de Dados da COCR
65	Documentos sobre Catálogo de Filmes disponíveis no Consulado Geral da República Federal da Alemanha no Rio de Janeiro

Caixa 43

Número	Dossiês/Documentos
--------	--------------------

1	Documentos referentes ao stand da Memória no Rio Cult 95 – Primeiro Rio Cultura e Negócios
2	Nota de débito enviadas pela Memória para a Eletrobras pelos serviços prestados a essa empresa
3	Carta Memória para Alstom Brasil Ltda sobre ratificação de nota fiscal
4	Carta Memória para gráfica Imprinta solicitando o orçamento para impressão e acabamento do livro “Álbum Carioca: energia elétrica no cotidiano infanto-juvenil”
5	Carta Memória para Imprinta solicitando orçamento para impressão e acabamento do livro “Procel, 20 anos”
6	Carta Memória para gráfica J.SHOLNA Reproduções, solicitando orçamento para impressão e acabamento do livro “Procel, 20 anos”
7	Carta Memória para gráfica PR DONNELLEY Reproduções, solicitando orçamento para impressão e acabamento do livro “Procel, 20 anos”
8	Folha de informação sobre o projeto Guia Iconográfico
9	Folhas de informações sobre o Projeto DNAEE
10	Carta ACCE aprovando a concessão de apoio financeiro à edição do livro de arte “A Luz da pintura no Brasil”
11	Carta Light para Memória com informações técnicas e históricas da UHE Fontes
12	Carta Enersul para Memória com texto sobre o trabalho desenvolvido pelo setor de memória da empresa para ser publicado no boletim da Memória
13	Carta CPFL para Memória enviando informações sobre as UHE’s Monjolinho e Espírito Santo do Pinhal
14	Carta da Cemig para Memória sobre a UHE Marmelos
15	Carta padrão para a tomada de preço e impressão do livro “Procel, 20 anos “
16	Bilhete sobre 25 anos
17	Documentos referentes ao livro “Panorama”
Caixa 44	
Número	Dossiês/Documentos
1	Memorandos sobre o Projeto História do GCOI

2	Memorandos sobre o Projeto História do Desenvolvimento
3	Memorandos sobre o Projeto História CERJ
4	Memorandos sobre finalizações de projetos
5	Memorando sobre resenha do livro da Memória para a revista “Memória” da Eletropaulo
6	Memorando sobre projetos de pesquisas da Memória
7	Memorando sobre ações da área de pesquisa do ano de 1991
8	Memorando registro iconográfico de plantas amazônicas
9	Memorando sobre “Energia elétrica na urbanização brasileira – São Paulo (1899 a 1930)”
10	Notas fiscais referentes ao projeto Biblioweb prestado à Eletrobras pela Memória
11	Memorandos sobre os principais marcos na história da eletricidade no Brasil
12	Memorando livro “Dinâmica de Inovação e Tecnologia”
13	Folha de informação projeto “Guia Iconográfico”
14	Folha de informação projeto DNAEE
15	Carta da Memória para o Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas com parecer técnico relativo à implantação de Centro Cultural no DME-PC
16	Cartas da Memória para a Chesf com uma proposta da revista comemorativa dos 50 anos da empresa
17	Carta com nota de débito da Memória da Eletricidade para Eletrobras
18	Cartas da Memória para a Eletrosul com proposta técnico-financeira da edição de publicação comemorativa ao 40º aniversário Eletrosul
19	Cartas Memória para Chesf referente a cota de 100 exemplares da publicação “Caminhos da Modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro (1876 a 2007)”
20	Carta Memória para a CEPEL referente a cota de 10 exemplares do livro “Caminhos da Modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro (1876 a 2007)”
21	Carta Memória para Eletrobras com três propostas de impressão do livro “Energia Eólica para Produção de Energia Elétrica”

22	Carta Memória para SULGIPE referente a cópia de 50 exemplares do livro “Caminhos da Modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro (1876 a 2007)”
23	Carta Memória para Furnas pedindo patrocínio para o livro “Caminhos da Modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro (1876 a 2007)”
24	Carta Memória para Furnas sobre o segundo ENGEDI
25	Carta Memória para Chesf sobre projeto de publicação e mostra fotográfica itinerante relativos à UHE Paulo Afonso I em comemoração ao 60º aniversário da Chesf
26	Carta Memória para Light com proposta técnico-financeira para edição dos originais “Estudos sobre a Rio Light”
27	Proposta Memória para Eletrosul de cotas de patrocínio para a publicação do livro “Caminhos da Modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro (1876 a 2007)”
28	Carta Memória para a ANEEL pedindo conferência dos dados dos verbetes do livro “Personalidades do Setor de Energia Elétrica no Brasil”
29	Carta Memória para Delcídio Amaral Gomes pedindo conferência dos verbetes do livro “Personalidades do Setor de Energia Elétrica no Brasil”
30	Carta Memória para Luiz Felipe Correa de Azevedo pedindo conferência dos verbetes do livro “Personalidades do Setor de Energia Elétrica no Brasil”
31	Carta Memória para Paulo Richer pedindo conferência dos verbetes do livro “Personalidades do Setor de Energia Elétrica no Brasil”
32	Carta Memória para Alex Steinpanko pedindo conferência dos verbetes do livro “Personalidades do Setor de Energia Elétrica no Brasil”
33	Carta Memória para Light referente a cota de 100 exemplares do livro “Caminhos da Modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro (1876 a 2007)”
34	Carta Memória para gráfica Imprinta sobre acabamento e impressão do segundo volume do livro “Álbum Carioca”
35	Carta Memória para Furnas com proposta de elaboração de livro-texto ilustrado de 50 anos de Furnas
36	Currículos originais do projeto “35 anos Cepel”

Caixa 45

Número	Dossiês/Documentos
1	Carta Memória para CEPISA sobre recuperação de dados estatísticos do setor de energia elétrica
2	Memorando sobre relatório de visita ao CDHI-SP
3	Memorando sobre visitas as Usinas e subestações de Magé da CERJ, em 09/02/1987
4	Documentos sobre inventários de acervos de natureza não arquivística do setor de energia elétrica – CERJ
5	Carta Memória da Eletricidade para Itaipu referente a cota de 100 exemplares da publicação “Invenções e Descobertas: a energia elétrica impulsionando a conquista do conhecimento científico e tecnológico”
6	Carta Memória da Eletricidade para CEPEL referente a cota de 100 exemplares da publicação “Invenções e Descobertas: a energia elétrica impulsionando a conquista do conhecimento científico e tecnológico”
7	Carta Memória para Eletronorte sobre o projeto de 30 anos
8	Carta Memória para Eletrobras sobre a aprovação do texto do livro “A Questão Ambiental no Setor de Energia Elétrica Brasileiro”
9	Nota de débito para ANEEL
10	Carta Memória para Chesf enviando recibo referente a cota de 100 exemplares da publicação “Invenções e Descobertas”
11	Processo licitatório COCM
12	Envelope projeto “O Cotidiano”
13	Carta Memória para Light sobre o recibo de cota de 100 exemplares do livro “Reflexos da Cidade: a história da iluminação pública no Rio de Janeiro”
14	Documentos sobre o convênio de prestação de serviços entre a Memória da Eletricidade e o Ministério de Minas e Energia (1988)
15	Notas de débito 2007
16	Processo licitatório COCM
17	Carta Memória para Nuclebrás sobre proposta de convênio
18	Folha de informação sobre estudo nas áreas de concessão da Chesf e da Celb

19	Folha de informação sobre a tradução do texto “Visions of Eletrification and Social Change”
20	Folha de informação sobre o curso na Eletrosul realizado pela Memória
21	Cartas para Memória sobre dados MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira) da diretora-geral do Arquivo Nacional
22	Carta do CONARQ para conselheiro representante da Memória da Eletricidade
23	Fax UNEB para Eletrobras sobre apoio para exposição (2001)
24	Carta CELESC para Memória sobre solicitação de convênio
25	Carta Memória para Light sobre envio de nota fiscal referente ao contrato firmado
26	Carta Memória para Eletrosul sobre recibo referente ao patrocínio do projeto “Cronologia do Setor Elétrico Brasileiro”
27	Carta Memória para ANEEL sobre o histórico de convênio e contratos entre ambas
28	Carta Memória para Luciana Coelho informando a transferência do acervo do DNAEE para Brasília
29	Carta Memória para Alston Brasil Ltda sobre pagamento de nota referente a serviços de elaboração de cronologia prestado a empresa para Memória
30	Carta Memória para Light sobre nota fiscal referente a última parcela de contrato de fornecimento de serviços
31	Carta Cepel para Memória sobre aceitação de patrocínio mediante a aquisição de cota de 100 exemplares da publicação “Invenções e Descobertas”
32	Carta COPEL para Memória sobre programação de visitação técnica da Memória à empresa
33	Carta FAPERJ sobre a constatação de que a Memória esteve presente no CD-ROM sobre o mapa da ciência no estado do Rio de Janeiro
34	Carta da Memória para Biblioteca Nacional sobre levantamento iconográfico feito pela instituição
35	Carta Memória para Cemig sobre o envio de proposta técnico-financeira relativo as publicações sobre usinas e estações ambientais da Cemig
36	Carta Memória para ANEEL sobre nota referente a primeira parcela do contrato

37	Carta Memória para a Eletronorte sobre contrato firmado entre empresas para a produção de 30 anos de atividades da empresa
38	Carta Memória para gráfica Imprinta sobre orçamento para a impressão do livro “Eletronorte: 30 anos de pura energia brasileira”
39	Carta Memória para Bandeirantes Energia S.A sobre cota de 110 exemplares da publicação “Invenções e Descobertas”
40	Carta Memória para a gráfica Imprinta sobre orçamento de impressão e acabamento do livro “Energia Elétrica e Integração na América Latina”
Caixa 46	
Número	Dossiês/Documentos
1	Documentos sobre coleta de dados dos projetos das coordenadorias da Memória do ano de 1988
2	Carta Memória para o governador do estado da Bahia sobre a preocupação da descontinuidade do trabalho da Memória da Eletricidade com o Centro da Memória da Água na Bahia
3	Carta do Ministério de Minas e Energia para Memória informando a indicação do engenheiro Roberta Sobreira Brito como representante do DNAEE no convênio firmado com a Memória
4	Folha de informação sobre projeto conjunto Memória/SIESE recuperação dos dados estatísticos
5	Carta Eletrobras sobre projeto de pesquisa “Estado e Energia no Brasil – 1930 a 1960”
6	Pasta com documentos relacionados ao processo de criação de folheto promocional da Memória
7	Documentos sobre o programa de editoração produzido pela COCM no ano de 1988
8	Documentação sobre o Boletim da Eletricidade produzido pela COCM no ano de 1988
9	Folha de informação sobre documentação de fontes alternativas de energia
10	Bilhete para COCR sobre elaboração do relatório de atividades
11	Documento sobre bolsa de estudo NEH
12	Documentos sobre mostra de vídeo

13	Carta Memória para Eletrobras informando o envio do texto “História do Centro de Pesquisa da Energia Elétrica – CEPEL”
14	Bilhete sobre capa do “Guia de Fundos”
15	Carta da Gráfica VG para Memória sobre o livro “Guia de Fundos Documentais do Setor de Energia Elétrica”
16	Bilhete da COCR para COCM sobre “Guia de Fundos”
17	Folha de informação COCM para diretor-executivo sobre projeto “CENPS”
18	Folha de informação COCM para diretora- executiva sobre o livro “Panorama” em inglês
19	Carta Memória para CEPEL sobre tiragem do boletim nº 6 da Memória
20	Folha de informação da diretora-executiva para o presidente da Memória da Eletricidade sobre o livro “La Luce e l’arte”
21	Folha de informação COCM para diretor-executivo sobre SENDI
22	Memorando Eletrobras sobre matéria para Boletim da Memória
23	Pasta “Coordenadoria de Administração – Projeto Cronologia (COPQ) Loriley Ferraz Roca Pereira”
24	Pasta processo licitatório COCM
25	Pasta ADV autorização e despesas de viagens
26	Pasta – Coordenadoria de Administração – Prestação de serviços/Projeto FINEP/Contratos (1/4)
27	Pasta processo licitatório COCM

Caixa 47

Número	Dossiês/Documentos
1	Pasta Projeto Light
2	Folha de informação COPQ para diretor-executivo assistente sobre divulgação da história do setor de energia elétrica brasileiro no exterior
3	Nº 10 – Bulletin De Historie de L’Eletricité
4	Folha de informação diretor-executivo assistente para diretor-executivo da Memória sobre “Perspectiva de Utilização da Microfilmagem na Memória da Eletricidade”

5	Memorando Eletrobras sobre participação da ESCELSA nos projetos DNAEE e CAEEB
6	Documentos sobre programação do Ciclo de Palestras do Dr. Willian Aspray organizado pela Memória
7	Histórico “Perspectiva da Utilização da Microfilmagem na Eletrobras”
8	Folha de informação da COCR e biblioteca para diretor-executivo assistente sobre preservação de acervos documentais do setor elétrico
9	Folha de informação do chefe da PRMD para chefe da PRM sobre o projeto Piabanha
10	Folha de informação COPQ para diretora-executiva sobre histórias de vidas Lucas Lopes e Octávio Marcondes Ferraz
11	Documentos “História do Desenvolvimento”
12	Bilhete de Vera Garrido para chefe PRMB sobre o II Seminário de Documentação
13	Documento sobre estimativas de custo referente ao II Seminário de Documentação de Preservação de Memória do Setor de Energia Elétrica Brasileiro
14	Documentos sobre Sistema de Bibliotecas Eletrobras
15	Nº 14 e 15 - Bulletin De Historie de L'Electricité
16	Memorando Eletrobras de Vera Lúcia Botelho para chefe PRM sobre o projeto “A Eletrificação Rural no Brasil”
17	Folha de informação do diretor-executivo assistente para diretor sobre II Seminário de Documentação
18	Documentos sobre programa de exposições temporárias da Memória da Eletricidade
19	Folha de informação sobre o I Caderno Memória e Cultura
20	Folha de informação COCR para diretor-executivo sobre projeto do perfil do público alvo da Memória
21	Folha de informação projeto Tratamento do Acervo Arquivístico Intermediário e Permanente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras
22	Folha de informação projeto – organização e conservação do acervo documental permanente armazenado no 4º distrito do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

23	Folha de informação transcrição de fitas K7
24	Folhas de informação projeto Tratamento do Acervo Arquivístico Indumentário
25	Folha de informação sobre Caderno nº1
26	Folha de informação projeto Organização e Conservação de Parcela do Acervo Documental Permanente da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas – CAEEB
27	Folha de informação sobre trabalhos apresentados em eventos
28	Folha de informação aniversário Enersul
29	Folha de informação Seminário de Microfilmagem de Documentação Permanente
30	Folha de informação projeto – organização e conservação do acervo documental permanente armazenado no 4º distrito do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DNAEE
31	Folha de informação sobre o Caderno Técnico nº 4 – Conservação e Restauração de Documentos
32	Folha de informação Enersul
33	Folha de informação transcrição de palestras
34	Folha de informação textos para divulgação
35	Folha de informação acervos iconográficos
36	Folha de informação Documentação e Informação em Meio Ambiente, Conservação de Energia e Fontes Alternativas de Energia
37	Folha de informação remuneração equipe externa
38	Folha de informação Tratamento de Acervo Arquivístico Permanente e Intermediário das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras
39	Folha de informação Caderno Memória nº2 – Preservação de Acervos Documentais
40	Bilhete sobre Boletim Nº7
41	Folheto do II Seminário de Documentação e Preservação da Memória no Setor de Energia Elétrica Brasileiro
42	Memorando Eletrobras sobre projeto gráfico para Memórias Técnicas

43	Folha de informação diagnóstico de avaliação das atividades, cronogramas e programa de trabalho para 1989
44	Folha de informação sobre Boletim da Memória
45	Folha de informação sobre CENTRECOM
46	Folha de informação sobre mapa comparativo da exposição “Rios Prisioneiras, Energia em Liberdade”
47	Folha de informação produção do Boletim da Memória
48	Folha de informação propostas orçamentárias de preços para cartazes e convites da exposição “Energia e Memória no Traço do Humor”
49	Folha de informação custos de publicações editadas pela Memória
50	Folha de informação custo de edição do “Panorama”
51	Folha de informação sobre textos para divulgação
52	Pasta 885 – Energia e República, 100 Anos de Progresso Parte 1ª (2/2)
53	Pasta 885 – Energia e República, 100 Anos de Progresso Parte 2ª (1/3) (2/3)
54	Pasta 871 – Caratua
55	Pasta 882 – Primeira Amostra de Vídeo
56	Lista de presença Paulo Afonso (02/12/2008)

Caixa 48

Número	Dossiês/Documentos
1	Nota fiscal Gráfica Imprinta – Revista Chesf: 50 anos
2	Carta Memória para Memoteca Fink Guarda de Documentos Ltda., sobre o contrato de digitalização do arquivo Eletrobras
3	Carta Chesf para Memória sobre o projeto “Espaço Cultural Itaparica”
4	Fax Manoel Carlos Bratte para Paulo Martins sobre Usina Térmica Capivari
5	Fax vídeo Shack para Memória sobre autorização de execução de serviço de telecinagem, gravação e duplicação
6	Fax Eletronorte sobre a aprovação da proposta de elaboração do livro comemorativo dos 25 anos da empresa
7	Fax ACCE para Memória informando o envio de fotografias

8	Fax Imaging Center Memoteca sobre gravação de CD-ROM
9	E-mails respondido pela Memória sobre trabalhos escolares e acadêmicos
10	E-mails sobre aquisição de cota de patrocínio de publicações da Memória
11	E-mail sobre o lançamento de livros da Memória
12	E-mail com a opinião sobre a primeira página de internet da Memória
13	Carta Memória para Eletros sobre proposta referente a publicação "Orientações e Esclarecimentos Sobre Produtos e Serviços Eletros"
14	Carta Memória para Memoteca Finck sobre transferência de acervos da Memória para Memoteca
15	Carta Memória para Museu de Arte Moderna – MAM sobre finalização do livro "Reflexos da Cidade: a iluminação pública na Cidade do Rio de Janeiro"
16	Carta da Memória para Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM sobre respostas as perguntas sobre o DNAEE
17	Carta Memória para editora TISEL
18	Fax Memória sobre Sonopress Rino Indústria e Comércio Fonográfico Ltda., sobre pagamento da primeira parcela de serviços
19	Fax do deputado federal Saletiel Carvalho para a Memória da Eletricidade informando o recebimento do livro "25 anos – Eletronorte"
20	Fax Lígia para Edgar Barros sobre nota biográfica
21	Fax sobre minuta do contrato para pesquisa com Eletrobras
22	Fax Memória para Sonopress informando depósito feito referente a segunda parcela do projeto
23	Fax Memória para CESP sobre solicitação de fotografias para trabalho sobre usinas de energia elétrica no Brasil 1980 a 1998
24	Fax para gráfica e editora STAMPPA Ltda. Sobre impressão e acabamento do livro "Reflexos da Cidade"
25	Carta Memória para Museu Histórico Nacional sobre o livro a ser produzido com a temática dos 500 anos do descobrimento do Brasil
26	Carta Memória para os Correios sobre o livro a ser produzido com a temática dos 500 anos do descobrimento do Brasil

27	Fax Memória para Eletrobras sobre a tradução para o inglês da “Estimativa do Potencial de Congregação no Brasil”
28	Carta Memória para o Arquivo Público de Brasília solicitando fotografia para publicação sobre os 500 anos do descobrimento
29	Carta Memória para Thomas Furs sobre publicação dos 500 anos do descobrimento do Brasil
30	Carta Memória para a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo – FPHESP sobre publicação dos 500 anos do descobrimento do Brasil
31	Fax da Memória para Eletrobras sobre a publicação “Estimativa do Potencial de Congregação no Brasil”
32	Fax da Memória para a Petrobras sobre a publicação dos 500 anos do descobrimento do Brasil
33	Fax editora Bloch Editores sobre publicação dos 500 anos do descobrimento do Brasil
34	Fax Memória para diversas gráficas solicitando orçamento para o livro “Centrais Hidroelétricas: estudos para implantação”
35	Carta Memória para Eletronorte sobre o 5º Centenário de Descobrimto solicitando fotografias para publicação
36	Carta Memória para Chesf sobre o 5º Centenário de Descobrimto solicitando fotografias para publicação
37	Cartas solicitando orçamento para gráficas para o livro “Notas Sobre os Antecedentes da Criação da Itaipu Binacional”
38	Fax Memória para COELBA enviando a Portaria nº46 de 17/04/1978
39	Fax com minuta do contrato da Chesf (em 1997) sobre Revista Chesf 50 Anos
40	Fax Solange Balbi para Andréia Lopes com cópia de contrato da doação do acervo de John Cotrim
41	Fax Memória para Chesf sobre o roteiro de viagem sobre visita técnica
42	Fax Memória para revistas noticiando o lançamento do CD-ROM pela mesma
43	Faxes da Memória para empresas convidando-as para o lançamento do CD-ROM “Usinas de Energia Elétrica no Brasil (1880-1930)”
44	Fax respondido pela Memória para COELBA sobre proposta de visita técnica

45	Fax Memória para Fundação Roberto Marinho autorizando o uso de imagem do CD-ROM “Usinas de Energia Elétrica no Brasil” pela fundação
46	Fax Memória para empresas informando a escolha da empresa a qual teria a guarda externa dos acervos
47	Fax Memória para Manoel Carlos Bratti sobre recuperação da Usina Térmica de Capivari
48	Fax Memória para jornal Estado de São Paulo sobre o lançamento do livro
49	Fax Memória para Chesf sobre projeto de comemoração dos 50 anos da empresa
50	Fax Memória para Eletrobras sobre o guia de cópias da publicação “Itaipu Hydroelectric Project: engineering features”
51	Fax Memória com cópias dos dados das usinas
52	Fax Memória para Chesf sobre anexo de cópia de proposta da execução da revista Chesf 50 anos
53	Carta Estudo de Produção Gráfica Ltda. – Reflexus para a Memória com orçamento do livro “Mario Thibau: a trajetória de um ministro”
54	Carta Eletrobras para Memória sobre anexo da síntese da reunião realizada em Brasília
55	Cartas MCA – Consultoria para a Memória do andamento de projetos
56	Cartas Memória para empresas informando o envio do CD-ROM produzido por ela intitulado “Usinas de Energia Elétrica no Brasil 1880-1930”
57	E-mail da Memória para o IBGE sobre pesquisa
58	E-mail de Paulo Romano para Memória perguntando o andamento do livro sobre Cotrim
59	E-mail de pesquisas feitas à Memória
60	Folha de informação sobre revelação de filmes
61	Carta Memória para Correios enviando cópia do vídeo Centenário de Marmelo Zero – A Usina Pioneira
62	Bilhete sobre viagem à Usina Marmelos Zero
63	Contrato de prestação de serviços entre Eletrobras e a Globotec

64	Resolução Eletrobras sobre aprovação de serviço e custos adicionais para a elaboração do vídeo “Energia e República: 100 anos de progresso”, produzido pela Globotec
65	Folha de informação sobre vídeo “A Eletricidade nos 100 anos da Vida Republicana Brasileira”
66	Documentos sobre os 100 anos da eletricidade na vida republicana brasileira
67	Documento sobre trabalhos desenvolvidos pela COCM com colaboração da Light
68	Documentos sobre urbanização
69	Documentos “Memória da Eletricidade: a luz da história”
70	Documentos Marmelos Zero
71	Documentos remuneração por serviços prestados em projetos da Memória
72	Documentos 25 anos Eletrobras
73	Folha de informação projeto de inventário acervo não Arquivístico
Caixa 49	
Número	Dossiês/Documentos
1	Folha de informação publicação “Estado da Arte das Ações de Preservação da Memória”
2	Folha de informação conjunto articulado memória técnica x histórica
3	Folha de informação projeto CELPE
4	Folha de informação história do setor de energia elétrica
5	Folha de informação Congresso Internacional do Centenário da República
6	Folha de informação Boletim Memória
7	Folha de informação Projeto CERJ
8	Folha de informação cessão de pesquisador à Eletrobras
9	Folha de informação “A Energia e a Indústria no Nordeste”
10	Documentos sobre “Panorama”
11	Documentos “Eletrificação Rural”

12	Relatórios de atividades MEPROEL
13	Folha de informação “Estado e Energia Elétrica”
14	Memorando “Memória Técnica UHE Tucuruí”
15	Memorando “Concreto em massa no Brasil”
16	Carta Eletrobras para Furnas autorizando a impressão do livro “Memória Técnica”
17	Fax sobre “Panorama”
18	Fax sobre “Eletrificação Rural”
19	Fax Eletrobras sobre remuneração de projetos
20	Fax Memória convidando a COELBE para fazer palestra na empresa
21	Fax Memória para o CERJ sobre remuneração do projeto
22	Fax Memória para empresas do setor elétrico com chamada para o envio de texto para o Boletim da Memória
23	Fax Eletrobras sobre painéis para a exposição
24	Fax Memória para Ministério de Relações Exteriores
25	Carta Memória para Celesc sobre visita técnica
26	Carta Globotec para Memória da Eletricidade sobre valor do vídeo “100 anos de Republica, 100 anos de eletricidade” em língua espanhola e francesa
27	Carta FINEP para Memória sobre projeto “História do setor de Energia Elétrica: Fase pré-operacional da Eletrobras”
28	Memorando Eletrobras sobre “Concreto em Massa”
29	Folha de informação história CERJ
30	Folha de informação “Cronologia Ilustrada”
31	Folha de informação “Memória do Setor de Energia Elétrica”
32	Documentos sobre os desenvolvimentos dos projetos da COCM e COCR – 1988
33	Documento sobre o roteiro para “Memórias Técnicas”
34	Documentos sobre Panorama
35	Documentos sobre Finep

36	Relatórios “Memórias Técnicas”
37	Documentos projeto de “Recuperação das Séries estatísticas anuais do Setor Elétrico”
38	Programa de pesquisa “A energia Elétrica na Industrialização Brasileira”
39	Folha de informação “Eletrificação Rural”
40	Documentos projeto “História Cerj”
41	Documentos “100 anos República”
42	Fax para o Ministério de Minas e Energia sobre Panorama
43	Documentos sobre os 100 anos de vida Republicana
44	Documentos sobre Panorama

Caixa 50

Número	Dossiês/Documentos
1	Documentos sobre certificado no MinC da Memória da Eletricidade
2	ISBN
3	Processo Licitatório COCM
4	Energia e República (1/2) “100 anos de Progresso – parte 1ª”
5	Energia e República (3/3) “100 anos de Progresso – parte 2ª”
6	A Luz da História
7	Vídeo 100 Anos de República (1989-1990)
8	Documentos sobre as diretrizes para a uniformização e sistematização dos procedimentos editoriais e os padrões visuais da Memória
9	Memorando Eletrobras 2º Revise
10	Documento sobre coleta de dados da Usina Maribondo
11	Documentos Relatório sobre a participação da Memória VII Encontro Nacional de Geógrafos e Empresas de Energia Elétrica do Amapá – Marcos Aurélio V. de Freitas
12	Documentos sobre Regulamentação Metrológica
13	Memorando Eletrobras sobre normas de redação para o Boletim da Memória

14	Publicações sobre a Memória em periódicos
15	Transparência da Memória da Eletricidade para o Setor Elétrico
16	Laboratório de Microfilmagem
17	Documentos Usina Poraquê
18	Documentos edição “Guias de Fundos”
19	Documentos projeto “Avaliação da Segurança de Barragens Existentes”
20	Documentos sobre traduções
21	Documentos Usina Piabanha – Contexto Histórico
22	Documentos Perspectiva de marketing em atividades culturais não lucrativas
23	Documentos visões da Eletrificação e mudança social
24	Folha de informação Grande Barragens
25	Memorando Eletrobras - Avaliação de Barragens Existentes
26	Boletim Memória da Eletricidade
27	Biblioteca Nacional – Depósito Legal
28	ISBN
29	Deposito Legal Biblioteca Nacional
Caixa 51	
Número	Dossiês/Documentos
1	Folha de informação Boletim Memória da Eletricidade nº 14
2	Folha de informação “Processo Legislativo”
3	Folha de informação Copiagem de 100 fitas pela Globotec
4	Documentos Iconografia sobre a Eletricidade no Brasil
5	Folha de informação 100 República
6	Folha de informação Boletim Memória da Eletricidade nº 13
7	Folha de informação “A luz da Pintura”
8	Folha de informação “Programa inventário CERJ”

9	Folha de informação Caderno Memória nº 2 – “Preservação de acervos documentais”
10	Folha de informação Energia Elétrica na Industrialização Brasileira
11	Folha de informação “Estado e Energia Elétrica na 1ª República: o Processo Legislativo - Levantamento dos debates no Congresso Nacional”
12	Folha de informação História CEPEL
13	Folha de informação Exposição Itinerante: Energia e Memória no Traço do Humor
14	Folha de informação Exposição “Dinamo”
15	Folha de informação Catálogo de História Oral
16	Folha de informação “100 anos”
17	Folha de informação Sistema de Transmissões
18	Folha de informação Visita técnica CEMIG
19	Folha de informação Trabalho desenvolvido pela COCM em 1987
20	Folha de informação Catálogo de Postais
21	Folha de informação Programa de Trabalho COCM em 1987
22	Folha de informação Certificado de agradecimento Memória da Eletricidade
23	Documentos sobre descrição referentes ao período pré-operacional das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (1953-1962)
24	Folha de informação Projeto gráfico para memórias técnicas
25	Coordenadoria de Administração – Contratos de prestação de serviços de Fasto Henrique Santos
26	Contratos de prestação de serviços e nota fiscais da empresa Efemerides – Pesquisa Histórica e documentação
27	Carta Memória da Eletricidade para Eletros com plano de trabalho da Memória para o ano 1994
28	Memória – Plano de trabalho trienal 1991-1993
29	Folha de informação textos para publicações
30	Folha de informação Centrecon

31	Documentos “Guia de Fundos Documentais”
32	Folha de informação Digitalização de mapas e plantas
33	Folha de informação “Inventario do Acervo não arquivístico”
34	Folha de informação Política de gestão documental para instituições
35	Folha de informação Panorama (Versão em inglês)
36	Relatório de atividade COCM (1989)
37	Folha de informação Convênio Infoto/Funarte estratégico
38	Folha de informação Caderno Memória nº 1
39	Folha de informação Centenário da República
40	Documentos sobre o Centenário da República
41	Folha de informação Trabalho apresentado em eventos e resultados de projetos
42	Documentos Texto para divulgação
43	Coordenadoria de Administração Maria Barbara Levy – Prestação de Serviços
44	Coordenadoria de Administração Projeto FINEP – Custo de pessoal (1987/1989)
45	Folha de informação Normalização para padrões visuais da Memória da Eletricidade
46	Folha de informação Créditos das publicações
47	Folha de informação Seminário de Microfilmagem
48	Folha de informação projeto História oral CEPEL
49	Folha de informação Projeto “Energia Elétrica na urbanização brasileira: Rio Janeiro”
50	Folha de informação Processo Legislativo
51	Folha de informação Catálogo de depoimentos
52	Documentos projetos realizados por profissionais contratados pela Memória
53	Documentos de projetos em situação especial
54	Documentos sobre transparências

55	Folha de informação projeto DNAEE
56	Folha de informação “Plano de Manejo integrado de Usina Piabanha”
57	Folha de informação Usina Poraquê
58	Relatório de atividades do 1º trimestre de 1989 da Memória
59	Folha de informação “A Luz da Arte”
60	Folha de informação “Plano de Manejo Piabanha”
61	Folha de informação “A Energia Elétrica na Urbanização...”
62	Folha de informação “A Luz e a Arte”
63	Folha de informação Seminário de Microfilmagem
64	Folha de informação Relatório de Atividade
65	Documentos de apresentações de trabalhos
66	Plano Trienal para o período de 1991-1993
67	Programa de Trabalho COCM 1993
68	Relatório de acompanhamento de plano de trabalho – 1993 e 1994
69	Memorando Modelos de Dados

Caixa 52

Número	Dossiês/Documentos
1	Livro: Luz e Força
2	Personalidades do Setor de Energia Elétrica
3	Projeto GCPS
4	Projeto Eletrobras 40 anos
5	Projeto Cotidiano 2
6	Carta CIER para Memória sobre edição de depoimentos
7	Carta J. Sholna – Reprodução gráfica LTDA – Sobre vencimento de duplicatas
8	Carta ABERJE para Memória solicitando apoio para impressão de livro
9	Carta MinC pedindo dois exemplares de “Reflexos da Cidade”

10	Carta Memória enviada para gráficas diversas solicitando orçamento ara impressão e acabamento do livro “Energia Elétrica e Integração na América do Sul”
11	Carta Memória convidando Maria Tereza Fernandes Serra do Wold Bank para prestar depoimento para o livro a ser lançado
12	Carta Memória para CGTEE sobre o 50º aniversário de geração de energia a carvão na região de S. Jerônimo, RS
13	Carta Memória para Eletrobras sobre continuidade de projeto com os arquivos da empresa
14	Carta Mario Gibson Barboza, solicitando depoimento editado
15	Carta ANEEL para Memória sobre pagamento de projetos
16	Carta Memória para Eletrobras sobre projeto gráfico do Relatório Anual 2002
17	Fax de Paulo Brandi para Mauri Thibau sobre alterações no depoimento
18	Fax da Memória para CGTEE sobre proposta técnico financeira relativo a comemoração do cinquentenário da Usina Térmica de São Jerônimo
19	Carta Memória sobre o livro “Energia Elétrica fator de integração regional: o Brasil e os projetos de cooperação com países da América do Sul para Ernesto Arnando Roesler, do Chile”
20	Cessão de direitos sobre depoimento oral de Carlos Faria Ribeiro
21	Carta MinC para Memória prorrogação de captação de recursos aprovada
22	Carta Memória para Eletrobras sobre projeto “O cotidiano da Energia Elétrica no Brasil”
23	Carta TRF 2ª Região (RJ) autorizando a Memória a utilizar o salão para o lançamento do livro “Cidade em Movimento: energia elétrica e meios de transportes na cidade do Rio de Janeiro”, no Centro Cultural da Justiça Federal
24	Carta Aneel para Memória sobre prestação de contas parcial do convênio
25	Carta Eletrobras para Memória sobre o termo de registro de estabelecimento com serviços de segurança
26	Carta Eletronorte com convênio de cooperação técnica
27	Carta Magic Marketing Produções Ltda. para Memória sobre nota fiscal de prestação de serviços

28	Carta Escelsa para Memória da Eletricidade sobre apoio financeiro da edição do livro: O Cotidiano da Energia Elétrica no Brasil
29	E-mail Ministério da Cultura sobre projeto: Cotidiano da Energia no Brasil
30	Carta Eletrobras para Memória da Eletricidade sobre o Manual e Critérios de Projetos Cíveis de Usinas Hidroelétricas
31	Carta Sulgipe sobre pagamento de 40 exemplares de “O Cotidiano da Energia Elétrico no Brasil”
32	Carta Eletrobras para Memória da Eletricidade sobre minuta de contrato entre Eletrobras e Memória da Eletricidade
33	E-mail do Ministério da Cultura sobre Reflexos da Cidade

Caixa 53

Número	Dossiês/Documentos
1	Ciclo de Palestras
2	Evento de 20 anos da Memória da Eletricidade
3	Memória da Eletricidade – Centrecon – Plano Diretor – 31/01 a 01/02/1988 (1/3)(2/3)(3/3)
4	Eventos Memória da Eletricidade – Matriz de Custo (12/10/1988) – I Encontro de Museus (24 a 28/10/1988)
5	Evento Memória da Eletricidade – Calendário
6	Evento Memória da Eletricidade – República, Ciência e Tecnologia – 10º módulo do congresso Internacional do Centenário da República.
7	CEPEL
8	Biblioteca da Memória da Eletricidade
9	Folha de informação Inventário de Acervo do Setor Elétrico
10	Levantamento bibliográfico e documental – Relatório Ago. 1987
11	Carta Eletrobras Sobre Ata da Reunião sobre “Protocolo de Intención sobre la Creación del Sistema Iberoamericano de Información Técnica para el Sector Elétrico”
12	Folha de informação Ciclo de Palestra do curso para documentalista
13	Folha de informação Seminário sobre automação em biblioteca e centros de documentações

14	Fax Memória convidando para lançamento do CD-ROM “Caminhos da Modernização: Cronologia do Setor de Energia Elétrica Brasileiro (18502-1998)
15	Folha de informação Concreto Massa
16	Folha de informação Boletim nº 8
17	Resolução Eletrobras Reembolso de Custo à Memória da Eletricidade: Caderno Histórico 30 anos Eletrobras
18	Lista de Convidados do Lançamento do Livro “Itaipu Hydroelectric Project”
19	Folha de informação Assuntos para Reunião do dia 27/02/89, com o prefeito de Fortuna
20	Carta Memória da Eletricidade para empresas do setor elétrico convidando representantes das empresas para o “Workshop de Gestão de Documentos do Setor Elétrico”
21	Carta Memória da Eletricidade enviando o CD-ROM - Usinas Energia Elétrica no Brasil – 1889-1930.
22	Nota de Débito da Memória da Eletricidade para Eletros – Editoração Eletrônica e elaboração dos fotolitos do texto
23	Carta Memória da Eletricidade para Eletrobras com proposta de prestação de serviços de coordenação, levantamento, elaboração e implementação de sistema e procedimentos nas áreas de arquivos e documentos
24	Carta Memória da Eletricidade para a Chesf projeto “Chesf 50 anos”
25	Carta Memória da Eletricidade para Eletrobras sobre o livro “Pensamento a Energia”
26	Carta Memória da Eletricidade para Eletrobras sobre reserva do auditório para lançamento do CD-ROM: Usinas de Energia Elétrica no Brasil
27	Carta Eletrobras para Memória da Eletricidade sobre divulgação do curso de Especialização em Administração para Desenvolvimento de Executivos CEADE
28	E-mail da Memória da Eletricidade respondendo pesquisa
29	Carta Harvard University para Memória sobre informações para pesquisa do professor da instituição
30	Carta Clube de engenharia para Memória da Eletricidade pedindo patrocínio para fazer livro sobre a Escola Politécnica no Largo São Francisco

31	Carta para Memória da Eletricidade solicitando auxílio em pesquisa a ser realizada
32	Carta Associação Brasileira de Museologia Convocando para assembleia
33	Arquivo Público do Distrito Federal para Memória da Eletricidade sobre mesa debates
34	Fax sem assunto
35	Folder Arquivo Nacional para usar de modelo para fazer um para Memória da Eletricidade
36	Fax Exposição comemorativa 15 anos Memória da Eletricidade
37	Convites da Memória da Eletricidade para empresas sobre o I Worksop de Gestão de Documentos do Setor Elétrico
38	Carta Memória da Eletricidade para Globo pedindo sessão de imagens para o livro produzido
39	Pedido de empréstimo de material (data show e retroprojeto) para lançamento do CD-ROM "Banco de imagens: Usinas de Energia Elétrica no Brasil 1880-1930"
40	Carta Memória da Eletricidade para Eletrobras modernização dos serviços de biblioteca e arquivo Eletrobras
41	Carta Memória da Eletricidade para Chesf sobre "Chesf 50 anos"
42	Carta Memória da Eletricidade para ACCE sobre nota de débito de compra da empresa do CD-ROM: Banco de imagens: Usinas de Energia Elétrica no Brasil 1880-1930
43	Carta Memória da Eletricidade para Coelba sobre proposta técnica
44	Folha de informação projeto "Canto hirce – o grito da raça"
45	Folha de informação acervos sonoros
46	Carta Memória da Eletricidade para Transbrasil S.A Linhas Aéreas sobre envio de livros para Brasília
47	E-mail sobre o envio de arquivo da Memória da Eletricidade para Globo
48	Memorando Eletrobras Guarda de Coleção
49	Memorando Eletrobras Circulação de Periódico
50	Memorando Eletrobras Empréstimo de Material
51	Memorando Eletrobras sobre compra de equipamento de microfilmagem

52	Carta Memória da Eletricidade para Eletroacre oferecendo espaço no boletim da Memória da Eletricidade para a divulgação do espaço cultural da empresa
53	Carta Memória para Eletrobras sobre envio de livro da Chesf
54	Carta Eletrobras para Associação de Biólogos de Goiás informando o apoio na publicação do livro "Ecologia e Direito Ambiental" comprando 10 exemplares
55	Bilhete sobre edição de livro
56	Carta Ministério da Marinha sobre serviços gráficos
Caixa 54	
Número	Dossiês/Documentos
1	Folha de informação Despesas administrativas com o projeto "História Cerj"
2	Folha de informação Panorama
3	Folha de informação Congresso Internacional Centenário da República
4	Documentos Boletim Nº 4
5	Banco de imagens
6	Projeto Processo Legislativo parte II: Debates Parlamentares
7	Folha de informação Programa de visitas e palestras Ministério de Minas e Energia
8	Folha de informação 10ª Modulo: República, Ciência e Tecnologia
9	Folha de informação Visita de técnicos da Comissão Nacional de Energia
10	Folha de informação Eletrificação Rural no Brasil
11	Folha de informação História Cepel
12	Folha de informação Panorama
13	Documentos Energia no traço do humor
14	Documentos História Cepel
15	Documentos "Estado e Energia Elétrica"
16	Documentos História Cerj
17	Documentos contratos Light

18	Folha de informação Vídeo 100 anos de progresso
19	Documentos “O processo de padronização de Frequência Elétrica no Brasil”
20	Folha de informação Contratação de pessoal para projeto
21	Documento concreto em massa
22	Carta Memória da Eletricidade sobre “Marcos da Energia Elétrica no Brasil”
23	Folha de informação História das Operações Interligadas
24	Documentos Projeto DNAEE
25	Documentos Projeto Cronologia Ilustrada do Setor de Energia Elétrica Brasileiro
26	Pedidos de permutas para biblioteca da Memória da Eletricidade
27	Documentos Projeto “Evolução da Estrutura Organizacional da Eletrobras”
28	Documentos sobre folders referentes aos arquivos diplomáticos estrangeiros sobre Brasil
29	Documentos sobre o projeto banco de teses
30	Documentos sobre projeto Chesf
31	Documentos sobre projeto Memória Eletronorte
32	Folha de informação “Energia Elétrica na industrialização”
33	Documentos “Memórias do Setor de Energia Elétrica – História de vida: Octavio Marcondes Ferraz e Lucas Lopes”
34	Documentos História oral
35	Documentos “Programa de Inventário Nacional de Acervos de Natureza não Arquivístico”
36	Documentos Panorama
37	Documentos Memória Técnica – Usina Tucuruí
38	Documentos Processos de Comunicação em Museus
39	Documentos Energia Elétrica na Urbanização
40	Documentos Energia Elétrica rural no Brasil

ANEXO 2 – PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES-MEIO

Centro de Memória da Eletricidade do Brasil

Coordenadoria do Centro de Referência - COCR

Plano de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-meio

ARQUIVO CORRENTE E INTERMEDIÁRIO

000 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

010 – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

011 – Regimentos, Regulamentos, Estatutos, Estruturas.

012 – Comissões, Conselhos, Grupos de Trabalho, Juntas, Comitês.

012.1 – Conselho de Administração da Memória da Eletricidade.

012.11 – Decisões, Relatórios Técnicos, Relatórios anuais, Planos de Trabalho.

012.12 – Convocação.

012.13 – Indicação de Membros.

012.14 – Atas de Reuniões.

012.15 – Contribuições Financeiras das empresas do setor elétrico.

012.2 – Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade

012.21 – Decisões, Relatórios Técnicos, Planos de Trabalho.

012.22 – Convocação.

012.23 – Indicação de Membros.

012.24 – Atas de Reuniões.

012.3 – Assembleia Geral

012.31 – Decisões, Relatórios Técnicos, Planos de Trabalho.

012.32 – Convocação.

012.33 – Indicação de Membros.

012.34 – Atas de Reuniões.

012.4 – Outros Conselhos e Grupos de Trabalho

013 – Coordenadorias

013.1 – Coordenadoria do Centro de Referência - COCR

013.2 – Coordenadoria de Pesquisa - COPQ

013.3 – Coordenadoria de Administração - COAD

013.4 – Coordenadoria de Comunicação - COCM

013.5 – Atas

014 – Comunicação.

014.1 – Divulgação (Site, Portal,...)

014.2 – Comunicação interna (FPG's)

014.3 – Comunicação externa (AR's)

015 – Resoluções Eletrobrás

016 – Outros assuntos referentes à Organização e Funcionamento (Incluem-se documentos referentes aos pedidos de informações sobre as funções e atividades do órgão e os serviços que presta, assim como documentos jurídicos como procurações)

020 – PESSOAL

021 – Serviços Profissionais Transitórios: Autônomos, colaboradores.

021.1 – Pessoa Física.

021.2 – Pessoa Jurídica.

021.21 – Pessoas Jurídicas contratando a Memória da Eletricidade.

021.22 – Pessoas Jurídicas contratadas pela Memória da Eletricidade.

022 – Direitos, obrigações e vantagens.

022.1 – Salários e remunerações

022.2 – Gratificações

022.21 – Por Função

022.22 – Por substituição

022.23 – Por Desempenho

022.3 – Férias

022.31 – Férias de Funcionários

022.32 – Férias de Terceirizados

022.33 – Férias de Estagiários

022.4 – Licenças (gestante, paternidade, licenças médicas)

022.5 – Afastamentos (funcionários cedidos, em missão fora da sede)

022.6 – Treinamentos

022.7 – Adicionais

022.71 – Serviços Extraordinários (horas extras)

023 – Outros direitos, obrigações e vantagens

023.1 – Concessões (doação de sangue, falecimento de familiares)

023.2 – Auxílios (vale transporte, alimentação/refeição)

023.3 – Aposentadoria

023.4 – Participação nos Lucros ou Resultados - PLR

023.5 – Exames Médicos Periódicos.

024 – Denúncias, sindicâncias, inquéritos.

024.1 – Penalidades disciplinares

025 – Quadros, Tabelas e Política de pessoal.

025.1 – Reestruturações e alterações salariais (avaliações de desempenho, promoções, metas).

025.2 – Restruturação do quadro próprio (contratação de pessoal efetivo)

025.21 – Pesquisas de Mercado.

026 – Outros Assuntos referentes a pessoal

026.1 – Controle de Frequência

026.11 – Frequência de Funcionários

026.12 – Frequência de Terceirizados

026.13 - Frequência de Estagiários

026.2 – Incentivos Funcionais

026.21 – Prêmios

027 – Identificação Funcional - (crachás, credenciais, carteirinhas)

030 – MATERIAL

031 – Aquisição

031.1 – Material Permanente (Documentos referentes a aquisição de acervos arquivísticos, bibliográficos, museológicos, e material administrativo).

031.11 – Acervo (arquivístico,
bibliográfico e museológico)

031.111 – Compra

031.112 – Venda

031.113 – Doações

031.113.1 – Recebidas

031.113.2 – Feitas

031.12 – Material Administrativo

031.121 – Compras

031.122 – Doações

032 – Autorizações e Requisições (Instituições/ pessoas externas)

032.1 – Autorizações para uso de imagens e direitos autorais

032.2 – Termos de Cessão de direitos sobre Depoimento Oral

032.3 – Termos de Cessão de direitos de uso de documentos emitidos pela Memória.

040 – PATRIMÔNIO

041 – Bens Imóveis

041.1 – Fornecimento e/ou reparo de Serviços.

041.11 – Água e Esgoto

041.12 – Gás

041.13 – Luz e Força

041.14 – Telefone/internet

041.15 – TV à cabo

041.16 – Ar condicionado

041.2 – Condomínio

041.3 – Aquisição

041.31 – Compra

041.32 – Doação

041.33 – Locação

041.4 – Serviços de Manutenção (Obras, Restaurações, Reformas,...).

042 – Bens Móveis.

042.1 – Memória da Eletricidade

042.2 – Eletrobrás

043 – Outros assuntos referentes a Patrimônio

043.1 – Guarda e Segurança.

043.11 – Serviços de Vigilância

043.12 – Seguros

050 – ORÇAMENTOS E FINANÇAS

051 – Auditoria

052 – Encontro de Contas

053 – Operações Bancárias

054 – Balanços, balancetes e movimentos financeiros.

060 – ASSUNTOS DIVERSOS

061 – Agradecimentos, Felicitações, Pêsames.

062 – Eventos, Congressos, Exposições, Seminários.

063 – Filiações / Parcerias

064 – Prêmios Recebidos

065 – Prêmios e homenagens oferecidos pela Memória da Eletricidade